



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

Márcio Gasperini Gomes

POBREZA E FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL:
Um estudo multidimensional sobre a microrregião de Florianópolis

Florianópolis
2022

Márcio Gasperini Gomes

**POBREZA E FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL:
Um estudo multidimensional sobre a microrregião de Florianópolis**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para obtenção do título de mestre em Economia.

Orientadora: Profa. Solange Regina Marin, Dra.

Florianópolis
2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Gasperini Gomes, Márcio

Pobreza e Formação Socioespacial : Um estudo
multidimensional sobre a microrregião de Florianópolis /
Márcio Gasperini Gomes ; orientador, Solange Regina Marin,
2022.

154 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em
Economia, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Economia. 2. Economia. 3. Desenvolvimento econômico.
4. Pobreza multidimensional. 5. Método Alkire-Foster. I.
Marin, Solange Regina. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Economia. III. Título.

Márcio Gasperini Gomes

Pobreza e Formação Socioespacial:

um estudo multidimensional sobre a microrregião de Florianópolis

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.(a) Solange Regina Marin, Dra.

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof. (a) Ana Monteiro Costa, Dra.

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Prof.(a) Daniela Dias Dias Kühn, Dra.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. (a) Sirlei Glasenapp, Dra.

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestre em Economia.

Prof. Guilherme Valle Moura, Dr.

Coordenador do Programa

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof.a. Solange Regina Marin, Dra.

Orientadora

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Ao meu saudoso pai, Jesiel de Marco Gomes, para sempre meu professor de economia e minha fonte de inspiração.

AGRADECIMENTOS

Por alguns momentos parecia não ter fim a caminhada rumo ao título de mestre em Economia. Esta travessia, que chega ao final com a conclusão do presente trabalho, somente foi possível com o apoio e orientação daqueles os quais aqui deixo meus mais sinceros agradecimentos.

À minha mãe, Maria Inês, pelas palavras de carinho, pela calma, pelo ombro amigo e apoio em todos os momentos da minha vida, sobretudo nestes últimos dois árduos anos. Sua inabalável esperança, do verbo esperar, e sua atitude me dão a certeza que podemos, sim, tornar o mundo um lugar melhor.

Ao meu pai Jesiel, que se faz presente em mim onde quer que esteja. Seu senso de justiça, sua ética e sua luta pela igualdade de oportunidades para todos me fazem acreditar que é possível construir outra economia, mais humana e democrática. Levarei comigo seu amor, perseverança, entusiasmo e dedicação à profissão. Obrigado, pai, por me mostrar desde cedo que a economia é uma ciência social.

À Taihana, minha querida esposa, que acompanhou de perto esse processo, me escutando pacientemente, dando conselhos e serenidade para seguir em frente mesmo quando as coisas pareciam não caminhar como eu esperava. Sem seu suporte, sua confiança e todo seu amor, certamente eu não teria chegado até aqui. Obrigado, Tai.

Aos meus irmãos Daniel e André. O apoio que tive de vocês e orgulho que demonstraram por mim serviram de combustível para que eu procurasse realizar o meu melhor a cada dia. Além disso, agradeço pelos conselhos de “dar uma pausa” nos momentos de cansaço.

À minha professora e orientadora Solange Regina Marin, pelo acolhimento, confiança, incentivo e pelos conhecimentos transmitidos ao longo desta jornada. Sem dúvida o período de escrita da dissertação, em parceria com a Solange, foi o mais prazeroso do mestrado.

Às professoras membras da banca de qualificação, Ana Costa, Daniela Kühn e Melody Porsse, pelas importantes sugestões e pelos conhecimentos transmitidos no grupo de discussão sobre Abordagem das Capacitações.

À Mayara Moraes, pelos ensinamentos para utilização dos softwares *Stata* e *ArcGis*. Sua ajuda foi fundamental para a aplicação do método Alkire-Foster.

Ao querido amigo e professor Carlos Mielitz Netto, pelas sugestões, críticas e indicações bibliográficas que me instigaram a buscar novas perguntas e respostas melhores.

Aos colegas do PPGECO/UFSC, por me apoiarem em todos os (muitos) momentos que precisei de ajuda. Muito obrigado, Matheus, Leandro, Rafael, Andrey e Thiago.

Aos meus amigos de infância, Neto, Raphael e João, pelos encontros recheados de leveza e alegria, sem os quais eu não teria forças para trilhar este caminho.

La Pulga Queda Sorda

Siempre que oigo opiniones sobre los pobres me acuerdo de este chiste: Un científico hace el siguiente experimento con una pulga; primero le dice que salte y la pulga salta. Luego le saca una de las patas de atrás y le dice que salte y la pulga, con un poco de dificultad salta. Luego le saca la otra pata y le dice que salte, la pulga se mueve insistentemente pero no salta. Le vuelve a decir, casi gritando, que salte, y la pulga no salta. Termina el experimento concluyendo que al sacar le las dos patas de atrás, la pulga queda sorda. Com los pobres hacemos lo mismo, les vamos quitando las oportunidades, malos colegios, mala alimentación, casas inhumanas, mala atención em salud, etc., y después les decimos que no logran salir, “saltar” de la pobreza porque son flojos, no tienen iniciativa, que esperan que se les arregle todo, etc. Concluir esto de los pobres es tan absurdo como concluir que la pulga no salta porque ha quedado sorda.

Autor desconhecido

RESUMO

Situada em um dos estados brasileiros que apresenta os melhores indicadores socioeconômicos do País, a microrregião de Florianópolis é tradicionalmente conhecida pelos atrativos naturais e pela qualidade de vida, atributos que podem sugerir, à primeira vista, um desenvolvimento isento de graves problemas sociais. Um olhar criterioso, todavia, é capaz de revelar a existência de carências no suprimento de algumas necessidades que acabam, em última instância, tipificando situações de pobreza nesta região. Na concepção mais imediata e generalizada, pobreza significa falta de renda ou pouca renda. Esta é uma aceção unidimensional que desconsidera outras carências vivenciadas pelas pessoas e que podem colocar em risco a própria condição humana. Em contraposição a esta perspectiva, esta dissertação aceita como principal fundamento teórico a Abordagem das Capacitações, de Amartya Sen, que compreende a pobreza como a privação sofrida pelas pessoas em diferentes aspectos tais como educação, saúde, saneamento básico, emprego, moradia, mas também a renda, etc. Diferentemente da concepção focada apenas na renda, a perspectiva seniana define a pobreza como um fenômeno multidimensional relacionado à falta de liberdade para as pessoas levarem a vida que julgam ser a melhor. A partir desta concepção, complementada por uma discussão sobre a formação socioespacial do território de análise, o objetivo deste trabalho é compreender a forma pela qual a pobreza se manifesta na microrregião de Florianópolis. Para isso, fazendo uso de dados do Censo Demográfico (IBGE, 2010) foram selecionados treze indicadores distribuídos em quatro dimensões: educação e acesso ao conhecimento, condição de habitação, saúde e condições sanitárias e trabalho e renda. A partir da utilização do método Alkire-Foster (2009) para mensuração da pobreza multidimensional, foi possível identificar que as situações de pobreza no território de análise decorrem principalmente de privações nos indicadores esgotamento sanitário, microcomputador, nível de instrução, emprego e condição de ocupação no domicílio. Além disso, foi possível notar que as privações vivenciadas pelos indivíduos não estão dissociadas de uma construção histórica de segregação e negação de direitos de cidadania, isto é, guardam relação com o processo de formação socioespacial da microrregião de Florianópolis.

Palavras-chave: Pobreza multidimensional; Abordagem das Capacitações; Método Alkire-Foster.

ABSTRACT

Located in one of the Brazilian states that present the best socioeconomic indicators in the country, the micro-region of Florianópolis is usually recognized for its natural wonders and quality of life. In this way, a superficial analysis can lead to the idea that the development of the region is free from social issues. However, a closer look reveals the existence of deficiencies in the supply of some needs that characterize situations of poverty in this region. In the most immediate and generalized conception, poverty means lack of income or little income. This is a one-dimensional perspective that ignores other needs experienced by people and that can jeopardize the human condition itself. In contrast to this perspective, this dissertation accepts the Capability Approach, developed by Amartya Sen, as its main theoretical foundation, which understands poverty as the deprivation suffered by people in different aspects such as education, health, basic sanitation, employment, housing, etc. Unlike the income-focused conception, the senian perspective defines poverty as a multidimensional phenomenon related to the lack of freedom for people to lead the lives they believe to be the best. From this conception, complemented by a discussion about the socio-spatial formation of the territory under analysis, the objective of this study is to understand how poverty manifests itself in the micro-region of Florianópolis. For this, based on censos data (IBGE, 2010), thirteen indicators were selected, distributed in four dimensions: education and access to knowledge, housing conditions, health and sanitary conditions, and work and income. Using the Alkire-Foster method (2009) to measure multidimensional poverty, it was possible to identify that poverty in the territory of analysis results mainly from deprivations in the indicators sanitation, microcomputer, education level, employment and home occupation condition. In addition, it was possible to notice that the deprivations experienced by individuals are not unrelated from a historical construction of segregation and denial of citizenship rights, that is, they are related to the process of socio-spatial formation of the micro-region of Florianópolis.

Keywords: Multidimensional poverty; Capability Approach; Alkire-Foster Method.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Percentual de privações nos indicadores selecionados: microrregião de Florianópolis.....	87
Gráfico 2 - Percentual de privações no indicador esgotamento sanitário, por município da microrregião de Florianópolis.	88
Gráfico 3 - Percentual de privações no indicador microcomputador, por município da microrregião de Florianópolis.	89
Gráfico 4 - Percentual de privações no indicador nível de instrução, por município da microrregião de Florianópolis.	90
Gráfico 5 - Percentual de privações no indicador emprego, por município da microrregião de Florianópolis.....	90
Gráfico 6 - Percentual de privações no indicador condição de ocupação no domicílio, por município da microrregião de Florianópolis.	91
Gráfico 7 – Distribuição dos indivíduos privados por sexo e indicador: microrregião de Florianópolis.....	94
Gráfico 8 – Percentual de privados sobre o total de indivíduos homens e mulheres, por indicador: microrregião de Florianópolis.	95
Gráfico 9 - Percentual de privações nos indicadores de pobreza selecionados por município.	103
Gráfico 10 – Contribuição percentual dos indicadores sobre a Incidência Ajustada (M_0), por município da microrregião de Florianópolis.	109

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Dimensões de pobreza selecionadas em alguns estudos no Brasil	71
Quadro 2 – Dimensões de pobreza selecionadas, respectivos indicadores e primeira linha de corte.....	77

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Expansão das Áreas de Interesse Social (AIS) no município de Florianópolis (1987-2004).....	64
Tabela 2 – Quadro síntese do percentual de privação por indicadores e municípios da microrregião de Florianópolis.	92
Tabela 3- Medidas de pobreza multidimensional na microrregião de Florianópolis.	97
Tabela 4 – Percentual de privações nos indicadores de pobreza: municípios de Paulo Lopes, São Pedro de Alcântara e Antônio Carlos.	100
Tabela 5 – Percentual de privações nos indicadores de pobreza selecionados por município.	103
Tabela 6 - Contribuição percentual dos indicadores sobre a Incidência Ajustada (M_0), por município da microrregião de Florianópolis.	110

SUMÁRIO

RESUMO	9
ABSTRACT	10
LISTA DE GRÁFICOS	11
LISTA DE QUADROS	12
LISTA DE TABELAS	13
INTRODUÇÃO	16
1 A QUESTÃO DA POBREZA: ORIGENS, ABORDAGENS TEÓRICAS E MEDIDAS ..	20
1.1 POBREZA: AS PRIMEIRAS INTERPRETAÇÕES	20
1.2 A ABORDAGEM MONETÁRIA E SUAS LIMITAÇÕES	24
1.3 PARA ALÉM DA ESCASSEZ DE RENDA: A PERSPECTIVA MULTIDIMENSIONAL DA POBREZA E A EVOLUÇÃO NA CONSTRUÇÃO DE MEDIDAS	30
1.4 POBREZA COMO PRIVAÇÃO DE CAPACITAÇÕES	38
2 O TERRITÓRIO DIVIDIDO: ESPAÇOS DE RIQUEZA E ESPAÇOS DE POBREZA ...	48
2.1 A MICRORREGIÃO DE FLORIANÓPOLIS: COLONIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA	48
2.2 URBANIZAÇÃO E SEGREGAÇÃO: A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DA ÁREA CONURBADA DE FLORIANÓPOLIS	55
3 ASPECTOS METODOLÓGICOS	66
3.1 FONTE E TRATAMENTO DOS DADOS	66
3.2 O MÉTODO ALKIRE-FOSTER	67
3.3 O MÉTODO ALKIRE-FOSTER PARA A MICRORREGIÃO DE FLORIANÓPOLIS (SC)	69
3.3.1 Escolha da unidade de análise	69
3.3.2 Escolha das dimensões de pobreza	70
3.3.3 Definição dos indicadores e da primeira linha de corte	77
3.3.4 Aplicação da primeira linha de corte	79
3.3.5 Contagem do número de privações	80
3.3.6 Definição da segunda linha de corte (k)	81
3.3.7 Aplicação da segunda linha de corte	82
3.3.8 Cálculo da incidência de pobreza (H)	82
3.3.9 Cálculo do hiato de pobreza média ou intensidade da pobreza (A)	83
3.3.10 Cálculo da incidência ajustada (M_0) ou IPM	84
3.3.11 Decomposição da medida	84
4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	86
4.1 AS FONTES DE PRIVAÇÃO NA MICRORREGIÃO DE FLORIANÓPOLIS	86

4.2 AS MEDIDAS DE POBREZA NOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE FLORIANÓPOLIS.....	96
4.2.1 Incidência de pobreza (H)	96
4.2.2 Intensidade de pobreza (A)	105
4.2.3 Incidência ajustada (M_0).....	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
REFERÊNCIAS	116
APÊNDICE A – ROTINA DE COMANDOS NO SOFTWARE <i>STATA</i>	123

INTRODUÇÃO

A pobreza é reconhecidamente um velho problema social que continua a afligir a dignidade humana em todos os cantos do mundo. Ainda que persistam interpretações arcaicas, que condenam os indivíduos pobres pela própria miséria ou que os classificam exclusivamente pelo patamar de renda monetária, nos últimos anos as definições teóricas de pobreza têm evoluído para uma perspectiva multidimensional e complexa, cujo estudo deve envolver fatores sociais, econômicos, políticos, ambientais, etc.

Sem desconsiderar a importância da renda, que é central na perspectiva unidimensional, a ótica multidimensional da pobreza busca classificar o pobre não como indivíduo desprovido de recursos monetários para suprir suas necessidades básicas, tal como faz a análise tradicional representada pela linha de pobreza, mas como sujeito que não possui liberdades reais (civis e políticas) para decidir o caminho de sua própria vida (MARIN et al., 2013). Embora seja fator relevante, a renda monetária é incapaz de capturar completamente outras privações que as pessoas sofrem, tais como passar fome, não ter roupas ou moradia, ficar doente e não receber tratamento, ser analfabeto e não ter acesso à escolarização, não dispor de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

As limitações das medidas de renda no estudo da pobreza foram alvo de debate ao longo da evolução do pensamento científico sobre o tema e impulsionaram os órgãos internacionais a reconhecerem - especialmente a partir da década de 1990, com o lançamento do Relatório de Desenvolvimento Humano da Organização das Nações Unidas - a importância de outras dimensões na análise do desenvolvimento e das situações de pobreza. Indicadores como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Índice de Pobreza Humana (IPH) e, mais recentemente, o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), apresentados em relatórios da mesma instituição, representaram a intenção de rejeitar a abordagem monetária da pobreza em favor de uma abordagem multidimensional. Não seria exagero afirmar que está largamente difundida a noção de que a pobreza está associada a privações de oportunidades e de escolhas nos mais diversos aspectos da vida das pessoas.

Ainda assim, são poucos os estudos empíricos em território brasileiro que tratam da pobreza multidimensional. Isso se torna um problema ainda mais relevante quando se pretende estudar a pobreza em localidades mais ricas, nas quais frações pequenas da população estão situadas abaixo da linha monetária da pobreza. Em situações como essa, ao se limitar a caracterização da pobreza a uma dimensão - no caso, a renda -, pode-se estar encobrindo as

reais privações em outras importantes dimensões e aspectos, como saúde, educação, proteção familiar, origem étnica, gênero, localização geográfica, acesso a bens, dentre outros.

Este é o caso da microrregião de Florianópolis, localizada no estado de Santa Catarina. Reconhecida por suas belezas naturais, pela qualidade de vida e por baixos níveis de pobreza monetária¹, não se pode afirmar que esta região é isenta de situações de carência e pobreza quando se adota uma análise multidimensional. Ainda que em termos relativos a pobreza nesta microrregião seja inferior às demais microrregiões brasileiras, não se pode relevar o fato de que as pessoas em situação de pobreza na microrregião de Florianópolis estão apartadas das benesses difundidas pela propaganda da qualidade de vida da região. Considerando as diversas dimensões nas quais os indivíduos sofrem privações, este trabalho evidencia a necessidade de desenvolver estudos empíricos que contribuam para revelar os fatores determinantes das situações de pobreza vivenciadas pelos habitantes da microrregião de Florianópolis.

A partir da percepção de que a realidade socioeconômica da cidade de Florianópolis e dos municípios adjacentes precisa ser melhor compreendida, isto é, de que é necessário aproximar-se do empírico afim de identificar de forma mais próxima a realidade vivenciada pelas pessoas desta localidade, o presente estudo se propõe a responder as seguintes questões:

- i. A partir de uma análise multidimensional, quais dimensões e indicadores podem ser considerados determinantes na configuração de situações de pobreza na microrregião de Florianópolis (SC) e quais são as diferenças em termos de pobreza entre os municípios desta microrregião?
- ii. Que relações podem ser identificadas entre a formação socioespacial da microrregião de Florianópolis e a pobreza observada nesta região?

Apoiando-se em uma das principais formulações teóricas que incorporam a multidimensionalidade da pobreza, a abordagem seniana das capacitações, a problemática proposta suscita o seguinte objetivo geral para este trabalho: Estudar a pobreza a partir da multidimensionalidade, buscando compreender seus fatores determinantes na microrregião de Florianópolis, assim como identificar as relações existentes entre a pobreza observada e a formação socioespacial desta região.

Para atingi-lo, são traçados três objetivos específicos:

¹ Segundo dados da PNAD 2017, Santa Catarina é o estado brasileiro com menor percentual de pessoas abaixo da linha da pobreza monetária: 2,83%. Entre as regiões metropolitanas brasileiras, Florianópolis registrou o menor percentual no mesmo indicador: 1,93% (IBGE, 2017).

- i) Apresentar a evolução do conceito de pobreza, com ênfase na abordagem das capacitações;
- ii) Descrever o processo de formação socioespacial da microrregião de Florianópolis, buscando identificar a influência deste processo na determinação de situações de pobreza no território de análise.
- iii) A partir da aplicação do método Alkire-Foster (2009), mensurar a pobreza multidimensional na microrregião de Florianópolis.

Duas hipóteses são sugeridas para esta dissertação. A primeira hipótese é que a despeito de ser considerada monetariamente rica², a microrregião de Florianópolis revela privações em diversas dimensões que acabam, por fim, caracterizando situações de pobreza. A utilização de uma abordagem multidimensional para análise da pobreza possibilita justamente compreender, para além da renda, as verdadeiras fontes de privação existentes na região.

A segunda hipótese sugere que as formas pela qual a pobreza se manifesta no território de análise estão relacionadas ao processo de formação socioespacial da região. Ou seja, a pobreza na microrregião de Florianópolis está associada aos elementos históricos típicos da formação *deste* território.

Dois pontos centrais justificam a motivação por esta pesquisa. O primeiro deles diz respeito a necessidade de se ampliar o número de estudos empíricos que tratem da pobreza multidimensional. A opção pela ótica multidimensional amplia a percepção sobre o fenômeno, permitindo compreender onde e em quais dimensões os indivíduos sofrem maiores privações. Isso é fundamental porque viabiliza que a política pública atue no combate à pobreza não somente via aumento da renda, mas também garantindo os direitos básicos de cidadania, acesso à educação, serviços de saúde, seguridade social, acesso a bens, etc.

O segundo ponto emana de uma motivação pessoal. Nos últimos anos, tenho me envolvido em projetos relacionados à assistência social e desenvolvimento local em comunidades periféricas da Grande Florianópolis. Tais projetos são coordenados por Organizações da Sociedade Civil e direcionados às populações vítimas de várias formas de privação a partir de diversas iniciativas, desde programas de transferência condicionada de renda e criação de hortas orgânicas gerenciadas pelos moradores até a oferta de cursos profissionalizantes.

Esta experiência pessoal despertou em mim o interesse em realizar uma investigação mais apurada da pobreza nesta microrregião, de modo que esta pesquisa sirva de instrumento

²Entre as regiões metropolitanas brasileiras, Florianópolis possui a mais elevada renda per capita (IBGE, 2017).

tanto para o aprimoramento das iniciativas organizadas dentro dessas comunidades, como também para pressionar o poder público na formulação e implementação de políticas públicas para essas populações. Nesse aspecto, cabe ressaltar a responsabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina no sentido de fomentar a construção de uma sociedade justa, democrática e capaz de influenciar e propor soluções para grandes temas da atualidade, tais como a pobreza e o acesso à cidadania.

Quanto à sua estrutura, este estudo se divide em quatro capítulos, além desta introdução e das considerações finais. No primeiro são apresentados os conceitos e a evolução do pensamento científico sobre pobreza, com ênfase na Abordagem das Capacitações. No segundo capítulo realiza-se uma breve caracterização socioeconômica da microrregião de Florianópolis e discute-se o processo de formação socioespacial dos principais municípios da microrregião. O terceiro destina-se à apresentação do método escolhido para mensuração da pobreza multidimensional, o que inclui uma descrição explícita das razões pelas quais foram escolhidas as dimensões e indicadores deste estudo multidimensional de pobreza. No quarto capítulo é feita a análise e discussão dos resultados encontrados para os municípios da microrregião de Florianópolis.

1 A QUESTÃO DA POBREZA: ORIGENS, ABORDAGENS TEÓRICAS E MEDIDAS

O objetivo central deste capítulo é apresentar uma revisão da literatura sobre a pobreza, descrevendo suas origens, abordagens teóricas e principais medidas. A primeira seção apresenta as origens e interpretações da pobreza que precederam a formação do pensamento científico sobre o tema; a segunda seção trata do surgimento da abordagem monetária da pobreza e de suas limitações; buscando ampliar a percepção da pobreza para além da escassez de renda, a seção seguinte discorre sobre o enfoque das necessidades básicas e apresenta uma breve trajetória da construção das medidas de pobreza e bem-estar; por fim, a quarta seção discute a abordagem das capacitações com intuito de ampliar o espaço informacional de avaliação da pobreza.

1.1 POBREZA: AS PRIMEIRAS INTERPRETAÇÕES

A preocupação sobre “o que se deve fazer” ou “como lidar” com os pobres em uma sociedade não reflete uma novidade contemporânea, mas um velho problema social que se acentuou com o desenvolvimento do capitalismo nas sociedades pré-industriais da Europa Ocidental (CASTEL, 1998 apud CODES, 2008). Em tempos prévios à Revolução Industrial, na Europa, desenvolviam-se, por parte de dirigentes de pequenas áreas – como paróquias, por exemplo – modalidades de alívio voltadas aos pobres que viviam dentro e fora destas instituições. Estas ações concentravam-se tradicionalmente em torno da caridade e da vida religiosa e ilustravam o modo de lidar com a pobreza durante toda a Idade Média (CASTEL, 1998). Para além de um problema a ser resolvido, neste período os pobres adquiriram um caráter de funcionalidade: “sempre devem existir pobres, para que os ‘não-pobres’ possam assisti-los, qualificando-se como bons cristãos” (REZENDE FILHO, 2009, p. 3).

O período que abarca os séculos XII e XIII sucedeu um acentuado crescimento demográfico, o que impôs uma expansão generalizada quer em direção a novas áreas de cultivo no campo, quer rumo às cidades. A desestruturação da vida comunal oriunda desse processo culminou em um brutal aumento da população pobre das cidades medievais, formando-se o incipiente “proletariado urbano” (REZENDE FILHO, 2009, p. 5). Com o alargamento no número de pessoas vivendo em condições degradantes, o caráter de funcionalidade da pobreza - característico da época precedente - foi deixado de lado, assumindo-se uma nova roupagem para o fenômeno, que, por parte das autoridades religiosas, foi transformado em virtude (REZENDE FILHO, 2009).

A faceta virtuosa que se buscava conceder à pobreza sucumbiu quando se materializaram os movimentos Renascentista e Reformista no decorrer dos séculos XIV a XVI. A ascensão de valores relacionados ao dinheiro e ao trabalho acabou por relegar os pobres, enquanto categoria social, como seres excluídos voluntários da sociedade (REZENDE FILHO, 2009). A responsabilização dos pobres pela própria condição de pobreza é descrita por Franco Júnior (1995, p. 105) nos seguintes termos: “o infortúnio do pobre não é senão fruto de seu mau ânimo e de sua preguiça, e a pobreza passa mesmo a ser vista como um castigo divino”.

Por um lado, enquanto tentava-se atribuir à pobreza o símbolo de indignidade, fracasso e repulsa à ordem coletiva, por outro, o agravamento dos fatores de desagregação social, potencializado por epidemias, desabrigo e miséria generalizada era incapaz de ser ocultado pelo enriquecimento de banqueiros e mercadores a partir das profundas transformações pelas quais passavam as sociedades europeias no tocante à propriedade da terra, das indústrias e o avanço do comércio. Segundo Castel (1998), a despeito do florescimento de uma importante burguesia e da melhora de alguns grupos sociais, a miséria permanecia.

Essa condição determinava a necessidade de que outras instituições que não exclusivamente religiosas assumissem a assistência aos pobres. As autoridades municipais, então, começaram a tomar o seu papel no que logo se converteu em um problema de “[...] gestão da indigência urbana” (CASTEL, 1998, p. 71). Diante das tensões sociais decorrentes do crescimento no número de desvalidos, em 1388 a monarquia britânica instituiu a Lei dos Pobres (*Poor Law Act*), considerada uma das primeiras políticas sociais implementadas no mundo, a despeito de se tratar de uma política muito mais punitiva do que protetora. De acordo com Pereira (2008, p. 62), a Lei visava atender os andarilhos e o principal objetivo era inibir a “perambulância de pessoas em busca de melhores ocupações, ou a chamada ‘vagabundagem’” e as possíveis “consequências negativas, para a ordem prevalecente, de uma pobreza não confinada territorialmente”.

A Lei dos Pobres sofreu diversas modificações com o passar do tempo, e em 1601 a reedição da Lei classificou os pobres em três grupos:

pobres impotentes (idosos, enfermos crônicos, cegos e doentes mentais), que deveriam ser alojados nas *Poor-houses* ou *Almshouses* (asilos ou hospícios); pobres capazes para o trabalho, ou mendigos fortes, que deveriam ser postos a trabalhar nas chamadas *Workhouses*; e os capazes ao trabalho, mas que se recusavam a fazê-lo (os corruptos), que deveriam ser encaminhados para reformatórios ou casas de correção (PEREIRA, 2008, p. 64, grifo do autor).

Em uma nova emenda à Lei dos Pobres, realizada em 1795, instituía-se a *Spreenhamland Law*³ ou “sistema de abonos”, que consistia num mecanismo de complementação dos salários de acordo com uma tabela que dependeria do preço do pão, o que permitia, em última instância, assegurar ao pobre uma renda mínima independente de seus rendimentos. Devido aos seus elevados custos e aos obstáculos para o estabelecimento de um mercado de trabalho competitivo, essas medidas de auxílio à população carente passaram a encontrar resistência por parte das classes proprietárias de terras, dos novos capitalistas industriais e da classe média que vinha forçando seu caminho em direção ao poder (POLANYI, 2000).

Influente pensadores da época, como David Ricardo e Thomas Malthus, também condenavam a assistência aos pobres por acreditarem que isso ocasionaria problemas ao bom funcionamento do sistema econômico. A pobreza era geralmente associada à falta de disposição para o trabalho e à má índole do indivíduo, salvo aqueles casos em que as inaptidões físicas e/ou mentais impediam o indivíduo de trabalhar. Segundo Ricardo (1982, p. 88):

[...] o conforto e o bem-estar dos pobres não podem ser permanentemente assegurados sem algum interesse da parte deles ou algum esforço da parte do legislativo, para regular o aumento do seu número e para tornar menos frequente entre eles os casamentos prematuros e imprevidentes. [...] Restringindo gradualmente a esfera de operação das leis dos pobres, transmitindo-lhes o valor da independência e ensinando-lhes que não devem esperar a caridade casual ou sistêmica, mas apoiar-se em seu próprio esforço para manter-se, e mostrando-lhes também que a prudência e a previsão não são virtudes desnecessárias nem inúteis, alcançaremos pouco a pouco uma condição mais segura e mais forte.

Para Malthus (1982), embora as Leis dos Pobres aliviassem um pouco a intensidade da miséria individual, provocavam um dano geral numa parcela muito superior. Esse pensamento estava amparado em uma compreensão de que não apenas o próprio homem era responsável por sua pobreza, mas que esta era perfeitamente associável à indolência e à preguiça.

O trabalhador pobre, para usar uma expressão vulgar, vive ao deus-dará. Suas necessidades do momento ocupam toda sua atenção e eles raramente pensam no futuro. Mesmo quando têm uma oportunidade de poupança, raramente a fazem, mas tudo o que está além das suas necessidades de momento, genericamente falando, vai para a cervejaria. Por essa razão se diz que as leis dos pobres da Inglaterra diminuem tanto a condição como a vontade de poupar do povo, e assim enfraquecem um dos mais fortes estímulos à sobriedade e à atividade e, conseqüentemente, à prosperidade (MALTHUS, 1982, p. 300).

Ricardo (1982, p. 88) concordava que a revogação dessas leis deveria ocorrer de forma gradual para impedir que caíssem no “mais deprimente abandono aqueles em cujo benefício

³ De acordo com Polanyi (2000), embora comumente chamada de lei, a *Spreenhamland Law* representou uma medida de emergência introduzida informalmente, e nunca foi efetivamente promulgada.

tais leis foram erroneamente promulgadas”. Quando uma nova emenda foi feita na Lei dos Pobres inglesa, em 1834, abolindo-se a *Speenhamland Law*, entrou em vigor a assistência apenas aos completamente destituídos, surgindo, assim, uma distinção até hoje muito utilizada: a distinção entre pobres e indigentes. Polanyi (2000) classificou a reforma de 1834 como talvez a mais impiedosa das reformas sociais da história moderna, porém ressaltou que as atrocidades burocráticas cometidas contra os pobres na década seguinte foram pequenas quando comparadas aos efeitos gerais que estavam por vir com a consolidação do mercado de trabalho.

Ainda de acordo com Polanyi (2000), não é exagero dizer que a história social do século XIX foi determinada pela lógica do sistema de mercado propriamente dito, após ter sido ele liberado pelo *Poor Law Reform Act* de 1834.

Se a *Speenhamland* impedira a emergência de uma classe trabalhadora, agora os trabalhadores pobres estavam sendo formados nessa classe pela pressão de um mecanismo insensível. Se durante a vigência da *Speenhamland* cuidava-se do povo como de animais não muito preciosos, agora esperava-se que ele se cuidasse sozinho, com todas as desvantagens contra ele. Se a *Speenhamland* significava a miséria da degradação abrigada, agora o trabalhador era um homem sem lar na sociedade. Se a *Speenhamland* havia sobrecarregado os valores da comunidade, da família e do ambiente rural, agora o homem estava afastado do lar e da família, arrancado das suas raízes e de todo o ambiente de significado (POLANYI, 2000, p. 105, grifo nosso)

Para além desses argumentos, havia o interesse por parte dos empregadores de que os benefícios concedidos e o número de beneficiários fossem os menores possíveis, a fim de manter os pobres propensos a aceitarem os salários mais baixos que lhes fossem oferecidos, permitindo evitar uma pressão sobre os níveis salariais diante da crescente necessidade de mão-de-obra exigida pelo processo de industrialização em curso. O alívio passou a ser fornecido em forma de pão e algum auxílio monetário suficiente para garantir apenas a sobrevivência dos beneficiários (LACERDA, 2009; POLANYI, 2000).

O pobre era classificado como o indivíduo ou a família que não atingisse os requerimentos nutricionais mínimos necessários a sua existência. Por essas razões, apareceu a necessidade de determinar a quantidade nutricional mínima requerida para garantir a sobrevivência de uma pessoa. Segundo Codes (2008), a busca por estabelecer essas quantidades mínimas de calorias para assegurar a vida humana representou um novo estágio de trabalho relativamente mais científico sobre a questão da pobreza: proliferaram estudos de nutricionistas na Alemanha, nos Estados Unidos e na Inglaterra no decorrer do século XIX.

Desde então, a pobreza passou a figurar nas discussões políticas e constituiu-se em objeto das primeiras tentativas de se compreender suas causas e de se mensurar a sua dimensão

(MESTRUM, 2002 apud CODES, 2008). Há que se reforçar que os primeiros trabalhos – que associam o fenômeno à questão nutricional - são dotados de uma concepção na qual, utilizando a expressão de Montañó (2012), a pobreza e as condições de vida do pobre são tidas como produto e responsabilidade dos limites culturais de cada indivíduo.

Nessa perspectiva, também assinala Montañó (2012, p. 272), as causas da miséria e da pobreza estariam vinculadas a pelo menos três tipos de fatores, sempre ligados ao indivíduo que padece dessa situação: primeiramente a pobreza estaria associada a um *déficit educativo* (falta de conhecimento das leis “naturais” do mercado e de como agir dentro dele). Em segundo lugar, a pobreza é percebida como um *problema de planejamento* (incapacidade de planejamento orçamentário familiar). Por fim, esse flagelo é também relacionado a *problemas de ordem moral-comportamental* (mal-gasto de recursos, tendência ao ócio, alcoolismo, vadiagem etc.).

Embora ainda comumente utilizada em vários países do mundo, conforme aponta Codes (2008), essa interpretação que inaugurou o estágio científico dos estudos sobre pobreza e abriu espaço para novos estudos com importantes diferenças conceituais e metodológicas. É fato que ainda não se chegou a um consenso sobre a definição do que seja a pobreza, contudo, também é verdade que está em curso um direcionamento para uma definição que reconheça a pobreza como um fenômeno multidimensional e complexo, cujo estudo deve envolver fatores sociais, econômicos, políticos, culturais, históricos, ambientais, etc.

Convém investigar a formação do pensamento científico sobre a pobreza, partindo de uma perspectiva unidimensional e descrevendo a evolução do debate internacional que culminou no fortalecimento de uma perspectiva multidimensional da pobreza.

1.2 A ABORDAGEM MONETÁRIA E SUAS LIMITAÇÕES

O período marcado pelo final do século XIX e começo do século XX abarcou os primeiros estudos científicos sobre a pobreza. Estes trabalhos caracterizavam-se por uma conceituação de pobreza associada à ideia de subsistência: pobre era aquele indivíduo ou aquela família que não atingisse os requerimentos nutricionais mínimos necessários à manutenção de sua existência. Esta perspectiva foi adotada inicialmente na Inglaterra e exerceu grande influência sobre práticas científicas e políticas em todo o continente europeu, fundamentando a estruturação de planos de desenvolvimento por todo o século XX e sendo empregada pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI).

Por defender que as necessidades humanas são predominantemente físicas, essa abordagem, também conhecida como abordagem biológica, enfrenta uma série de críticas, entre elas: a existência de variações significativas entre as características físicas e os hábitos do indivíduo que dificultam o estabelecimento de requerimentos nutricionais; o fato de que a transformação dos requerimentos nutricionais mínimos em quantidades mínimas de alimentos depende das *commodities* escolhidas; a dificuldade em se especificar os requerimentos mínimos de necessidades não alimentares (SEN, 1981, p. 12). Além disso, Townsend (1993 apud CODES, 2008) salienta que as pessoas não são apenas organismos individuais que necessitam a reposição de suas energias corporais, mas seres sociais que desempenham papéis de trabalhadores, cidadãos, pais, vizinhos e amigos e que dependem de instalações e serviços públicos.

A busca por se determinar as necessidades nutricionais mínimas à sobrevivência humana ensejou a conversão dessas necessidades em valores monetários e a formação de critérios capazes de discriminar aqueles considerados pobres e não pobres conforme a renda individual ou familiar. Essa passagem, de uma perspectiva biológica para uma abordagem monetária da pobreza resultou, em parte, do movimento de intensificação das atividades capitalistas a partir da percepção de que:

[nas] economias modernas e monetizadas, onde parcela ponderável das necessidades das pessoas é atendida através de trocas mercantis, é natural que a noção de atendimento às necessidades seja operacionalizada de forma indireta, via renda (ROCHA, 2006, p. 12).

A abordagem monetária ou de subsistência operacionalizada indiretamente pela renda define como pobre a família cuja renda não é suficiente para obter o mínimo necessário para sua manutenção meramente física (CRESPO; GUROVITZ, 2002). Lacerda (2009) aponta que no período após a Segunda Guerra Mundial a noção de subsistência incorporou outros requerimentos que não só os nutricionais, incluindo também gastos com vestuário e com combustíveis. De todo modo, os requerimentos eram ainda baseados nos mínimos necessários para a subsistência do indivíduo, que se daria a partir de um mínimo de renda.

Laderchi et al. (2003 apud MACHADO, 2006) ressaltam que o apelo desta abordagem para os economistas refere-se à sua adequação ao postulado microeconômico de maximização da utilidade. Com intuito de estabelecer um espaço informacional capaz de avaliar o bem-estar dos indivíduos, a teoria neoclássica, fundamentada no pensamento utilitarista, assume que o valor da utilidade de uma pessoa é dado de forma individual e que as pessoas são ordenadas de acordo com suas preferências reveladas.

De acordo com esse pensamento, a “utilidade de uma pessoa é representada por alguma medida de seu prazer ou felicidade” (SEN, 2010, p. 85), e o indivíduo é considerado como um consumidor cujo comportamento visa a maximização dessa utilidade. O que um indivíduo gasta em consumo reflete, invariavelmente, a utilidade que a cesta de consumo gera para ele. O bem-estar de uma pessoa é mensurado pelo seu domínio sobre bens e serviços, que é função de sua renda. À luz dessa suposição, a renda (ou o consumo), aparece como principal determinante da qualidade de vida das pessoas. Consequentemente, a pobreza é entendida como insuficiência de renda.

Essa concepção de pobreza oriunda da abordagem utilitarista é repleta de limitações (SEN, 2010). Primeiro, porque ao concentrar-se apenas em características mentais (tais como prazer, felicidade ou desejos), a abordagem utilitarista é incapaz de captar heterogeneidades pessoais relativas à medida mental do prazer ou do desejo. Ou seja, as condições peculiares de cada pessoa implicam em diferentes expectativas e desejos. Por isso, uma medida associada ao prazer dos indivíduos é excessivamente maleável para constituir-se em um guia confiável de mensuração da pobreza e bem-estar. Sobre isso, Sen (1999, p. 61–62) argumenta que:

Julgar o bem-estar de uma pessoa exclusivamente pela métrica da felicidade ou satisfação de desejo tem algumas limitações óbvias. Essas limitações são particularmente prejudiciais no contexto das comparações interpessoais de bem-estar, pois o grau de felicidade reflete o que uma pessoa pode esperar e como o “trato” social se afigura em comparação com essa expectativa. Uma pessoa que teve uma vida de infortúnios, com pouquíssimas oportunidades e quase sem esperança, pode conformar-se mais facilmente com as privações do que outras que foram criadas em circunstâncias mais afortunadas e abastadas. A métrica da felicidade pode, portanto, distorcer o grau de privação, de um modo específico e tendencioso. [...] O mesmo problema surge com a outra interpretação de utilidade, ou seja, a da satisfação de desejos, pois as pessoas desesperadamente carentes não têm coragem de aspirar a muita coisa, e suas privações são abafadas e anestesiadas na escala da satisfação dos desejos.

O fato de os oprimidos ajustarem seus desejos às suas possibilidades reais não é salvo-conduto para se atribuir um valor reduzido à perda de bem-estar desses indivíduos em razão de sua estratégia de sobrevivência. A composição de Luiz Grande, Barbeirinho do Jacarezinho e Marcos Diniz, lançada e interpretada por Zeca Pagodinho no ano 2002, é capaz de manifestar com sabedoria o conformismo dos destituídos:

“Você sabe o que é caviar?
Nunca vi, nem comi
Eu só ouço falar
Caviar é comida de rico
Curioso fico, só sei que se come

Na mesa de poucos, fartura adoidado
 Mas se olhar pro lado depara com a fome
 Sou mais ovo frito, farofa e torresmo
 Pois na minha casa é o que mais se consome
 Por isso, se alguém vier me perguntar
 O que é caviar? Só conheço de nome.[...]"

Ademais, ao pressupor que os indivíduos são racionais e que, portanto, possuem uma ordenação de preferências na qual mais (quantidade) é sempre preferível a menos, a teoria utilitarista não atribui importância intrínseca a reivindicações de direitos e liberdades. Isto é: além de desejar sempre mais de determinada coisa, as pessoas estão, por hipótese, ligadas à mesma cesta de bens, sendo essa forma de escala incapaz de refletir heterogeneidades sociais e apresentando, em certo sentido, uma noção alterada das vidas e das privações a que as pessoas estão submetidas (KÜHN, 2008, p. 62).

Uma terceira limitação reside no fato de que a abordagem utilitarista é indiferente à distribuição da utilidade. Ao focalizar apenas na soma total das utilidades, o cálculo utilitarista tende a não levar em conta as desigualdades na distribuição dessa medida mental de prazer, felicidade ou desejo (SEN, 2010).

Avaliar a qualidade de vida das pessoas como uma função da quantidade de mercadorias consumidas significa negar a diversidade interpessoal associada a fatores como idade, sexo, talentos inatos e doenças. De acordo com Sen (2010, p. 107):

Não é um mérito do utilitarismo clássico sua valorização apenas do prazer, sem demonstrar nenhum interesse por liberdade, direitos, criatividade ou condições de vida reais. Insistir no conforto mecânico de ter apenas uma 'coisa boa' homogênea seria negar nossa humanidade como criaturas racionais.

É preciso ressaltar que o conjunto de bens possuídos pode efetivamente dizer pouquíssimo sobre a natureza da vida que cada pessoa pode levar. Portanto, entender a pobreza apenas como insuficiência de renda representa, em termos práticos, muito pouco.

Outro problema de avaliar a pobreza somente por meio da renda é que ela tem impactos distintos no bem-estar das pessoas conforme a sociedade em que estão inseridas. Segundo Rego e Pinzani (2014, p. 157):

No caso de um Estado de bem-estar altamente desenvolvido, que oferece quase tudo gratuitamente aos cidadãos (educação, assistência de saúde, seguro-desemprego, auxílio para moradia etc.), uma baixa renda não implicaria necessariamente uma vida sem confortos, na qual as necessidades básicas permanecem não satisfeitas. Por outro lado, se o Estado não garante os serviços mencionados, até uma renda relativamente elevada pode não ser suficiente para proteger os indivíduos de riscos normalmente ligados à pobreza.

Apesar das críticas, a identificação dos pobres por insuficiência de renda é ainda a noção mais utilizada para estudos que buscam comparar situações de pobreza entre países. A operacionalização dessa concepção se dá a partir da chamada linha de pobreza monetária. Segundo Barros, Henriques e Mendonça (2000, p. 22), esta linha “pretende ser o parâmetro que permite, a uma sociedade específica, considerar como pobres todos aqueles indivíduos que se encontrem abaixo do seu valor”. Atualmente, a linha de pobreza internacional é definida pelo Banco Mundial e considera pobre aquele que sobrevive com, em média, menos de US\$ 1,90 (PPC) por dia, considerando valores de 2011. Em 2018, o Banco Mundial apresentou linhas de pobreza no valor de US\$ 3,20/dia e US\$ 5,50/dia para refletir as linhas de pobreza nacionais em países de renda média-baixa e média-alta, respectivamente (WORLD BANK, 2020).

Existe um intenso debate a respeito do valor dessa linha, não havendo uma uniformidade de opiniões sobre o valor a ser adotado. Hoffmann, Botassio e Jesus (2019) ressaltam que as medidas de pobreza com base em dados sobre renda não possuem um critério claro para estabelecer a linha de pobreza, de modo que o valor escolhido é deveras arbitrário. Kageyama e Hoffmann (2006, p. 85) enfatizam outros problemas associados à linha de pobreza: a renda é um indicador pouco confiável pois as pessoas fornecem informações inexatas; os valores não são devidamente atualizados; há flutuações ao longo do ano; utiliza-se uma linha de pobreza arbitrária e assume-se uma distribuição igualitária dentro do domicílio⁴.

Uma questão importante a ser levada em conta na análise das linhas de pobreza é identificar seus aspectos relativos e absolutos. A linha de pobreza absoluta identifica, a partir de um critério fixo, aqueles indivíduos que não têm acesso às condições mínimas para manutenção da sua existência. Essa linha pode ser encontrada estimando-se o custo de uma quantidade de bens considerados essenciais para assegurar que as necessidades básicas de consumo de um indivíduo sejam atendidas no domínio específico da comparação da pobreza.

A noção de pobreza absoluta embasou o lançamento do Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial, publicado pelo Banco Mundial, em 1978. Nesse documento, a entidade chamou a atenção para as cerca de 800 milhões de pessoas vivendo em situação de pobreza absoluta nos países em desenvolvimento, a despeito do progresso econômico global do período que ficou conhecido como anos dourados do capitalismo entre 1950-1975. A pobreza absoluta era entendida como insuficiência de renda para assegurar uma nutrição adequada e falta de acesso a serviços públicos essenciais, tais como educação e saúde (WORLD BANK, 1978).

⁴ Será visto mais a frente, com base na Abordagem das Capacitações (de Amartya Sen), que essas são hipóteses falhas.

A linha de pobreza relativa considera as necessidades a serem satisfeitas dadas as condições de vida predominantes na sociedade a ser analisada, de modo a reduzir as desigualdades entre os indivíduos. Essa linha é estabelecida em função de um padrão médio de vida, isto é, refere-se a um conjunto de bens considerados comuns na sociedade em questão (ROCHA, 2006). Townsend (1993 apud CODES, 2008, p. 15) esclarece que sob a perspectiva da privação relativa, a pobreza é definida em função do contexto social em que se vive, com origem na consideração do padrão de vida e da maneira como as necessidades são supridas em uma dada realidade socioeconômica. Sob esta ótica, a pobreza é estabelecida por comparação, ou seja, como um estado de carência relativamente a outras situações sociais com que se é confrontada.

A literatura mostra que ambos os conceitos – pobreza absoluta e relativa – vêm sendo utilizados, sendo a linha de pobreza absoluta frequentemente adotada nos países pobres e em desenvolvimento, haja vista que nestes locais as questões de sobrevivência física têm maior relevância, enquanto a linha de pobreza relativa se disseminou em países desenvolvidos, onde o mínimo vital já seria, em tese, garantido a todos (RAVALLION, 1992; ROCHA, 2006).

Para além das diferenças teóricas, Rocha (2006) ressalta que em termos empíricos a distinção entre pobreza absoluta e relativa não apresenta limites claros e que estabelecer linhas de pobreza pode não ser uma abordagem produtiva quando o objetivo é enfrentar a questão da pobreza em países onde o nível de desenvolvimento social e produtivo é muito baixo. Além disso, é nos países mais pobres que a abordagem da renda sofre mais restrições à sua utilização, já que nestas regiões é preciso levar em conta fatores como autoprodução e consumos não-monetários que tem impacto relevante justamente sobre as condições de vida das camadas mais pobres. Nestas situações,

[...] quando uma parte preponderante das necessidades não é atendida via transações mercantis, a renda se torna um critério irrelevante para delimitar a população pobre (ROCHA, 2006, p. 17).

Embora a abordagem monetária da pobreza continue a ser o principal conceito adotado no acompanhamento da pobreza e na comparação entre os países em desenvolvimento pelas organizações internacionais⁵, é preciso reconhecer que a visão sobre o que é a pobreza e como superá-la tem se ampliado consideravelmente nas últimas décadas.

⁵ Como pode ser visto no Relatório de Desenvolvimento Sustentável 2020 e na Agenda de Desenvolvimento Sustentável 2030, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) mantêm como primeira meta a erradicação da pobreza com base na linha internacional de pobreza monetária (UNITED NATIONS, 2015, 2020). Da mesma forma, o Banco Mundial segue tendo como principal referência de monitoramento a linha internacional de pobreza (WORLD BANK, 2020).

A partir da década de 1970, os crescentes questionamentos sobre a adoção da perspectiva unidimensional da pobreza levaram ao surgimento de formas alternativas de analisá-la, o que representou uma tentativa de “[...] devolver à pobreza, e a seus meios de medidas, dimensões não monetárias e particularmente sociais e políticas [...]” (SALAMA; DESTREMAU, 1999, p. 73). Também é preciso destacar que a abordagem monetária perdeu força a partir da constatação de que as intervenções governamentais para combate à pobreza iam muito além do quesito renda.

O fato de que o combate à pobreza e a implementação de políticas visando a redução das desigualdades sociais implicavam intervenção governamental crescente – cujos efeitos em termos de oferta de serviços públicos, subsídios e outros benefícios não se refletem através da renda – deu impulso adicional às abordagens que utilizavam indicadores sociais ao invés da renda como medida de bem estar (ROCHA, 2006, p. 18)

Embora a abordagem unidimensional ainda mantenha grande influência na avaliação da pobreza, as críticas a essa abordagem se intensificaram no último quarto do século XX, permitindo ao enfoque multidimensional ganhar espaço no debate sobre a pobreza.

1.3 PARA ALÉM DA ESCASSEZ DE RENDA: A PERSPECTIVA MULTIDIMENSIONAL DA POBREZA E A EVOLUÇÃO NA CONSTRUÇÃO DE MEDIDAS

A evolução do pensamento científico sobre a pobreza aponta para uma abordagem complexa e multidimensional do fenômeno. Dentre as abordagens que consideram a pobreza como um estado de múltiplas privações é possível identificar duas principais: o “enfoque das necessidades básicas” e a abordagem das capacitações. A abordagem reconhecida como “enfoque das necessidades básicas” foi postulada nos anos 1950, mas ganhou destaque na década de 1970 como questionamento à ênfase dada à capacidade de o crescimento econômico promover o progresso social.

Apresentando-se como uma extensão do conceito de subsistência, considera dois grupos de elementos básicos. Primeiro, um mínimo de requerimentos de uma família para consumo privado: comida, roupas, abrigo, assim como mobílias e equipamentos. Segundo, necessidades relativas a serviços públicos, como saneamento básico, saúde, educação e acesso à cultura. Contempla, portanto, dimensões que vão além da manutenção das necessidades meramente físicas, incorporando uma gama mais ampla de necessidades humanas (ROCHA, 2006). Pode-se dizer que a abordagem das necessidades básicas introduz a feição multidimensional nos estudos da pobreza e do desenvolvimento, motivo pelo qual sua contribuição incontestável.

Sob o entendimento de que os pobres não necessitam somente de renda, a abordagem das necessidades básicas chamou atenção para o que deveria ser a preocupação fundamental do desenvolvimento: os seres humanos e suas necessidades. Entre as características principais dessa perspectiva estão o reconhecimento da limitação das medidas de renda e emprego no estudo da pobreza; a ênfase na melhoria da vida humana como objetivo do desenvolvimento; o apelo à mobilização de recursos nacionais e internacionais para satisfação das necessidades básicas; e a formulação de uma base para ação pública (STREETEN et al., 1981 apud LACERDA, 2009). Essa concepção passou a ser adotada por diversos órgãos internacionais, sobretudo por aqueles vinculados à Organização das Nações Unidas (CRESPO; GUROVITZ, 2002).

Segundo Lacerda (2009), a identificação das necessidades básicas pode se dar a partir da definição de um padrão de vida e, posteriormente, dos bens e serviços indispensáveis para assegurar uma vida plena. Stewart (1989) argumenta que alguns dos indicadores de vida plena são universais e devem ser os primeiros a ser perseguidos, embora existam também indicadores que são dependentes do nível de desenvolvimento. Streeten e Burki (1978) apontam que abordagem das necessidades básicas é uma estratégia de desenvolvimento comumente voltada para a abolição da pobreza absoluta. O caráter absoluto deste enfoque é também destacado por Doyal e Gough (1991), já que, segundo esses autores, existem necessidades que são comuns a todos os seres humanos, independentemente do contexto socioeconômico, social e cultural no qual eles estão inseridos.

Rocha (2006) destaca três motivos pelos quais esse enfoque se opõe à abordagem monetária. Primeiro, porque abandona a renda como indicador-chave, adotando parâmetros que reflitam resultados efetivos em termos de qualidade de vida, e não em termos de instrumentos; segundo, porque estabelece objetivos e mensura resultados para a sociedade como um todo, não delimitando uma subpopulação preferencialmente pobre; e terceiro, pois a perspectiva das necessidades básicas dá ênfase ao caráter multidimensional da pobreza e ao reconhecimento das inter-relações entre as diversas carências, o que resulta na implementação de políticas que privilegiem a complementariedade no enfrentamento da pobreza em suas amplas facetas.

Quanto às aplicações práticas dessa abordagem, na maioria dos casos o foco se dá sobre as necessidades materiais mensuradas através de bens e serviços básicos⁶. Porém, como alerta Sen:

⁶ Por ser considerada um tanto quanto arbitrária na determinação das necessidades básicas, essa abordagem foi acusada de cometer o “fetichismo da *commodity*” (*commodity fetishism*). Para mais detalhes, ver Sen (1981).

as necessidades 'básicas' ou 'mínimas' são frequentemente especificadas em termos de um vetor híbrido – por exemplo, quantidades de calorias, proteínas, alojamento, escolas, leitos hospitalares – sendo alguns dos componentes puros características, enquanto outros são flagrantemente mercadorias (SEN, 1981, p. 25, tradução nossa).

Além disso, a determinação de necessidades básicas ora em termos de características, ora em termos de *commodities*, pode não apenas evidenciar um contraste significativo quando da realização de comparações entre populações, como também é capaz de negligenciar os gostos alimentares de comunidades em situação de pobreza, o que, embora possa parecer irrelevante em um primeiro momento, tende a sugerir abordagens bastante diferentes na intervenção pública.

Outra dificuldade refere-se ao fato de que grupos sociais diferentes (idosos, crianças e gestantes, por exemplo) possuem necessidades básicas diferentes. Também é preciso levar em conta a questão da má distribuição dessas necessidades no interior dos núcleos familiares, o que evidencia os limites apresentados por essa abordagem, principalmente em assimilar o caráter relativo da pobreza. Essa percepção é reforçada por Codes (2008, p. 14) , ao argumentar que “mesmo aquelas necessidades consideradas absolutas ou essenciais, que devem ser satisfeitas independentemente de comparações contextuais, não estão livres do componente relativo da pobreza”. Também é um problema o fato do enfoque das necessidades básicas não permitir conhecer o grau de gravidade da pobreza, nem em nível de um grupo familiar, nem da sociedade: são colocados no mesmo plano aqueles que estão apenas um pouco aquém dos limites estabelecidos e aqueles que se encontram muito abaixo, em estado agudo de miséria (SALAMA; DESTREMAU, 1999).

Essas dificuldades se refletiram, no decorrer dos anos 1970 e 1980, em diversas tentativas de emplacar um indicador social que fosse sintético (capaz de medir a qualidade de vida entendida como um objetivo universal, isto é, não culturalmente específico), físico (de modo a evitar vieses monetário, cambial e de preços relativos, inevitáveis ao uso da renda como parâmetro) e de resultado, como preconizava o enfoque das necessidades básicas.

O primeiro esforço ocorreu em meados da década de 1960 com a construção do Índice de Drewnowsky e Scott, que esbarrou em informações de difícil obtenção. Posteriormente, em 1979, Morris e Liser conceberam o Índice de Qualidade de Vida Física (*Physical Quality of Life Index* - PQLI), que reunia três características básicas para refletir a qualidade de vida (mortalidade infantil, esperança de vida com um ano de idade e taxa de alfabetização) e pretendia ser livre de vieses culturais. Ao propor comparações intertemporais e entre países com a adoção de padrões e normas de discutível operacionalização em sociedades com níveis

de desenvolvimento muito distintos, este indicador não logrou aceitação internacional (BAGOLIN; COMIM, 2008; ROCHA, 2006).

O debate sobre como medir o desenvolvimento econômico também fez parte dos documentos de organismos internacionais. No primeiro relatório do Banco Mundial, por exemplo, o crescimento econômico acelerado e a redução da pobreza eram assinalados como o duplo objetivo do desenvolvimento (WORLD BANK, 1978). Dois anos depois, no mesmo relatório, a instituição reconhecia o crescimento econômico como condição necessária, porém insuficiente para a redução da pobreza (SERRA, 2017; WORLD BANK, 1980).

O relatório de desenvolvimento de 1990 (WORLD BANK, 1990), que define pobreza como a incapacidade de atingir um padrão de vida mínimo, aponta que renda familiar e despesas per capita são parâmetros adequados para medir o padrão de vida, desde que incluam a produção para consumo próprio, muito importante para a maioria dos pobres no mundo. No entanto, o documento salienta que nenhuma dessas medidas captura dimensões do bem-estar associadas à saúde, expectativa de vida, alfabetização e acesso a bens públicos ou recursos de propriedade comum. A importância dessas outras dimensões é destacada em uma passagem do relatório:

Ser capaz de obter água potável, por exemplo, é importante para o padrão de vida de uma pessoa, mas não se reflete no consumo ou na renda normalmente medidos. As famílias com acesso a serviços públicos gratuitos estão em melhor situação do que aquelas sem, embora suas receitas e despesas possam ser as mesmas. Por causa dessas desvantagens, este relatório complementa uma medida de pobreza baseada no consumo com outras, como nutrição, expectativa de vida, mortalidade de menores de 5 anos e taxas de matrícula escolar (WORLD BANK, 1990, p. 26, tradução nossa).

O ponto alto deste debate que envolvia tentativas de trazer complexidade à análise do desenvolvimento e das situações de pobreza ocorreu após o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) lançar o Relatório do Desenvolvimento Humano (UNDP, 1990), também em 1990. Sob liderança do economista paquistanês Mahbub ul Haq e com base na abordagem das capacitações, do economista indiano Amartya Sen (1981, 2001, 2010), o relatório lançou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que se consolidou como medida de comparação do desenvolvimento entre nações. O índice combina três dimensões da vida humana, cada uma delas com peso igual, a saber: Renda (per capita), Longevidade (expectativa de vida ao nascer) e Educação (índice de analfabetismo e taxas de matrícula em todos os níveis de ensino). Apesar de ser uma medida simples, o IDH representou um avanço na compreensão da natureza multidimensional do desenvolvimento, da pobreza e do bem-estar.

De acordo com Anand e Sen (1994, p. 2), a motivação por trás da criação do IDH foi a busca de um índice que pudesse concentrar o foco “on the lives that people lead - what they

succeed in being and doing”. A intenção era que o índice fosse capaz de responder a perguntas sobre a vida das pessoas, tais como:

Eles têm a capacitação de viver uma vida longa? Eles podem evitar a mortalidade durante a infância? Eles podem escapar da morbidade evitável? Eles evitam o analfabetismo? Eles estão livres de fome e desnutrição? Eles desfrutam de liberdade individual e liberdade? (ANAND; SEN, 1994, p. 2, tradução nossa).⁷

Partindo da mesma base conceitual, a Organização das Nações Unidas criou também o Índice de Pobreza Humana (IPH), lançado no Relatório de Desenvolvimento Humano de 1997 (UNDP, 1997). Este índice utiliza as mesmas dimensões do IDH, com a diferença de que as informações são mais restritas à situação de pobreza dos indivíduos: percentual de pessoas cuja expectativa de vida esperada é de até 40 anos (longevidade); percentual de adultos analfabetos (educação); aspecto relacionado a um padrão de vida considerado satisfatório, que abrange variáveis como percentual de pessoas sem acesso a serviços de saúde e água potável e percentual de crianças subnutridas menores de 5 anos (UNDP, 1997).

A intenção de rejeitar a abordagem monetária da pobreza em favor de uma abordagem multidimensional fica clara na criação de ambos os índices (IDH e IPH)⁸:

O Índice de Desenvolvimento Humano examina diferentes características da qualidade de vida e chega a um julgamento agregado sobre a extensão do desenvolvimento humano geral. Da mesma forma, o Índice de Pobreza Humana deve examinar diferentes características de privação na qualidade de vida, e então chegar a um julgamento agregado sobre a extensão da privação geral dos empobrecidos. Ao obter uma visão adequadamente ampla da privação (incluindo seus diferentes aspectos), essa multidimensionalidade é importante e incontornável, e apesar das complicações de lidar com várias variáveis ao mesmo tempo, adotar uma abordagem multidimensional deve, em última análise, ser vista como uma vantagem e não como uma deficiência (ANAND; SEN, 1997, p. 5, tradução nossa).⁹

Anand e Sen (1997, p. 6) reforçam que as decisões de avaliação da pobreza e desenvolvimento devem ser guiadas não apenas por considerações práticas de mensurabilidade e disponibilidade de dados, mas também pela leitura dos valores prevaletentes sobre o que deve

⁷ “Do they have the capability to live long? Can they avoid mortality during infancy and childhood? Can they escape preventable morbidity? Do they avoid illiteracy? Are they free from hunger and undernourishment? Do they enjoy personal liberty and freedom?”

⁸ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é representado pela sigla HDI, que significa, em inglês, *Human Development Index*. Da mesma forma, o Índice de Pobreza Humana (IPH) é representado pela sigla HPI, do inglês *Human Poverty Index*.

⁹ “The Human Development Index examines different features of the quality of life and arrives at an aggregate judgement on the extent of overall human development. In the same way, the Human Poverty Index must examine different features of deprivation in the quality of life, and then arrive at an aggregate judgement on the extent of overall deprivation of the impoverished. In getting an adequately broad view of deprivation (including its different aspects), this multidimensionality is important and inescapable, and despite the complications of dealing with several variables at the same time, taking a multidimensional approach must, ultimately, be seen as an asset rather than a liability.”

ser contabilizado como privação e de que forma isso deve ser registrado na mensuração da pobreza. Na realidade, colocava-se sobre a mesa a necessidade de se construir indicadores que fossem capazes de mensurar a qualidade do desenvolvimento com base no que, de fato, importa para a vida das pessoas.

No Relatório de Desenvolvimento Humano de 1998, o PNUD optou por categorizar o IPH em dois índices distintos: IPH-1 e IPH-2. O primeiro representou nada mais do que o próprio IPH lançado no relatório do ano anterior, porém foi definido exclusivamente para os países em desenvolvimento. O segundo, especialmente adaptado à situação dos países industrializados, refletiu a tentativa de captar as formas que a pobreza toma nesses países.

O IPH-2 está vinculado às seguintes variáveis: percentual de pessoas cuja expectativa de vida esperada é de até 60 anos (longevidade); percentual de adultos analfabetos (educação); percentual de pessoas cuja renda individual disponível é inferior à meia-mediana nacional (pobreza econômica); percentual de desempregados por período de 12 ou mais meses (desemprego) (UNDP, 1998). De acordo com Salama e Destremau (1999, p. 95), a inclusão explícita da renda como variável, diferentemente do que acontecia com o IPH-1, deve-se, ao fato de que nos países pobres a alimentação absorve a maior parte da renda das pessoas em situação de pobreza, o que não ocorre nos países industrializados, onde o patamar das necessidades materiais consolidadas como essenciais é mais alto.

A construção de índices para mensuração da pobreza multidimensional teve momento marcante com a publicação do Relatório do Desenvolvimento Humano de 2010 (UNDP, 2010). Neste relatório foi lançado o Índice de Pobreza Multidimensional global (IPM ou MPI – *Multidimensional Poverty Index*)¹⁰ em substituição ao IPH. Desenvolvido com base no trabalho de Alkire e Santos (2010) em parceria com o PNUD, a principal diferença deste índice em relação ao IPH é o fato do IPM captar quantas pessoas sofrem privações sobrepostas e quantas privações enfrentam em média nas dimensões observadas. Desta forma, é possível medir tanto a incidência (percentual de pessoas multidimensionalmente pobres) como a intensidade da pobreza (número médio de privações que as pessoas sofrem simultaneamente), levando em conta as mesmas dimensões do IDH e do IPH, na perspectiva das capacitações.

O IPM informa o percentual da população que é multidimensionalmente pobre ajustado pela intensidade das privações. É o resultado do produto de duas medidas: a incidência de

¹⁰ Além do IPM, o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2010 introduziu duas medidas multidimensionais de desigualdade: o IDH Ajustado à Desigualdade (IDHAD ou IHDI – *Inequality-adjusted HDI*) e o Índice de Desigualdade de Gênero (IDG ou GII – *Gender Inequality Index*). Para detalhes sobre o método de cálculo desses índices, ver as notas técnicas do relatório (SERRA, 2017; UNDP, 2010).

pobreza multidimensional e a sua intensidade. O IPM global, usado na comparação entre países desde 2010, é obtido a partir de dez indicadores em três dimensões: educação, saúde e padrão de vida. De acordo com os critérios estabelecidos para o IPM global, um domicílio é multidimensionalmente pobre se tem carências em pelo menos 33,3% dos indicadores ponderados (PNUD, 2019). A unidade de identificação é o domicílio e, portanto, todos os moradores de cada domicílio são classificados como multidimensionalmente pobres ou não pobres de acordo com as privações de sua família. Em função da intensidade das privações, os domicílios também são classificados em situação de pobreza multidimensional severa (privações em 50% ou mais dos indicadores ponderados) ou de vulnerabilidade (privações entre 20% e 33,3%) (PNUD, 2019).

O IPM global é considerado uma medida de pobreza aguda, uma vez que os parâmetros que definem se um domicílio é privado ou não são muito restritos (por exemplo, basta que um morador possua seis anos completos de estudo para que o domicílio não seja identificado como privado de escolaridade). Por isso, salienta Serra (2017), trata-se de um índice mais apropriado para países menos desenvolvidos, o que inclui países do sul da Ásia, da África Subsaariana e os mais pobres da América Latina e Caribe. Para o caso dos países mais desenvolvidos, essa dificuldade pode ser contornada a partir da utilização de métodos que permitem a construção de índices de pobreza multidimensional com a definição de parâmetros de privação menos restritos, isto é, mais adequados para à realidade socioeconômica da sociedade analisada¹¹.

A consolidação da perspectiva do desenvolvimento humano refletiu a tentativa de colocar as pessoas de volta ao centro das discussões e ações relacionadas às políticas econômicas e sociais. É preciso, porém, salientar que trazer o bem-estar humano novamente ao centro do debate sobre o desenvolvimento econômico não foi um objetivo visado somente nos últimos anos, mas uma meta que se perdeu ou se confundiu ao longo do processo de acumulação de capital (COSTA, 2006). Como pode ser visto no Relatório de Desenvolvimento Humano de 2001:

¹¹ Neste trabalho foi utilizado o método Alkire-Foster (2009), que será apresentado no capítulo 3.

Esta forma de olhar para o desenvolvimento, frequentemente esquecida na preocupação imediata com a acumulação de bens e riqueza financeira, não é nova. Os filósofos, economistas e líderes políticos, desde há muito que enfatizam o bem-estar humano como o objetivo, o fim, do desenvolvimento. Como dizia Aristóteles, na Grécia antiga, ‘A riqueza não é, evidentemente, o bem que procuramos, pois ela é útil apenas para obter outra coisa qualquer’”(UNDP, 2001, p. 9, tradução nossa).¹²

Não indo tão longe, Comim e Bagolin (2008) também identificam que a preocupação com o desenvolvimento humano não é uma ideia nova nem original, mas um resultado de longas discussões que partiram de inquietações já na década de 1960, época em que as elevadas taxas de crescimento econômico não estavam ajudando a reduzir os níveis de pobreza em âmbito global.

O ponto chave é que a formulação desses índices representa um processo de mudança na compreensão do desenvolvimento econômico, o que, naturalmente, implica em uma transformação na maneira de se entender e combater o fenômeno da pobreza. O desenvolvimento humano é um processo de ampliação das oportunidades de desenvolver as aptidões e a criatividade das pessoas conforme suas necessidades e interesses. Diferentemente da perspectiva do crescimento econômico, que enxerga o bem-estar de uma sociedade apenas por meio dos recursos ou pela renda que ela pode gerar, a abordagem do desenvolvimento humano procura olhar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacitações¹³.

[...] as verdadeiras limitações da economia do desenvolvimento tradicional emergiram não da escolha dos meios para o fim do crescimento econômico, mas do reconhecimento insuficiente de que o crescimento econômico era não mais do que um meio para alguns outros objetivos. Isso não significa dizer que o crescimento não tem importância (SEN, 1983, p. 753, tradução nossa)¹⁴.

Ao incorporar a perspectiva do desenvolvimento humano, a noção de pobreza tem evoluído no sentido de incluir dimensões importantes sobre a vida das pessoas, considerando seu caráter multidimensional, e não ficando limitada apenas a esfera da disponibilidade de renda. As situações de pobreza estão relacionadas a privações de oportunidades e de escolhas nos mais diversos aspectos da vida. Entre esses, é possível, inicialmente, citar: fome, dificuldade de acesso a serviços de saúde, saneamento básico, educação, insegurança econômica, desigualdade de gênero, etc. Também, é preciso salientar que a configuração de

¹² “This way of looking at development, often forgotten in the immediate concern with accumulating commodities and financial wealth, is not new. Philosophers, economists and political leaders have long emphasized human well-being as the purpose, the end, of development. As Aristotle said in ancient Greece, ‘Wealth is evidently not the good we are seeking, for it is merely useful for sake of something else.’ ”

¹³ Capacitações provém do termo *capabilities* [*capabilities approach*] e refere-se à Abordagem das Capacitações, de Amartya Sen, que será tratada na próxima seção.

¹⁴ “I believe the real limitations of traditional development economics arose not from the choice of means to the end of economic growth, but in the insufficient recognition that economic growth was no more than a means to some other objectives. The point is not the same as saying that growth does not matter. ”

situações de pobreza é influenciada tanto por uma diversidade de arranjos sociais locais, que, por sua vez, não raramente, se integram tanto a realidades nacionais e globais, quanto por heterogeneidades pessoais e culturais inerentes aos seres humanos (KÜHN, 2008).

Sob o pano de fundo dessa perspectiva multidimensional, a Abordagem das Capacitações procura exatamente ampliar o espaço informacional apropriado para a avaliação do desenvolvimento, permitindo ao pesquisador maior sensibilidade (e bom senso) no estudo da pobreza. Essa abordagem considera que o processo de desenvolvimento só ocorre à medida que se reduzem as privações que as pessoas sofrem e ampliam-se as oportunidades de escolha nos mais diversos aspectos da vida humana.

A definição de pobreza, segundo essa abordagem, é assunto da próxima seção.

1.4 POBREZA COMO PRIVAÇÃO DE CAPACITAÇÕES

Os trabalhos do economista Amartya Sen no final da década de 1970 e início dos anos 1980 constituem o ponto de partida da Abordagem das Capacitações (*Capability Approach*), cujo avanço teórico tem tido a contribuição de outros autores, como, por exemplo, Martha Nussbaum no campo da filosofia. Buscando expandir a abordagem das necessidades básicas, Sen amplia as discussões sobre pobreza ao introduzir questões relacionadas à justiça social, desigualdade e ética.

Para compreender a formulação teórica da abordagem das capacidades, é preciso remontar às críticas feitas por Sen (1999) à chamada economia moderna, pautada pela teoria utilitarista:

Embora essa concepção (utilitarista) seja amplamente acalentada [...], existe ainda algo de extraordinário no fato de a economia haver de fato evoluído dessa maneira, caracterizando a motivação humana nesses termos tão espetacularmente restritos. Uma razão dessa singularidade é que a economia supostamente se ocupa de pessoas reais. É difícil crer que pessoas reais poderiam ser totalmente indiferentes ao alcance do auto-exame induzido pela questão socrática “Como devemos viver?” [...] As pessoas estudadas pela economia podem mesmo ser tão insensíveis a essa questão flexível e ater-se exclusivamente à impassibilidade rudimentar a elas atribuídas pela economia moderna? (SEN, 1999, p. 17–18).

É a partir do descolamento entre a análise econômica moderna – cujo foco é voltado às noções de progresso, eficiência e produção de mercadorias - e a realidade social que se fundamenta o pensamento seniano. Para descrever este descompasso, Sen (1999) retoma a discussão sobre as duas origens distintas da Ciência Econômica, respectivamente associadas à ética, de um lado, e à engenharia, de outro.

A origem “engenheira” ocupa-se de questões associadas à chamada economia positiva, dando pouca ou nenhuma importância às preocupações normativas, tais como fins supremos e objetivos amplos. Essa abordagem considera que o comportamento humano é baseado em motivos simples e de fácil caracterização, de modo que considerações éticas passem ao largo deste tipo de avaliação (SEN, 1999).

A tradição ligada à ética, por sua vez, volta-se para as raízes filosóficas da economia, que podem ser encontradas desde os escritos de Aristóteles. Essa vertente dedica-se especialmente a duas questões consideradas básicas para a economia. A primeira delas remete a problemas da motivação humana, o que pressupõe considerar que as deliberações éticas (valores morais, por exemplo) possuem relevância para o comportamento humano real¹⁵. A segunda questão refere-se à avaliação da realização social, também uma concepção aristotélica que aponta para as características agregativas, isto é: ainda que valha a pena atingir o bem para o homem, “é mais admirável e mais divino atingi-lo para uma nação ou para cidades-estados” (ARISTÓTELES, p. 2 apud SEN, 1999, p. 20).

Essas questões de ordem ética recebem maior consideração de uns autores do que de outros¹⁶. Mais especificamente sobre a avaliação da realização social, cabe salientar as ideias do filósofo Raymond Plant¹⁷:

[...] as consequências econômicas são questões de responsabilidade moral. [...] Por isso o mercado deve admitir certos princípios, como a responsabilização de todos pelos mais necessitados por meio da garantia de direitos sociais. [...] todo código moral tem de reconhecer que o indivíduo necessita de certas capacidades básicas que lhe permitam agir e prosseguir agindo de acordo com os objetivos consagrados nesse código. A satisfação das necessidades absolutas e indispensáveis pode ser entendida como um dever de toda a sociedade e de estrita obrigação geradora de direitos (1998 apud PEREIRA et al., 2009, p. 59, 60).

Embora seja impossível desvincular o estudo da economia das considerações éticas, lamentavelmente a evolução da economia moderna testemunhou uma diminuição da importância da abordagem ética em favor da vertente “engenheira”.

A metodologia chamada ‘economia positiva’ não apenas se esquivou da análise econômica normativa como também teve o efeito de deixar de lado uma variedade de considerações éticas complexas que afetam o comportamento humano real e que, do ponto de vista dos economistas que estudam esse comportamento, são

¹⁵ Segundo Sen (1999, p. 20), isso não equivale a afirmar que as pessoas sempre agirão de maneira que elas próprias defendem moralmente”, mas que isso deve ser considerado na análise do comportamento humano.

¹⁶ Por exemplo, elas dominam escritos de Adam Smith, John Stuart Mill, Karl Marx ou Francis Edgeworth (SEN, 1999).

¹⁷ Raymond Plant é professor do St. Catherine’s College, Oxford, desde setembro de 1994. Foi professor de Política na Universidade de Southampton de 1979 a 1994, sendo agora um dos reitores honorários da Universidade. Em 1992, foi nomeado Life Peer na Câmara dos Lordes e tem assento no Conselho do Partido Trabalhista. Entre seus livros, incluem-se Hegel, Political Philosophy and Social Welfare e Modern Political Thought.

primordialmente fatos e não juízos normativos. Examinando as proporções das ênfases nas publicações da economia moderna, é difícil não notar a aversão às análises normativas profundas e o descaso pela influência das considerações éticas sobre a caracterização do comportamento humano real (SEN, 1999, p. 23).

A retomada da origem ética da economia permite a Sen (2010) apresentar uma crítica às abordagens tradicionais do desenvolvimento, que desconsideram o caráter multidimensional da pobreza e de seus determinantes. A formulação da abordagem das capacitações nasce como uma construção normativa que procura avaliar o êxito de uma sociedade conforme as liberdades desfrutadas pelos seus membros. Essa posição avaliatória difere expressamente das análises econômicas oriundas da vertente de “engenharia”, mas também do enfoque informacional de abordagens normativas mais tradicionais, que se concentram em outras variáveis, tais como utilidade, liberdade processual ou renda real (ibidem, p. 33).

Para Sen (2010), a expansão da liberdade é considerada o fim primordial (papel constitutivo) e o principal meio (papel instrumental) do desenvolvimento. O papel constitutivo relaciona-se às liberdades básicas para o enriquecimento da vida humana, como, por exemplo, ter condições de evitar privações como a fome, a subnutrição, a morbidez evitável e a morte prematura, assim como liberdades associadas a saber ler e fazer cálculos aritméticos, ter participação política e liberdade de expressão. O papel instrumental da liberdade, isto é, seu papel enquanto meio, contribui para a expansão da liberdade humana de modo geral. As liberdades instrumentais devem atuar conjuntamente e suas consequências geralmente não se limitam a uma delas, podendo contribuir imensamente para promover liberdades de outros tipos. Entre essas liberdades estão: liberdade política, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora (SEN, 2010, p. 58).

O papel instrumental da liberdade concerne ao modo como diferentes tipos de direitos, oportunidades e intitamentos¹⁸ [*entitlements*] contribuem para expansão da liberdade humana em geral e, assim, para a promoção do desenvolvimento. A eficácia da liberdade como instrumento reside no fato de que diferentes tipos de liberdade apresentam inter-relação entre si, e um tipo de liberdade pode contribuir imensamente para promover liberdades de outros tipos (SEN, 2010, p. 56–57)

Na Abordagem das Capacitações de Sen (2010), o desenvolvimento é visto como um processo de eliminação das privações de liberdades e de ampliação das liberdades substantivas de diferentes tipos que as pessoas têm razão para valorizar, enquanto o subdesenvolvimento é entendido amplamente na forma de privação de liberdade. O processo de desenvolvimento só

¹⁸ “Em uma economia de mercado [...], o conjunto de intitamentos de uma pessoa é determinado pelo pacote original de bens que ela possui e pelos vários pacotes alternativos que ela pode adquirir [...] Uma pessoa passa fome quando seu *entitlement* não inclui nenhum pacote de bens que contenha uma quantidade adequada de alimento” (SEN, 2010, p. 57).

ocorre, de fato, à medida que se reduzem as privações que as pessoas sofrem e ampliam-se as oportunidades de escolhas que as pessoas valorizam para ser e estar.

Para além das concepções que entendem o desenvolvimento como um processo de acumulação de riqueza, crescimento do Produto Interno Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda, Sen (2010, p. 29) propõe uma concepção mais plena do processo de desenvolvimento, alegando ser indubitavelmente inadequado adotar como objetivo básico apenas a maximização da renda ou da riqueza, que é, citando Aristóteles¹⁹, “meramente útil e em proveito de alguma outra coisa”. Segundo o autor, o desenvolvimento tem de estar relacionado, sobretudo, com a melhora da vida que se pode levar e das liberdades que as pessoas podem desfrutar. Expandir as liberdades que os indivíduos têm razão para valorizar não somente engrandece a vida humana, mas permite que as pessoas sejam seres sociais mais completos, capazes de pôr em prática suas escolhas e aptidões, interagindo e influenciando o mundo.

A noção de liberdade está relacionada ao que Sen (2010) denomina aspecto de agência (*agency aspect*) do indivíduo. A condição de agente de um indivíduo representa a habilidade ou potencial de perseguir objetivos, de provocar mudanças, participar de ações econômicas, sociais e políticas, atuando como membro efetivo da sociedade. Contrariamente à concepção utilitarista, baseada na maximização do bem-estar individual, a realização da condição de agente examina realizações e oportunidades também em termos de outros objetivos e valores. Trata-se de “uma visão mais abrangente da pessoa, incluindo a valorização de várias coisas que ela gostaria que acontecessem e a capacidade de formar esses objetivos e realiza-los” (SEN, 1999, p. 75).

Ao considerar a individualidade de cada pessoa e suas respectivas oportunidades, o conceito de condição de agente traz para a análise do desenvolvimento algo que não é levado em conta nas abordagens mais restritas. Ao mesmo tempo em que reconhece a importância das pessoas serem protagonistas do próprio destino, o aspecto da condição de agente não negligencia o fato de que para exercerem tal condição os indivíduos necessitam do fortalecimento e da proteção de suas capacitações, o que passa, obviamente, pela atuação do Estado e da sociedade. Conforme Sen (2010, p. 77):

[...] as pessoas têm de ser vistas como ativamente envolvidas – dada a oportunidade – na conformação de seu próprio destino, e não apenas como beneficiárias passivas dos frutos de engenhosos programas de desenvolvimento. O Estado e a sociedade têm papéis amplos no fortalecimento e na proteção das capacitações humanas.

¹⁹ Em pequeno trecho do livro *Ética a Nicômaco*.

De acordo com Diniz e Diniz (2009, p. 402), a abordagem das capacitações rompe com a noção utilitarista de que os indivíduos são apenas agentes com necessidades, defendendo que são “agentes de mudança”, cuja situação de vida (ou bem-estar) depende das oportunidades que lhes são ofertadas, não só como consumidores, mas em todas as esferas sociais. Ao interpretarem o pensamento de Sen, Salama e Destremau (2001 apud CODES, 2008) enfatizam que a noção de bem-estar tem a ver com “estar bem”, o que se refere a ser capaz de ter longevidade, de estar bem nutrido, de ser saudável e educado, entre outros atributos.

Trata-se de uma mudança significativa do que Sen (2010) chama de base informacional: as informações que são necessárias para formar juízos utilizando determinada abordagem. Ao defender a necessidade de se avaliar o desenvolvimento a partir de uma base informacional mais ampla, isto é, que seja capaz de capturar a diversidade dos seres humanos (suas diferenças de idade, sexo, talentos especiais ou incapacidades associadas a doenças, etc), a abordagem das capacitações se constitui como uma formulação teórica que permite o exercício de uma avaliação econômica que está amplamente ligada aos aspectos da vida real das pessoas.

A esse respeito, Marin (2005, p. 124) destaca que a abordagem das capacitações “enriquece, através da ampliação da base informacional e da constituição de diferentes dimensões para o bem-estar, as considerações que informam as análises da escolha social e do bem-estar social” e “aceita e reforça o foco multidimensional que pode ser entendido como uma visão de que o bem-estar pode ser discutido segundo diferentes concepções e não somente sob a ótica da utilidade”.

Nesse amplo espaço informacional que não é das utilidades nem dos bens primários, mas das liberdades que as pessoas possuem de escolher uma vida que se tem razão para valorizar, o bem-estar do indivíduo pode ser considerado em relação à qualidade de sua existência, que se dá em termos de funcionamentos (*functionings*) e capacitações (*capabilities*).

Os funcionamentos estão relacionados às condições de vida, isto é, representam os diferentes seres e fazeres (*being and doings*) que os indivíduos alcançam. Eles podem variar desde coisas elementares como estar bem nutrido, estar com boa saúde ou livre de doenças que podem ser evitadas e da morte prematura, até realizações mais complexas, tais como ser feliz, ter respeito próprio, participar da vida das comunidades e assim por diante (SEN, 2001). Segundo Marin (2005, p. 113), os funcionamentos não são nem recursos, nem utilidades, são fatores humanos, isto é, características pessoais que dizem o que uma pessoa “*está fazendo*” e “*como ela é*”.

A noção de capacitações está intimamente relacionada com a ideia de funcionamentos. Ela representa as várias combinações de funcionamentos (estados e ações) que uma pessoa tem

condições de realizar. Refere-se a liberdade para realizar combinações alternativas de funcionamentos, ou seja, diz respeito às oportunidades reais que os indivíduos dispõem e que, portanto, definem a liberdade de escolha do tipo de vida que eles preferem viver (SEN, 2001, 2010). De acordo com Marin (2005, p. 113), a capacitação reflete, portanto, “o que a pessoa *pode fazer ou realizar*”.

Uma situação de fome voluntária e involuntária pode descrever, em termos práticos, a diferença entre funcionamentos e capacitações.

[...] uma pessoa abastada que faz jejum pode ter a mesma realização de funcionamento quanto a comer ou nutrir-se que uma pessoa destituída, forçada a passar fome extrema, mas a primeira pessoa possui um ‘conjunto capacitário’ diferente da segunda (a primeira pode escolher comer bem e ser bem nutrida de um modo impossível para a segunda) (SEN, 2010, p. 105).

Embora essa diferenciação entre o que as pessoas *estão fazendo* (seus funcionamentos) e o que elas realmente *podem fazer ou realizar* (suas capacitações) possa parecer trivial, é importante reconhecer que essa sensibilidade da abordagem das capacitações é o que lhe confere uma análise pluralista e capaz de fornecer uma percepção mais complexa das situações sociais. A partir dessas considerações, o enfoque avaliatório da abordagem das capacitações pode ser sobre os funcionamentos realizados, as coisas que uma pessoa realmente faz, ou sobre o conjunto capacitário de alternativas que ela tem, isto é, as coisas que uma pessoa é substancialmente livre para fazer (SEN, 2010).

Segundo Kuhn (2008), o estudo do conjunto capacitário permitiria conhecer, para cada agente, quais são os funcionamentos disponíveis para a realização, identificando a estrutura social que abrange os mesmos. Isso permite identificar claramente se os funcionamentos (aquilo que as pessoas *estão fazendo*) refletem escolhas pessoais ou insuficiência de acessos ou capacitações, isto é, se as pessoas fazem o que *estão fazendo* porque julgam melhor ou porque não possuem ou não vislumbram outras opções. Portanto, o interesse primário na análise da pobreza sob a perspectiva das capacitações diz respeito à capacidade para realizar funcionamentos, e não aos funcionamentos realizados (SEN, 2001, p. 175).

Em vez de definir a pobreza como carência de suprimento de necessidades fundamentais, Sen (2010) a percebe como a falta de realização de certos funcionamentos e da aquisição das capacitações correspondentes: uma pessoa é pobre se lhe falta oportunidade de atingir níveis minimamente aceitáveis destes funcionamentos (CODES, 2008). De forma semelhante, Diniz e Diniz (2009) sinalizam que no âmbito desta abordagem a pobreza está relacionada às restrições que impossibilitam a realização das capacitações frente aos funcionamentos que a sociedade interpõe aos seus indivíduos. A pobreza é vista como privação

de capacitações básicas em vez de meramente baixo nível de renda, o que não significa, de modo algum, negar a relevância da renda para o estudo da pobreza.

Se nossa atenção for desviada de uma concentração exclusiva sobre a pobreza de renda para a ideia mais inclusiva da privação de capacidade, poderemos entender melhor a pobreza das vidas e liberdades humanas com uma base informacional diferente (envolvendo certas estatísticas que a perspectiva da renda tende a desconsiderar como ponto de referência para a análise de políticas). O papel da renda monetária e da riqueza – ainda que importantíssimo – tem de ser integrado a um quadro mais amplo e complexo de êxito e privação (SEN, 2010, p.35).

Além da renda, a mensuração da pobreza deve levar em conta variáveis relacionadas ao acesso à educação, saúde, habitação, saneamento, bem como a liberdade de escolha entre os tipos e vida que uma pessoa tem razão de valorizar. O que a perspectiva das capacitações faz para a análise da pobreza é

melhorar o entendimento da natureza e das causas da pobreza e privação desviando a atenção principal dos meios (e de um meio específico que geralmente recebe a atenção exclusiva, ou seja, a renda) para os fins que as pessoas têm razão para buscar e, correspondentemente, para as liberdades de poder alcançar esses fins (SEN, 2010, p. 123)

São três os principais argumentos em favor da abordagem da pobreza como privação de capacitações (SEN, 2010). Primeiro, é focalizada em privações intrinsecamente importantes, enquanto na abordagem monetária a concentração é naquilo que é importante instrumentalmente; segundo, reconhece a importância de outras influências sobre a privação de capacitações e não unicamente a renda; terceiro, distingue a variabilidade da relação instrumental entre baixa renda e baixa capacitação entre comunidades, famílias e indivíduos. Esse último argumento é considerado por Sen (2010) como o mais valioso para a avaliação da ação pública no combate à desigualdade ou à pobreza. A relação entre renda e capacitação é afetada significativamente por diversos elementos, tais como idade, papéis sexuais e sociais, localização, condições epidemiológicas e por outras condições sobre as quais as pessoas possuem pouco ou nenhum controle. Por esse motivo, é preciso ter em mente que a potencialidade da renda deve ser avaliada em termos de conversão da renda em funcionamentos.

Uma pessoa com uma doença parasitária que lhe faz perder nutrientes, por exemplo, terá menos capacidade de satisfazer padrões nutricionais mínimos com o mesmo nível de renda, comparada com outra pessoa *sem* tal desvantagem. Segundo Sen (2001, p. 174), “se ela vai ser vista como mais pobre que a segunda pessoa, a despeito do fato de ambas terem a mesma renda, a razão para isso reside em sua maior insuficiência de capacidade (o foco que nos interessa)”. Para além desse exemplo específico, o que deve ficar claro é que quaisquer outros tipos de

desvantagem (pessoal ou circunstancial) incorreriam em diferentes níveis de privação para pessoas com um mesmo nível de renda.

Pode ocorrer também a uma certa união de desvantagens entre privação de renda e adversidade na conversão da renda em funcionamentos. Desvantagens como idade, necessidades especiais ou doença tanto reduzem o potencial do indivíduo auferir renda quanto tornam mais difícil converter renda em capacitação, já que pessoas com essas condições podem necessitar de rendas mais elevadas (para assistência, prótese, tratamento) para obter os mesmos funcionamentos. A variabilidade decorrente desses fatores – percebidos como desvantagens – “implica que a pobreza real (no que se refere à privação de capacitações) pode ser, em um sentido significativo, mais intensa do que pode parecer no espaço da renda” (SEN, 2010, p. 121).

Ademais, há que se considerar que a análise monetária é incapaz de captar as diferenças na distribuição da renda no seio familiar: “se a renda familiar é usada desproporcionalmente no interesse de alguns membros da família em detrimento de outros, [...] o grau de privação dos membros negligenciados pode não se refletir adequadamente pela renda familiar²⁰” (SEN, 2010, p. 122).

Naturalmente, a abordagem das capacitações e sua ampla estrutura normativa, que abrange todas essas peculiaridades humanas e sociais, também tem impacto na formulação e avaliação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento e melhoramento das condições socioeconômicas das pessoas. Segundo Marin (2005, p. 110), a perspectiva das capacitações descreve que o objetivo principal da política pública ou da intervenção social “é pensar no desenvolvimento não apenas como meio de aumentar o crescimento econômico, mas como um fim de expandir as capacitações das pessoas”. Segundo Porsse (2006), as políticas públicas devem oferecer os meios, os recursos ou as condições necessárias para que as capacitações das pessoas sejam expandidas, isto é, para que possam ter mais liberdade para viver o tipo de vida que têm razão para valorizar.

Esse raciocínio tem a ver com uma questão importante levantada por Sen (2001) acerca do diagnóstico de determinado problema social e a escolha de política para enfrentá-lo. Segundo o autor (ibidem, p. 170), a identificação da pobreza como privação de capacitações pode levar a uma recomendação de uma política pública, “mas essa é uma característica derivada, e o exercício primordial consiste em decidir quem está verdadeiramente privado conforme isso é julgado na sociedade em questão”. A escolha de políticas, portanto, deve suceder o diagnóstico,

²⁰ Como exemplo de desigualdades na distribuição da renda familiar, Sen (2010, p. 122) argumenta que pode existir uma sistemática “preferência pelos meninos” na alocação dos recursos familiares.

o que “também é importante para assegurar que a indisponibilidade de recursos públicos para auxiliar na eliminação de severas privações não nos faça redefinir a própria pobreza” (ibidem, p. 170). Em suma:

[...] o primeiro passo consiste em *diagnosticar* a privação, e relacionado com ele, determinar o que *devemos* fazer se tivermos os meios. E então o próximo passo é fazer escolhas de políticas reais em conformidade com nossos meios. Neste sentido, a análise descritiva da pobreza tem de ser *anterior* à escolha de políticas (SEN, 2001, p. 171, grifo do autor).

Outro aspecto relevante sobre a intervenção pública é o fato de que, segundo Sen (2010), os “beneficiários”²¹ de programas sociais tendem a dar mais atenção a funcionamentos e capacitações (e à qualidade de vida) do que meramente a ganhar mais dinheiro. A avaliação de políticas públicas que é feita em função de variáveis mais próximas ao que os indivíduos realmente valorizam pode ser mais eficiente. Essa discussão tem relação com considerações sobre o comportamento autointeressado, noção a qual Sen (1999) profere fortes críticas, alegando que o uso de uma suposição como essa – do autointeresse – tem limitado de forma significativa “o alcance da economia preditiva e dificultado a investigação de várias relações econômicas importantes que funcionam graças à versatilidade dos comportamentos (ibidem, p. 95)”.

O aumento das capacitações por meio de políticas públicas também envolve a discussão pública e a participação social, o que significa considerar a multiplicidade de fatores que envolvem a elaboração dessas políticas. As discussões públicas têm efeito sobre a concepção das necessidades e crenças valorizadas em cada região, por isso permitem que as decisões públicas possam ser tomadas com base nas necessidades e desejos reais das pessoas para um dado contexto local. Conforme Sen, “a política pública tem o papel não somente de procurar implementar as prioridades que emergem de valores e afirmações sociais, como também de facilitar e garantir a discussão pública mais completa (2010, p. 358)”.

Esse raciocínio é reforçado por Codes (2008) ao argumentar que a relevância da perspectiva da pobreza como privação de capacitações reside no fato de que as privações são vistas em um nível mais elementar, mais próximo das demandas de justiça social.

Segundo Sen (2001, p. 227):

²¹ O termo “beneficiário” é utilizado aqui para manter conformidade com a obra de Sen. No entanto, alguns pesquisadores têm apontado que este termo provoca uma associação à esmola ou ajuda gratuita por parte de instituições públicas, o que pode potencializar sentimentos de humilhação e estigma dos participantes de programas sociais. Rego e Pinzani (2014), por exemplo, sugerem a substituição do termo “beneficiário(a)” por “bolsista”.

[...] a reorientação de uma concepção centrada na renda para uma centrada na capacidade nos proporciona uma melhor compreensão do que está envolvido no desafio da pobreza. Ela fornece um guia mais claro das prioridades e políticas antipobreza e também nos ajuda a compreender melhor a gênese da pobreza em circunstâncias aparentemente improváveis (p. ex., nos países ricos da Europa e nos EUA).

Da mesma forma, ajuda a compreender a gênese da pobreza em cidades consideradas ricas do Brasil, como é o caso de Florianópolis, onde as situações de pobreza poderiam ser aparentemente improváveis.

No âmbito do presente trabalho, a abordagem das capacitações de Amartya Sen apresenta-se como uma perspectiva teórica bastante satisfatória para procurar compreender os determinantes da pobreza em uma região em que, a despeito de ter um contingente elevado de pessoas vivendo em situações de absoluta falta de recursos, de privação, de humilhação e de sofrimento, pouco se fala sobre esse tema.

Para além do limitado espaço informacional proposto pela abordagem focada na renda, o conceito de pobreza como privação de capacitações possibilita: primeiro, realizar o exercício de diagnosticar as fontes de privação, neste caso, identificar na microrregião de Florianópolis em quais dimensões e indicadores os indivíduos sofrem privações; e segundo, a partir deste diagnóstico, apontar para a escolha de políticas públicas voltadas para as reais demandas das pessoas que se encontram em situações de pobreza.

Ao reconhecer a feição multidimensional da pobreza, a perspectiva das capacitações tanto explicita a necessidade de avançar nas metodologias de identificação desse fenômeno, como incumbe ao pesquisador a tarefa de identificar as dimensões de vida mais valoradas para as pessoas ao se estudar pobreza e desenvolvimento humano. Antes dessa tarefa, porém, é necessário avançar na discussão do território de análise: a microrregião de Florianópolis.

2 O TERRITÓRIO DIVIDIDO: ESPAÇOS DE RIQUEZA E ESPAÇOS DE POBREZA

O presente capítulo se divide em duas seções. Na primeira, apresenta-se uma breve caracterização socioeconômica da microrregião de Florianópolis, mencionando o processo de colonização e as principais atividades econômicas e dados demográficos de seus municípios. O foco do capítulo, porém, é discutido na seção 2.2, que trata da formação socioespacial da Área Conurbada de Florianópolis (ACF), porção mais populosa da microrregião que compreende a Capital, Florianópolis, e os três municípios contíguos: São José, Palhoça e Biguaçu.

Nesta segunda seção, realiza-se uma descrição dos elementos que, a partir do século XX, contribuíram para a expansão das dinâmicas de pobreza no território de análise. Essas considerações fornecerão importante suporte teórico para, ao fim desta pesquisa, analisar os resultados da mensuração²² da pobreza multidimensional. A opção de trabalhar ora com a unidade espacial da cidade de Florianópolis, que exerce papel central no desenvolvimento da microrregião, ora com sua área conurbada, em detrimento da microrregião como um todo, deriva das diferenças de representatividade de cada município para a economia da microrregião. Como será visto adiante, os municípios situados fora da Área Conurbada de Florianópolis concentram um contingente populacional bastante reduzido.

2.1 A MICRORREGIÃO DE FLORIANÓPOLIS: COLONIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA

A microrregião de Florianópolis congrega nove municípios localizados na faixa litorânea central do estado de Santa Catarina. Segundo o Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010), a microrregião possui área de 2.877,522 km², onde viviam, em 2010, 878.260 habitantes distribuídos nos municípios de Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Palhoça, Paulo Lopes, Santo Amaro da Imperatriz, São José e São Pedro de Alcântara²³. É caracterizada por uma alta taxa de urbanização e por grande concentração populacional, sendo a microrregião mais urbanizada do estado, com 95,5% de sua população vivendo em áreas urbanas em 2010 (IBGE, 2010).

Os municípios que compõe a microrregião de Florianópolis têm em comum um processo de ocupação humana caracterizado pela presença de índios carijós (nativos), pelas colonizações

²² Cujo método é apresentado no capítulo 3.

²³ Em relação à Santa Catarina, a microrregião de Florianópolis abrange 3% do território catarinense e possui 14% da população do estado.

portuguesa e açoriana, africana²⁴ e, posteriormente, pelas colonizações alemã, italiana e, principalmente em Florianópolis, grega (1883) e sírio-libanesa (1895). A ocupação dos europeus e africanos ocorreu mais significativamente após a metade do século XVIII, em virtude da necessidade de desenvolver a economia local para atender ao mercado de Florianópolis (à época chamada Nossa Senhora do Desterro²⁵) e às exportações para outros estados do Brasil, assim como para resguardar o domínio da Coroa Portuguesa sobre a região (CAMPOS, 2009). Pereira (2003) aponta que o domínio da metrópole portuguesa, apesar de limitar as possibilidades de acumulação, não impediu o surgimento de uma certa diferenciação interna na pequena produção mercantil da microrregião.

Diferentemente de outras regiões brasileiras onde predominava a exploração monocultora em latifúndios utilizando mão-de-obra escrava, no litoral catarinense a colonização açoriana alicerçada na pequena propriedade familiar permitia ao colono a prática de uma policultura de subsistência que, somada à produção pesqueira, garantia os excedentes necessários à ampliação das relações comerciais da antiga vila de Nossa Senhora do Desterro (PEREIRA, 2003).

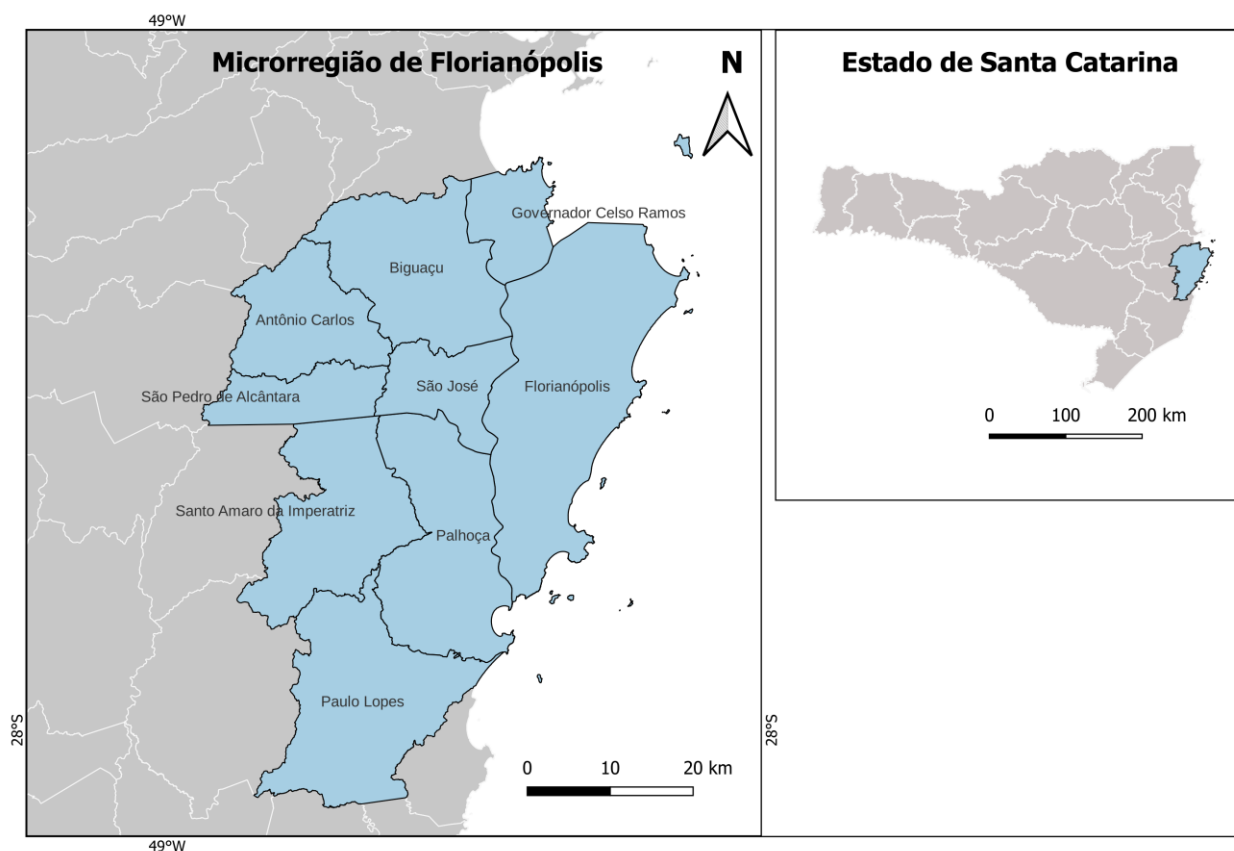
Desenvolveram-se, nesse período, diferentes atividades econômicas, como a pequena agricultura, a pequena produção manufatureira, a pesca e o comércio. O fortalecimento destas atividades promoveu uma estrutura urbana caracterizada por um comércio que visava o abastecimento da ilha, como ocorreu em São José, Palhoça e Biguaçu, e, especificamente no caso de Palhoça, servia também de entreposto comercial para os tropeiros vindos do Planalto Serrano de Santa Catarina.

Desde sua fundação, Florianópolis desempenhou papel importante na economia local, exercendo grande influência na formação dos municípios adjacentes. Por possuir o segundo maior contingente populacional de Santa Catarina e por abrigar a sede do Governo do Estado e outros órgãos públicos estaduais e federais, tais como a Universidade do Estado de Santa Catarina e a Universidade Federal de Santa Catarina, a Capital, Florianópolis, se mantém como principal polo de articulação dos municípios da microrregião.

²⁴ O processo de escravização omite na história a origem dos homens e mulheres trazidos do continente africano, motivo pelo qual não são mencionadas as nacionalidades destes imigrantes.

²⁵ A mudança de nome decorreu da vitória das forças comandadas pelo Marechal Floriano Peixoto na Revolução Federalista de 1894.

Mapa 1 – Microrregião de Florianópolis.



Fonte: Elaboração própria com base no Portal de Mapas do IBGE.

Mesmo tendo um processo de ocupação comum, o decurso da história sucedeu a cada município peculiaridades e funções econômicas específicas. O município de Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, possui área de 674.844 km² (IBGE, 2010), sua porção maior situada na ilha principal; e a porção menor, na área continental. Com uma população de 421.240 habitantes em 2010, a ocupação de Florianópolis iniciou-se no século XVII, em decorrência da necessidade de defesa da fronteira sul do litoral do Brasil Meridional, que contemplava as regiões hoje ocupadas pelos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (PEREIRA, 2003).

Consolidada a estratégia de ocupação, o século XVIII representou uma grande corrente migratória que transferiu mais de seis mil açorianos para a Ilha de Santa Catarina e para a costa catarinense (PAULI, 1987). Em seus mais de três séculos de existência, o processo de desenvolvimento urbano de Florianópolis passou, em linhas gerais, por três grandes fases:

A primeira urbanização está vinculada à ascensão da pequena produção mercantil açoriana que na virada do século XVIII para o século XIX tornou-se exportadora de gêneros alimentícios como farinha de mandioca, óleo de peixe, peixe salgado, etc. Esta fase está relacionada também ao estabelecimento das milícias portuguesas do Brasil meridional e à função administrativa da Província. A segunda, iniciada a partir do último quartel do século passado, quando, então, Florianópolis é promovida à condição de praça comercial importadora que vai abastecer as emergentes colônias alemãs e italianas recém instaladas nos vales atlânticos catarinenses. A última fase está relacionada ao processo de inserção da capital catarinense no contexto do capitalismo industrial brasileiro e catarinense que ocorre com mais vigor a partir da segunda metade dos anos 50 e transforma radicalmente a cidade (BASTOS, 2000, p. 127–128).

Atualmente, Florianópolis consolidou-se como polo turístico do estado e tem sua economia calçada principalmente no setor terciário, como a prestação de serviços, o turismo e o comércio, assim como atividades do setor secundário, principalmente na construção civil. Outros dois setores que ganharam relevância nas últimas décadas foram a maricultura, a criação de ostras e mariscos, e o setor de tecnologia da informação.

O município de São José localiza-se na parte continental, possui uma área de 150.499 km² (IBGE, 2010) e limita-se com os municípios de Florianópolis, Biguaçu, Antônio Carlos, São Pedro de Alcântara, Santo Amaro da Imperatriz e Palhoça. Em 2010, a população do município era de 209.804 habitantes.

Constituída em 1833 e de colonização açoriana²⁶, desde o início de sua formação socioespacial a cidade de São José mostrou-se um importante centro de abastecimento para a Capital. Nos anos que seguiram a formação do município, as principais atividades foram relacionadas à agricultura – com destaque para o algodão e linho – e ao comércio. Com a abertura da estrada em direção ao planalto, em decorrência da fundação de São Pedro de Alcântara, em 1829, ampliaram-se as transações comerciais entre esta região e o litoral, o que resultou em uma importante transformação no poderio econômico de São José (CAMPOS, 2009).

No século XIX, São José possuía uma produção agrícola diversificada e atuava em uma série de atividades econômicas relevantes para a microrregião naquela época, tais como cerâmica, pesca, serrarias e matadouros. Após um período de estagnação na primeira metade do século XX²⁷, a partir dos anos 1950 o município transformou-se em um importante polo

²⁶ É importante ressaltar que os açorianos colonizadores envolveram-se em marcantes lutas para expulsão dos índios nativos que ocupavam a região (CAMPOS, 2009).

²⁷ O período de estagnação resultou, em grande medida, da construção da ponte de ligação continente-ilha, a Ponte Hercílio Luz. Até então, São José era parada obrigatória para acessar a Ilha, porém a construção da ponte fez com que a produção de outras regiões passasse a ser levada diretamente à Capital. Para mais detalhes, ver Campos (2009).

industrial, comercial e de prestação de serviços, o que tem levado a uma expansão urbana considerável.

Outro relevante município da microrregião é Palhoça, que em 2010 contava com 137.334 habitantes. Com uma área 394.850 km² e limitada pelos municípios de Florianópolis, São José, Santo Amaro da Imperatriz e Paulo Lopes, a região atual da Palhoça era, inicialmente, ocupada por indígenas que foram extintos a partir da colonização portuguesa²⁸ (OLIVEIRA, 2011). Desde sua fundação, em 1793, até 1882, Palhoça centrou suas atividades econômicas na produção de farinha de mandioca e pescado, comercializados entre a sua população e também com a vizinha Florianópolis. Além disso, servia de importante ponto de comércio e de passagem de tropas provenientes da região serrana do estado de Santa Catarina.

Nas últimas duas décadas do século XIX, em resposta ao aumento na demanda por parte da Capital por alimentos e material de construção, Palhoça fortaleceu suas atividades no setor primário extrativista (lenha, água mineral, barro, argila), em produtos como camarão, peixe, banha e ovos, e no setor secundário, especialmente na fabricação de tijolos, telhas e madeiras compensadas.

Tal como ocorreu em São José, a construção da ponte de ligação entre ilha e continente (Ponte Hercílio Luz), em 1926, deu origem a um período de estagnação na economia palhocense. A construção da ponte fez com que a região central de Palhoça deixasse de ser território de comunicação e de acesso com a Ilha de Santa Catarina, fazendo com que o município, antes essencial para a chegada à Ilha, ficasse inicialmente abandonado (CAMPOS, 2009). Segundo Oliveira (2011), ao mesmo tempo em que a construção da Ponte colaborou para o período de estagnação da cidade, auxiliou no crescimento desta a partir da chegada de novos habitantes com outros interesses econômicos. Atualmente, Palhoça concentra atividades de comércio e indústria em sua porção norte, e de turismo e pesca na região sul do município.

Com território de 365.755 km² e 58.206 habitantes em 2010, o quarto município com maior relevância na microrregião é Biguaçu (IBGE, 2010), que está situado às margens da BR-101 e limita-se, ao norte, com os municípios de Canelinha e Tijucas, ao sul, com São José, a leste, com Governador Celso Ramos, e a oeste, com Antônio Carlos e São João Batista. Segundo Campos (2009), os indígenas foram os primeiros a habitar a região, porém, seu povoamento começou em 1748, com a chegada dos açorianos no vilarejo de São Miguel, antiga sede do município. Assim como na ocupação das terras de Florianópolis, São José e Palhoça,

²⁸ A partir do século XIX, o município recebeu diversas levas de imigrantes alemães, africanos e italianos (CAMPOS, 2009).

Biguaçu foi fundada como parte de uma estratégia militar da Coroa Portuguesa com objetivo de defender o sul do Brasil (CAMPOS, 2009; PEREIRA, 2003).

A pesca da baleia foi por muito tempo a principal atividade econômica de Biguaçu, já que “nos séculos XVIII e XIX o óleo extraído da baleia era utilizado na construção civil, na conservação da madeira, na iluminação e nas mais diversas manufaturas como lubrificante” (BASTOS, 2000, p. 128–129). No século XIX, os principais produtos do município eram a farinha de mandioca, o milho, o corte de madeira e os pescados. Os bens provenientes da agricultura, vale dizer, brotavam especialmente das áreas de colonização alemã que se constituíram ao norte do município, após a chegada dos açorianos.

No século XX, por volta dos anos 1950, o município concentrava sua produção industrial e extrativista em produtos como palmito enlatado, conservas, refrescos e refrigerantes, vassouras, areia, tijolos, carvão vegetal, camarão fresco e outros produtos de origem animal, como leite, ovos e manteiga (CAMPOS, 2009). Atualmente, Biguaçu se insere na economia da microrregião principalmente através da produção de hortifrutigranjeiros, plantio de arroz, grama em leiva, flores e a pesca, que é praticada em pequena escala, além da indústria de plástico e alimentos processados.

Os demais municípios da microrregião possuem populações significativamente inferiores e suas economias são modestas. Governador Celso Ramos foi colonizada em meados do século XVIII com a vinda de portugueses e com a chegada dos colonizadores vindos das Ilhas de Açores e da Madeira, atraídos pela pesca da baleia. A ocupação da região também teve influência de africanos na condição de escravos, que exerciam o trabalho braçal nas construções e no manejo da atividade baleeira. Com a queda da pesca da baleia, em meados do século XIX, o município passou combinar a atividade da pesca tradicional com agricultura de subsistência baseado no plantio de mandioca, café, feijão, assim como uma pequena criação de gado. O século XX representou o fortalecimento das indústrias pesqueiras na região, que representam, ainda hoje, junto do turismo, a maior atividade econômica do município (CAMPOS, 2009). Em 2010, viviam em Governador Celso Ramos 12.999 pessoas (IBGE, 2010).

Paulo Lopes teve seu processo de ocupação iniciado no fim do século XVII, a partir da chegada de famílias açorianas comandadas pela Força Militar Portuguesa. Com a mão de obra de índios nativos e negros escravizados, os recém-chegados colonizadores construíram suas casas e dedicaram-se, inicialmente, à fabricação de farinha de mandioca e ao cultivo de milho²⁹.

²⁹ Disponível em: <https://www.paulolopes.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/58298>. Acesso em 02/12/2021.

No ano de 2010, habitavam o município 6.692³⁰ pessoas que, atualmente, exercem atividades no setor de serviços, comércio, agropecuária e turismo (SEBRAE, 2019).

O município de Santo da Imperatriz foi colonizado por descendentes de alemães e africanos, embora tenha sido povoado inicialmente por portugueses e açorianos que habitavam áreas mais próximas ao Oceano Atlântico. Com 19.823 habitantes em 2010 (IBGE, 2010), desde sua formação os produtos agrícolas tiveram forte representatividade na economia do município, com destaque para a produção de tomate, batata inglesa, mandioca, cana-de-açúcar, milho verde, além de produtos orgânicos. No setor secundário, destaca-se a produção de bens para a indústria de construção civil, como artefatos de cimento, madeiras, esquadrias de madeira e alumínio, fibras, entre outros. Comércio, prestação de serviços e turismo também fazem parte das atividades econômicas de Santo Amaro da Imperatriz (CAMPOS, 2009).

Os municípios de São Pedro de Alcântara e Antônio Carlos possuíam, em 2010, populações de 4.704 e 7.458 habitantes, respectivamente (IBGE, 2010). Foram colonizados inicialmente por portugueses, açorianos e afrodescendentes, e ocupados posteriormente por imigrantes alemães e, em menor escala, italianos. São Pedro de Alcântara, originalmente denominada, em 1829, “Colônia dos Alemães”, tem sua economia baseada no turismo rural, no ecoturismo, na produção de hortifrutigranjeiros e derivados da cana-de-açúcar, como a cachaça artesanal de alambique³¹.

O município de Antônio Carlos, por sua vez, teve seu processo de ocupação consolidado a partir da chegada de imigrantes alemães e, posteriormente, a partir de 1830, imigrantes belgas, italianos e ingleses. A atividade econômica principal do município é a produção de hortaliças, sendo a principal fornecedora desses produtos na microrregião de Florianópolis: 14% dos produtos comercializados na CEASA (localizada no município de São José) provém de Antônio Carlos³². Além disso, o município é um grande produtor de grama em leivas, que são demandadas principalmente para empreendimentos imobiliários, como edifícios e residenciais nas cidades de Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu. Em 2010, habitavam Antônio Carlos 7.458 pessoas (IBGE, 2010).

As peculiaridades de cada um dos municípios se combinam com características geográficas especiais da formação litorânea catarinense, em que se harmonizam montanhas, amplas baías, belas praias, mangues, dunas, exuberante vegetação de Mata Atlântica e uma bem

³⁰ IBGE (2010).

³¹ Disponível em: <https://www.pmspa.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/50038>. Acesso em: 02/12/2021.

³² Disponível em: <https://www.antoniocarlos.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/43356>. Acesso em: 02/12/2021.

distribuída rede fluvial. Tudo isso não apenas confere uma elevada atratividade turística, mas pode sugerir que a microrregião realiza um tipo de desenvolvimento tão harmônico quanto suas belíssimas paisagens naturais.

No caso de Florianópolis, a mais populosa cidade da microrregião, Sugai (2009) descreve que com intuito de garanti-la como referência dentro dos padrões globais de qualidade de vida, propagou-se a imagem de que a cidade se constituía numa ilha³³ dotada de atrativos naturais excepcionais, com características físicas e culturais peculiares, com um desenvolvimento urbano e turístico aparentemente isento de danos socioambientais, sem graves conflitos sociais, violências ou desigualdades, entre outros aspectos.

Mas, afinal, para além do discurso propagado pelos poderes locais e grupos empresariais, qual é a realidade sobre o desenvolvimento urbano de Florianópolis e microrregião? Trazendo o questionamento de Sugai (2002, p. 6): “Quais são os fatos – os significativos processos sociais e espaciais – e o que está oculto sob o mundo das aparências?”

A seção seguinte pretende, sobretudo, contribuir para a construção de uma reflexão crítica que seja capaz de romper com a exaltação à qualidade de vida, reproduzida no discurso hegemônico das classes dominantes locais, e aproximar-se do empírico, afim de conhecer como se produziram, ao longo da formação socioespacial da microrregião, espaços desiguais e segregados. Desvendar a pobreza na microrregião de Florianópolis requer este tipo de esforço.

2.2 URBANIZAÇÃO E SEGREGAÇÃO: A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DA ÁREA CONURBADA DE FLORIANÓPOLIS

Com 826.584 habitantes no ano de 2010, a Área Conurbada de Florianópolis responde por 94% da população da microrregião de Florianópolis, configurando-se como o maior aglomerado urbano de Santa Catarina (IBGE, 2010).

Até a metade do século XX, a estruturação espacial dos núcleos urbanos de Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu ocorreu de forma relativamente independente, ainda que as atividades políticas, administrativas e econômicas de Florianópolis (de comércio e exportação, portuárias, serviços e funções de governo) determinassem fortes vínculos com os demais municípios e mantivessem a Capital na posição central da região.

³³ 2,7% do território de Florianópolis situa-se no continente e, apesar da reduzida extensão na parte continental, ali sempre habitou parte considerável da população. Dos 421 mil habitantes da cidade em 2010, aproximadamente 120 mil (28,5%) moravam na porção continental (IBGE, 2010).

Os municípios de São José, Palhoça e Biguaçu, com características marcadamente rurais até a década de 1950, forneciam, desde o século anterior, produtos primários demandados pelo núcleo urbano da Capital e serviam de importante entreposto comercial, já que todos os passageiros, mercadorias ou gado que se deslocavam para Florianópolis, obrigatoriamente passavam ou pernoitavam em um desses municípios (SUGAI, 2002). Já Florianópolis, na primeira metade deste século vivenciou um processo de esvaziamento econômico provocado pela dependência da pequena produção mercantil açoriana e pelo florescimento industrial e comercial de cidades que ampliavam seu poder de articulação com a estrutura capitalista em implantação, como Blumenau, Joinville e Criciúma, no âmbito estadual, e Porto Alegre, Curitiba e São Paulo, no federal (BASTOS, 2000).

A partir da metade do século XX surgiram diversas ações de redefinição urbana e de adequações modernizadoras em Florianópolis, através da elaboração de um Plano Diretor cuja pretensão era estruturar o crescimento da cidade e conceber o sistema viário em sua totalidade, haja vista que a primazia do transporte marítimo começou a ser revertida a partir de 1926, com a construção da ponte pênsil de ligação ilha-continente: a Ponte Hercílio Luz. Foram executadas avenidas para interligar o centro da cidade, como a Avenida Beira Mar Norte³⁴, na década de 1960, assim como a casa oficial do governador do estado, o chamado Palácio da Agrônômica, em 1954, entre outras obras.

Segundo Peluso³⁵ (1991 apud SUGAI, 2002), esses investimentos contribuíram, entre outros fatores, para ampliar a mobilidade urbana, mas também para o início de um processo de “periferização” das camadas populares e de transbordamento da população pobre de Florianópolis para São José. Esse processo se manifestou por ocupações do tipo invasão.

Um pouco mais cedo, em fins dos anos 20, a população pobre da cidade de Florianópolis já havia experimentado um processo de segregação. A implementação de obras de saneamento na região central da Capital, em 1918, resultou na expulsão da população pobre e negra que habitava aquela área e foi obrigada a se fixar nas encostas situadas nas proximidades. “Os morros da Mariquinha e do Mocotó foram ocupados por homens e mulheres de baixa renda, sendo que muitos eram ex-escravos que trabalhavam em casas de família na área central de Florianópolis ou no mercado público da cidade” (DANTAS, 2012, p. 64).

De acordo com Dantas:

³⁴ E também as avenidas Othon Gama D’Eça e Prefeito Osmar Cunha.

³⁵ Notável geógrafo catarinense, nascido em 5 de julho de 1909, em Florianópolis (SC), e falecido em 21 de abril de 1994.

A ocupação dos morros foi facilitada pelas medidas sanitárias do governo catarinense que desmatou grande parte destas áreas, justificando que a densidade das matas representaria focos de doenças infecciosas. Tal permissividade de ocupação dos morros pelo Estado, que inclusive era proprietário de grande parte destas terras, intencionava a resolução rápida do deslocamento das populações mais pobres para áreas mais ‘escondidas’ da capital do estado. Não seria exagero afirmarmos que as políticas públicas em Florianópolis incentivaram a formação de favelas, notadamente a partir da década de 1920 (2012, p. 67).

A pressão sobre a população pobre é ilustrada pela lei 445³⁶, decretada em 1918 pelo superintendente municipal de Florianópolis, que definia prazos e condições para o despejo dos moradores:

Art. 1ª – Toda casa em ruínas e condenada pela Superintendência Municipal será desocupada dentro do prazo que for concedido ao inquilino e que não poderá ser inferior a trinta dias, salvo ameaça de desabamento imediato.

Art. 2ª – Findo o prazo concedido, sem o cumprimento da intimação, o Superintendente Municipal requererá o competente mandado de despejo.

Art. 3ª – Se o morador do prédio for o respectivo proprietário conceder-sê-á prazo duplo, salvo ainda o caso de ameaça de desabamento.

O caráter higienista da intervenção pública também se deu a partir da publicação da lei municipal 595, de outubro de 1927, que abandonava os requisitos de dimensão e arquitetura desejados e impostos para a construção nas áreas centrais da cidade e permitia a construção de casas de madeira nos morros. O texto da lei demonstra que a preocupação era com o embelezamento e a modernização da cidade, o que não incluía os pobres e a paisagem da cidade que construíam (SANTOS, 2009, p. 579):

Art. 1ª – Ficam permitidas as construções de casas de madeira, com os requisitos higiênicos necessários, em terrenos fora da zona central da cidade, onde os proprietários possam abrir ruas e praças **de forma que as referidas edificações não sejam visíveis das ruas ou praças já existentes**” (grifo nosso).

Não somente o poder público negava aos pobres o direito à moradia digna, como também se abstinha de qualquer responsabilidade no que diz respeito ao fornecimento de infraestrutura urbana. Os investimentos públicos para áreas específicas da cidade, especialmente a partir da implantação do Plano Diretor dos anos 1950, abriram diversas frentes para o capital imobiliário e contribuíram para o fortalecimento do processo de segregação que estava em curso:

³⁶ Retirado de Santos (2009).

afastando os mais pobres e os cortiços de áreas estratégicas como a Av. Hercílio Luz; concentrando os equipamentos e atividades consideradas depreciativas em áreas sem interesse de ocupação pela população de mais alta renda (incinerador de lixo, estação de tratamento de esgoto, cemitério), no extremo oeste da península; saneando e valorizando as praias como área de lazer, solidificando o processo de expansão da população de alta renda para a Praia de Fora (baía norte); impedindo a construção, nas áreas centrais, de edificações fora das novas regulamentações, pressionando, assim, os setores populares a habitarem as encostas de morro, a área continental ou outras localidades mais afastadas, situadas ao longo da ilha (SUGAI, 2002, p. 47).

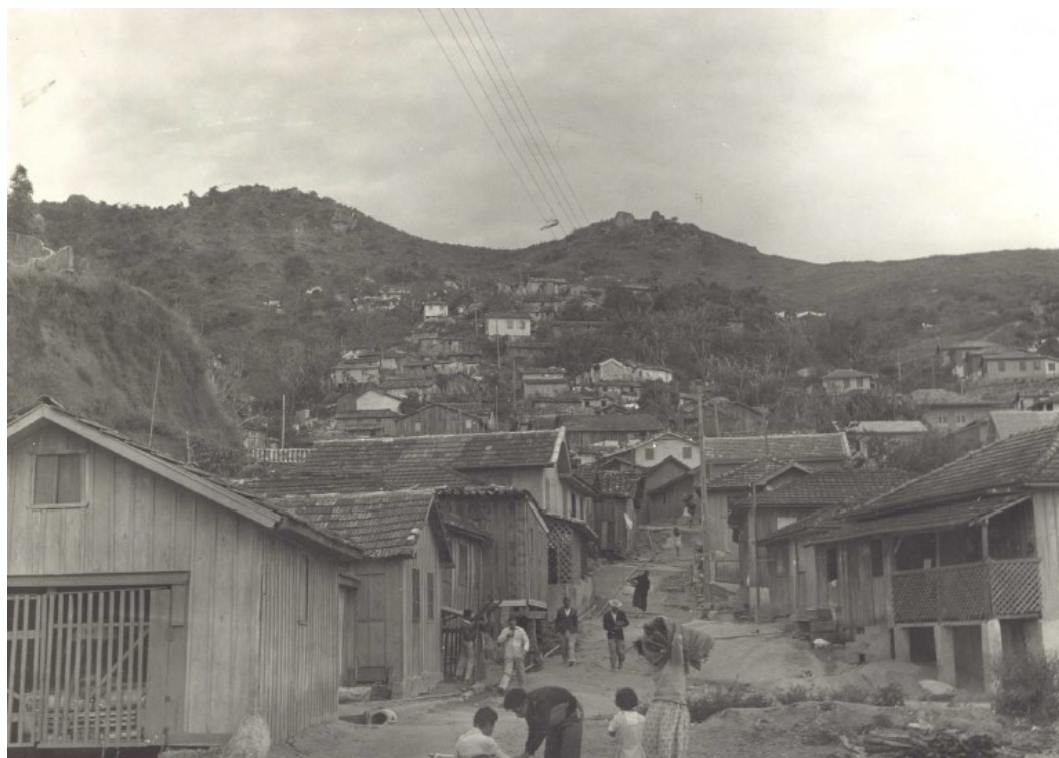
Figura 1 – Avenida Beira-Mar Norte, na década de 1970, uma das principais obras públicas da época.



Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis (2019).

Essa dinâmica de marginalização está associada ao caráter das modernizações, que, segundo Milton Santos (2013a, p. 26), “não se instalam cegamente, mas nos pontos do espaço que oferecem rentabilidade máxima”. Para os pobres não eram construídas as novas infraestruturas, nem oferecidos os novos serviços urbanos. Ao ser expulsa do centro da cidade, a única alternativa à população pobre foi ocupar os morros, territórios que não interessavam às classes abastadas, ao capital imobiliário e ao poder público.

Figura 2 – Morro do Mocotó, na região central do município de Florianópolis, em 1962.



Fonte: Acervo da Casa da Memória (Fundação Franklin Cascaes). Retirado de Gonçalves (2015).

Manoel Alves Ribeiro, o seu Mimo, notável morador do Morro do Bode, na região central de Florianópolis, descreve, em seu livro *Caminho*, várias histórias da época dos primeiros moradores dos morros da cidade. Segundo ele, “nesses morros residem os operários³⁷, e nas férias, nos domingos, que deveriam descansar, estão carregando uma pedra ou uma tábua para remendar seus barracos” (RIBEIRO, 2001, p. 198).

A forma silenciosa pela qual foi se consolidando o processo de segregação em Florianópolis e em seu entorno tem forte relação com o direcionamento dado aos investimentos públicos e com a dinâmica imobiliária que determinou esse movimento. Segundo Soares (1990 apud SUGAI, 2002), houve intenso processo de construções, invasões e loteamentos clandestinos na parte continental entre as áreas urbanas de Florianópolis e São José. A imensa maioria era constituída pela população de baixa renda, composta por muitos migrantes que ocupavam as áreas periféricas destituídas de investimentos em infraestrutura e serviços urbanos, revelando a completa ausência do poder público. Em outra passagem de *Caminho*, Ribeiro (2001, p. 59) explicita a negligência estatal para com os pobres que se estabeleciam nos morros: “a subida de acesso às nossas casas ainda não era fácil, embora tivéssemos melhorado,

³⁷ Segundo Ribeiro (2001), no tempo da escravidão os morros eram esconderijos dos escravos. Posteriormente, foram desbravados e habitados por homens e mulheres de todas as profissões, desde estivadores até barbeiros, garçons, tipógrafos, padeiros.

valendo-nos de pedras existentes no lugar, que fomos cravando no barro, improvisando as escadas”.

Segundo Nascimento (2021), a autoconstrução, da qual fala Ribeiro (2001), não se restringe ao acesso das moradias populares, mas responde por cerca de 80% da provisão habitacional do País. Sobre esse aspecto, portanto,

[...] é fato inquestionável de que são os moradores trabalhadores responsáveis pela construção das próprias casas. A cidade, desse modo, vem sendo produzida nem por arquitetos e urbanistas nem pelo poder público municipal, estadual ou federal, ainda que tenhamos instrumentos e leis que promovam e assegurem políticas públicas e habitacionais (2021, p. 272).

A formação das favelas foi impulsionada também pelas dificuldades de acessibilidade, pelas grandes distâncias do núcleo urbano central e, ainda, pela precariedade do transporte coletivo e da infraestrutura, que não incentivava a ocupação dos antigos núcleos urbanos e dos balneários localizados ao longo da ilha. As grandes obras, desde saneamento até a construção de amplas avenidas, não respondiam ao objetivo de melhorar as condições socioeconômicas dos habitantes em geral, mas de alguns setores privilegiados, ampliando suas distinções em relação às classes populares.

A década de 1970 marcou a aceleração do processo de crescimento urbano-turístico a partir da realização de investimentos em obras viárias, que passaram a conectar as praias de Florianópolis com a BR-101. Estes investimentos consolidaram um eixo viário de valorização que interligou os bairros residenciais e os balneários ocupados pelas camadas de alta renda da cidade. Concomitantemente a esse processo, ampliaram-se as ocupações clandestinas na área continental com o incremento da migração rural-urbana proveniente do oeste de Santa Catarina, principalmente para São José (BERTOLI, 2018; SUGAI, 2002). De acordo com Dantas (2012), os imigrantes se estabeleciam nas áreas mais altas dos morros, haja vista que as mais baixas já haviam sido ocupadas pelos moradores antigos expulsos de regiões sob influência do capital imobiliário e das grandes obras³⁸.

Os morros passaram a abrigar camadas sociais de duas principais origens: os pobres da cidade, retirados das áreas centrais, e os pequenos produtores agrícolas do interior do estado

³⁸ Na realidade, o impacto do capital imobiliário sobre o desenvolvimento urbano é intrínseco ao processo de acumulação capitalista. Essa questão é discutida por Harvey (2014) ao descrever o processo de urbanização de Paris no século XIX. Após o golpe de Estado dado por Luís Bonaparte, em 1851, sucedeu-se uma forte repressão aos movimentos políticos alternativos combinada a uma reconfiguração da infraestrutura urbana de Paris a partir da realização de grandes obras públicas que seriam capazes de resolver os problemas de excedentes de capital. Tais obras, orquestradas por Georges-Eugène Haussmann, foram responsáveis por desalojar enormes montantes de parisienses. Segundo Harvey (2014), a Comuna de Paris, de 1871, foi criada, em parte, devido à nostalgia do mundo urbano que havia sido destruído por Haussmann.

que, sob o avanço do agronegócio, foram expulsos do campo. Sob o prisma do pensamento seniano, fica evidente que não fazia parte do conjunto capacitário destas pessoas ocupar outros locais que não fossem os morros, isto é, morar nas regiões contempladas por investimentos infraestruturais não era um funcionamento disponível para essa população. Segundo Aued e Vendramini (2009, p. 30 apud 2012, p. 72), a territorialização das comunidades dos morros em Florianópolis “espelha forças em luta e, por conseguinte, contempla os sujeitos do embate histórico, portanto transcende a caracterização de região geográfica”. A ocupação crescente dos territórios periféricos deve ser claramente entendida como resultado de um processo de luta entre os sujeitos da história.

Nesse mesmo período, capitaneados por construtoras locais, emergiram grandes empreendimentos no setor imobiliário, desde a construção de edifícios até a implantação de loteamentos em diversos pontos dos municípios da Área Conurbada de Florianópolis.

Em Florianópolis e na Região Metropolitana, principalmente em São José, Palhoça e Biguaçu, surgiram diversos loteamentos para atender à demanda, tanto da classe média como da classe menos favorecida, loteamentos estes que, quando direcionados para a classe média, eram totalmente legalizados, mas, quando se destinavam a atender a classe com menor poder aquisitivo, muitas vezes, não eram implantados de forma legal, ou seja, eram loteamentos clandestinos (CAMPOS, 2009, p. 99).

A realização dos empreendimentos imobiliários e das grandes obras que transformaram a paisagem de Florianópolis e repercutiram diretamente nas áreas urbanas de São José, Palhoça e Biguaçu não pode ser dissociada da institucionalização do planejamento, cujo papel foi legitimar os grandes investimentos rodoviários que se disseminaram nos espaços intraurbanos por todo o Brasil. Segundo Sugai (2002, p. 83), neste período “fortaleceram-se os discursos tecnocráticos, que atribuíam imensa eficácia ao planejamento, cujas soluções ‘técnicas e racionais’ permitiriam resolver os problemas sociais e urbanos emergentes”. Vale ressaltar que os empreendimentos imobiliários e as grandes obras estavam inseridas em contexto nacional de ditadura militar que preconizava a aceleração do processo de urbanização do País³⁹.

O que se viu, na realidade, foi a prevalência dos investimentos públicos nas áreas de interesse do capital imobiliário, que, não por acaso, eram habitadas pelas classes dominantes⁴⁰. Tal evidência empírica reforça a perspectiva proposta por Henry Lefebvre (2016), eminente filósofo e sociólogo francês, de que a produção do espaço se vincula a grupos particulares que

³⁹ Contribuíram para esse processo o II PND (Projeto Nacional de Desenvolvimento) e a criação do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), que impulsionou o *boom imobiliário* (CAMPOS, 2009).

⁴⁰ Para mais detalhes, ver Sugai (2002).

se apropriam deste para geri-lo e explorá-lo. Nesta mesma linha, encontra-se a elaboração teórica de David Harvey (2014, p. 30), ao falar sobre os processos de urbanização:

A urbanização sempre foi [...] algum fenômeno de classe, uma vez que os excedentes são extraídos de algum lugar ou de alguém, enquanto o controle sobre o uso desse lucro acumulado costuma permanecer nas mãos de poucos [...].

A partir da década de 1980, ganhou força o discurso do turismo enquanto “vocação natural de Florianópolis” (REIS, 2012 apud BERTOLI, 2018). Tal discurso, evocado nacionalmente e disseminado no imaginário da própria sociedade florianopolitana depara-se com condi es precárias de mobilidade urbana e com a inexistência da apropria o coletiva do espaço. Essas condi es, segundo Magalhães e Tonin (2015a, p. 79), revelam que o turismo em si e a cidade em termos mais gerais possuem seletividades de classe: “as belezas naturais são desfrutadas por poucos, a cidade apenas pertence aos que trafegam em seus automóveis”.

Valendo-se da contribui o de Milton Santos (2013b), pode-se dizer que o homem, enquanto cidadão, como titular de direitos e deveres, não possui o mesmo peso nem o mesmo usufruto da cidade em fun o do lugar em que se encontra localizado. Ao morarem na periferia, os pobres estão condenados a não dispor de serviços sociais ou a utiliz -los de forma precária. Tal quadro evoca a no o de direito   cidade – a possibilidade de usufruí-la – que, segundo Harvey (2014, p. 63) “encontra-se [...] confinado, na maior parte dos casos, nas mãos de uma pequena elite política e econômica com condi es de moldar a cidade cada vez mais segundo suas necessidades particulares e seus mais profundos desejos”.

A cidade de Florianópolis

passou progressivamente a ser moldada em duas dimensões interpretadas como as principais: a veicular e a de destino turístico, focando-se em atender o deslocamento eminentemente por automóvel, forjando uma lógica de planejamento como sin nimo de constru o, abertura ou melhoria de estradas. Pelas estradas se pretendia chegar aos recursos, particularmente, às praias e localidades do interior da Ilha com paisagens que conquistavam catarinenses e turistas que vinham justamente para ‘desbravar’ esse paraíso cantado no hino de um pedacinho de terra que deixava de ser perdido e se encontrava em busca da inser o numa lógica maior de mercado (MARTINELLO; LENZI, 2011, p. 195 apud MAGALHÃES; TONIN, 2015b, p. 227).

Esse tipo de planejamento, cujo mote, em termos práticos, foi a expansão das constru es, revelou-se altamente desigual e resultou no fortalecimento dos eixos de riqueza e expansão da pobreza, o que se confirmou, segundo Kronenberger e Saboya (2019), com a concentra o das camadas de mais alta renda em Florianópolis e, principalmente, a concentra o das elites na Ilha, interligadas por um sistema viário cujo eixo eram as regiões privilegiadas pelas grandes obras. Ao contrário, a ocupa o territorial da popula o mais pobre direcionava-se para os arredores da BR-101, nos municípios de São José, Biguaçu e Palhoça.

As ocupações crescentes nos morros próximos ao centro da Capital, em direção ao norte da ilha⁴¹ e nos municípios vizinhos representaram a consolidação, nos anos 1990, de um tipo de desenvolvimento altamente segregador, cujo processo de periferização deu-se de forma não apenas vertical (em direção as encostas), como também horizontal, expandindo-se sobre áreas isoladas do centro urbano, nas periferias de São José, Palhoça e Biguaçu.

Como resultado, as áreas de pobreza nesses quatro municípios apresentam, atualmente, uma configuração bastante variada de situações socioeconômicas, espaciais e habitacionais: “desde a antiga inserção dos assentamentos nas encostas do Morro do Maciço Central, próximo às áreas centrais de Florianópolis, que se assemelham às ocupações informais nos morros do Rio de Janeiro, como também à situação de precariedade e de periferização das favelas sobre mangues, dunas e em áreas próximo a rios e orlas⁴²” (SUGAI, 2009, p. 168). Em suma, o tipo de desenvolvimento experimentado pela região em nada se parece com a proposta de desenvolvimento de Sen (2010), isto é, como um processo de eliminação das privações de liberdades e de expansão das diversas liberdades que as pessoas tem razão para valorizar.

Os dados sobre Áreas de Interesse Social (AIS)⁴³ apresentam fortes indícios da deterioração no quadro social nos anos 1990 e 2000. Em meados dos anos 2000, Florianópolis possuía 58 AIS, 60% delas nas áreas continental e central do município⁴⁴ (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2006). A Tabela 1 ilustra o crescimento dessas áreas no município de Florianópolis.

⁴¹ Como no Itacorubi, Monte Verde, Saco Grande, Vargem Grande, Ingleses, Rio Vermelho, Jurerê, entre outros bairros da cidade de Florianópolis (OLIVEIRA, 2011)

⁴² A favela do Siri, situada sobre as dunas ao norte da ilha, e a favela de Frei Damião, nas áreas inundáveis do Brejaru, na divisa entre os municípios de Palhoça e de São José, se enquadram nas situações descritas.

⁴³ Segundo o Ministério do Desenvolvimento Regional, as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) ou Áreas de Interesse Social (AIS) são instrumentos urbanísticos que definem áreas da cidade destinadas para construção de moradia popular. São uma categoria de zoneamento que permite o estabelecimento de um padrão urbanístico próprio com regras especiais, mais permissivas, para determinadas áreas da cidade. Existem dois tipos de AIS: as AIS Ocupadas, onde já existe assentamento de população de baixa renda que precisa ser urbanizado e regularizado, e as AIS de Vazios, que são áreas vazias ou mal aproveitadas que podem ser destinadas à construção de Habitações de Interesse Social (HIS).

⁴⁴ 31% no continente e 29% no centro da Capital.

Tabela 1 – Expansão das Áreas de Interesse Social (AIS) no município de Florianópolis (1987-2004)

Ano	População total (A)	População em AIS		Nº de AIS
		Total (B)	(B)/(A)*100	
1987	228.246	21.393	9,4	29
1992	254.941	32.290	12,7	42
1996	271.281	40.243	14,8	46
2000	331.784	54.340	16,4	55
2004	386.913	61.445	15,9	58

Fonte: elaboração própria com base em Prefeitura Municipal de Florianópolis (2006).

A Tabela 1 indica que num espaço de apenas dezessete anos (1987-2004) duplicaram-se as AIS em Florianópolis e a proporção dos contingentes populacionais nessas comunidades aumentou de um patamar de 9% da população total, no fim da década de 1980, para cerca de 16% na primeira metade dos anos 2000. Segundo o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Florianópolis de 2012⁴⁵, a cidade alcançou, em 2011, 64 AIS, o que traduz a precariedade das políticas públicas voltadas ao déficit habitacional.

Para além da ideia presente em discursos locais e mesmo extralocais⁴⁶, de que a situação de Florianópolis - e, por extensão, dos municípios que a circundam – é uma exceção no quadro problemático que prevalece no meio urbano brasileiro, esta seção procurou mostrar que esse mesmo tecido urbano que enseja manifestações de exaltação à qualidade de vida abriga o silencioso e progressivo fortalecimento de uma realidade precária para uma parte de sua população.

Seria demasiada presunção acreditar que as situações de pobreza hoje vivenciadas pela população da microrregião de Florianópolis estariam dissociadas do processo histórico, da soma de suas influências acumuladas provenientes do passado. Por esse motivo, a apresentação da formação socioespacial de Florianópolis e de seu entorno representou a tentativa de resgatar alguns elementos históricos que, embora ofuscados do debate público, são determinantes para a compreensão das situações de privação vivenciadas pelas pessoas que habitam este território. Ademais, manifestou a relevância de se compreender o espaço enquanto território de disputa de frações da classe dominante que tem ampla influência na consolidação de situações de pobreza.

⁴⁵ Prefeitura Municipal de Florianópolis (2012)

⁴⁶ O jornal The New York Times publica anualmente a listagem dos melhores destinos do mundo que recomenda para as camadas sociais mais ricas e privilegiadas. No início de 2009, novamente o jornal abalizou 44 destinos que considerou os mais charmosos ou mais interessantes. Surpreendentemente, a única cidade da América do Sul citada na listagem não foi Punta Del Leste, mas Florianópolis, considerada pelo jornal como o local onde ocorreriam as festas “mais quentes”, nos “estilosos bares de praia” ou nos megaclubs. Entre as qualidades descritas na reportagem, comenta-se que Florianópolis seria “uma mistura de Saint-Tropez com Ibiza, mas sem o esnobismo da primeira e os altos preços da segunda” (SUGAI, 2009, p. 163).

A análise crítica é capaz de definir como e de acordo com qual estratégia determinado espaço foi produzido, afinal, segundo Lefebvre (2016), o espaço não é um elemento passivo ou neutro, mas é evidentemente político.

O espaço não é um objeto científico descartado pela ideologia ou pela política; ele sempre foi político e estratégico. Se esse espaço tem um aspecto neutro, indiferente em relação ao conteúdo, portanto “puramente” formal, abstrato racional, é precisamente porque ele já está ocupado, ordenado, já foi objeto de estratégias antigas, das quais nem sempre se encontram vestígios. O espaço foi formado, modelado a partir de elementos históricos ou naturais, mas politicamente. O espaço é político e ideológico. É uma manifestação povoada de ideologia. Por quê? Porque esse espaço, que parece homogêneo, que parece dado de uma vez na sua objetividade, na sua forma pura, tal como o constatamos, é um produto social (LEFEBVRE, 2016, p. 60).

Tal como o espaço é político, “a pobreza não é apenas uma categoria econômica, mas também uma categoria política acima de tudo”(SANTOS, 2013, p. 18). Segundo Santos (2020), um princípio essencial na construção da noção de pobreza é o da acessibilidade – que não é a mesma em toda parte.

À medida que se vai descendo para a periferia (em termos de acessibilidade, e não em termos geométricos) as autoridades e as administrações com as quais se é obrigado a transigir detêm cada vez menos o prestígio e os meios para uma ação eficaz e rápida. [...] a participação individual na vida social e a capacidade de influenciar a corrente dos acontecimentos não são as mesmas se se levam em conta as localizações individuais. [...] Desse modo, só uma abordagem que leve em conta a totalidade social pode permitir uma interpretação multilateral das realidades locais (SANTOS, 2020, p. 113).

Com efeito, é preciso ter em mente que o espaço exerce influência sobre as capacitações das pessoas. Considerar as influências do espaço - que é produto da história - e examinar o contexto é tarefa fundamental quando se pretende, tal como nesta dissertação, não apenas mensurar a pobreza a partir da perspectiva das capacitações, de Amartya Sen (2001, 2010), mas compreender suas determinações anteriores.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Feita a discussão dos principais aspectos teóricos que estruturam esse estudo, o presente capítulo apresenta a fonte dos dados e o método utilizado para a elaboração de uma medida multidimensional de pobreza para os nove municípios da microrregião: Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Palhoça, Paulo Lopes, Santo Amaro da Imperatriz, São José e São Pedro de Alcântara.

As seções seguintes detalham os procedimentos de cada uma dessas etapas.

3.1 FONTE E TRATAMENTO DOS DADOS

Os dados são provenientes do Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O Censo constitui a principal fonte de referência para o conhecimento das condições de vida da população em todos os municípios do país, tendo como unidade de coleta a pessoa residente, na data de referência, em domicílio do território nacional.

O questionário básico do Censo conta com 26 questões e investiga as principais características do domicílio e dos moradores. Além disso, uma parcela dos domicílios é selecionada para responder ao questionário da Amostra, que conta com 77 questões. A investigação nos domicílios selecionados, efetuada por meio do Questionário da Amostra, inclui quesitos mais detalhados sobre temas específicos: características dos domicílios, identificação étnico-racial, nupcialidade, núcleo familiar, fecundidade, religião ou culto, deficiência, migração interna ou internacional, educação, deslocamento para estudo, trabalho e rendimento, deslocamento para trabalho, mortalidade e autismo (IBGE, 2020).

Os microdados disponibilizados pelo Censo de 2010 podem ser considerados referências essenciais para pesquisas que se propõe a construir um índice de pobreza multidimensional para municípios ou microrregiões a partir de dados secundários. É preciso salientar que no decorrer da coleta de dados foi aventada a possibilidade de se trabalhar com dados mais recentes, o que implicaria utilizar dados de outras pesquisas do IBGE. Tendo em vista que os microdados para os municípios pesquisados só estão disponíveis nas pesquisas censitárias, esta opção foi descartada.

Quanto ao tratamento dos dados, fez-se uso *software Stata* para o cálculo e compatibilização dos dados. Na compatibilização dos dados, foi utilizado o *Data Zoom*⁴⁷, ferramenta que disponibiliza gratuitamente pacotes em linguagem *Stata* para facilitar a utilização dos microdados domiciliares do IBGE. Para a elaboração dos mapas com os resultados, foi utilizado o *Software ArcGIS*.

3.2 O MÉTODO ALKIRE-FOSTER

Segundo Kageyama e Hoffmann (2006), várias sofisticações metodológicas vêm sendo introduzidas na abordagem da pobreza multidimensional. Desenvolvido pelos pesquisadores Sabina Alkire e James Foster, do *Oxford Poverty and Human Initiative* (OPHI), o método Alkire-Foster (2009) é uma das principais propostas metodológicas para mensurar a pobreza multidimensional. Este método incorpora a visão de Sen (2001, 2010) da pobreza como privação de capacitações e realiza a contagem dos diferentes tipos de privação que os indivíduos⁴⁸ enfrentam, como falta de educação ou emprego, saúde ou padrões de vida precários. Dois passos são considerados no desenvolvimento deste método: o primeiro é a identificação (distinção entre pobres e não pobres) e o segundo é a agregação dos dados sobre os pobres em um indicador geral de pobreza (que mostra quão pobre é a sociedade ou população em estudo).

Para identificar os pobres, o método Alkire-Foster (AF) faz uso de duas linhas de corte (*dual cut-off*). A primeira linha (*tradicional dimensional-specific line* ou “z”) identifica se um indivíduo é privado em determinado indicador, como, por exemplo, ter (ou não ter) acesso à água tratada no domicílio. Considerando que os indicadores recebem pesos iguais, a segunda linha (*poverty cut-off* ou “k”) estabelece o número mínimo de indicadores em que um indivíduo deve ser identificado como privado para ser considerado multidimensionalmente pobre. O método contabiliza as privações sobrepostas ou simultâneas que uma pessoa ou família experimenta em diversos indicadores de pobreza.

Alkire e Foster (2009) destacam doze passos a serem seguidos para a construção de uma medida de pobreza multidimensional:

- 1) Escolha da unidade de análise;

⁴⁷ Desenvolvido pelo Departamento de Economia da PUC-Rio com financiamento do FINEP, o *Data Zoom* possui acesso aberto e disponibiliza gratuitamente pacotes em linguagem *Stata* para a leitura dos microdados das pesquisas domiciliares do IBGE. Para mais informações, ver <http://www.econ.puc-rio.br/datazoom/index.html>.

⁴⁸ Por simplicidade, o termo “indivíduo” é usado para se referir a uma pessoa ou um domicílio/família, a depender da unidade de análise escolhida.

- 2) Escolha das dimensões de pobreza;
- 3) Definição dos indicadores para cada uma das dimensões escolhidas;
- 4) Estabelecimento das linhas de corte (faixas que identifiquem o indivíduo como pobre ou não pobre em determinado indicador);
- 5) Aplicação da primeira linha de corte (identificar a privação ou não do indivíduo em cada indicador dentro das dimensões escolhidas para análise. Não privado é o indivíduo que possui valores acima do ponto estabelecido; privado é aquele que está abaixo desta linha de corte);
- 6) Contagem do número de privações que cada indivíduo sofre;
- 7) Definição do segundo corte (k);
- 8) Aplicação do segundo corte (k) para obter o grupo de pessoas pobres e desconsiderar os dados das pessoas que não são consideradas pobres;
- 9) Cálculo da incidência de pobreza H (ou *headcount ratio*, que representa a proporção de pessoas consideradas multidimensionalmente pobres – isto é, privadas em k ou mais indicadores - sobre o total de indivíduos analisados);
- 10) Cálculo do hiato de pobreza média A (*average deprivation share* ou intensidade da pobreza, que representa a média de privações que cada pessoa pobre sofre sobre o total de privações possíveis);
- 11) Cálculo da incidência ajustada M_0 ($H \times A$), também conhecida como Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) ou *Multidimensional Poverty Index* (MPI);
- 12) Decomposição por grupos e segmentação por dimensões (M_0 pode ser decomposto para cada subgrupo da população, permitindo-se analisar a contribuição de cada dimensão para a pobreza geral. A é dividido pelos pobres na dimensão j , resultando em A_j que multiplicado por H leva a M_{0j} , a dimensão ajustada que mostra a participação da dimensão j na pobreza global).

Alkire e Foster (2009) apontam algumas propriedades úteis do método. Trata-se de uma abordagem flexível que pode ser adaptada a uma variedade de situações, selecionando diferentes dimensões (por exemplo, educação), indicadores de pobreza dentro de cada dimensão (por exemplo, quantos anos de escolaridade uma pessoa tem) e cortes de pobreza (por exemplo, uma pessoa com menos de nove anos de educação é considerada privada). Essa possibilidade de segmentação, isto é, de identificação da dimensão ou do indicador que mais contribui para a pobreza é uma propriedade não disponível para os métodos unidimensionais.

Outra vantagem é a possibilidade de decomposição por área geográfica, etnia, sexo ou outro subgrupo de interesse. Fahel, Teles e Caminhas (2016) reforçam que esse método possui alta flexibilidade e capacidade de adaptação a diferentes contextos culturais, uma vez que pode ser desagregado em diferentes regiões e decomposto de forma que possibilite a identificação de *onde e porque* a pobreza é mais severa.

Além disso, o sistema de identificação dos pobres através de duas linhas de corte permite priorizar aqueles que sofrem múltiplas privações, possibilitando não apenas identificar os pobres, mas a intensidade de privações a que estão sujeitos, o que torna M_0 uma medida sensitiva à multiplicidade de privações: o nível de pobreza aumenta se uma ou mais pessoas (mesmo já identificadas como pobres) se tornarem privadas em um indicador adicional (ALKIRE; FOSTER, 2009). Logo, o método AF é o único que, medindo a intensidade, pode distinguir entre, por exemplo, um grupo de pessoas pobres que sofrem duas privações em média e um grupo de pessoas pobres que sofrem cinco privações em média ao mesmo tempo (OPHI, 2021).

Na medida em que possibilita verificar quão pobres os indivíduos são nas suas diferentes dimensões de vida e quais dimensões são as que mais apresentam restrições de oportunidades para as pessoas, esse método se constitui em uma importante ferramenta metodológica para estudos que pretendem compreender a heterogeneidade da pobreza. Para o presente trabalho, o método AF representa o meio pelo qual se buscará desvendar a maneira pela qual a pobreza se revela na microrregião de Florianópolis.

A seção seguinte apresenta a aplicação do método AF para a microrregião de Florianópolis com detalhamento dos passos supracitados.

3.3 O MÉTODO ALKIRE-FOSTER PARA A MICRORREGIÃO DE FLORIANÓPOLIS (SC)

3.3.1 Escolha da unidade de análise

O primeiro passo é determinar a unidade de análise, podendo ser um indivíduo, uma família, um domicílio, uma comunidade ou determinado grupo de pessoas que são alvo da pesquisa. Para este estudo, a unidade de análise é a microrregião de Florianópolis, cujas principais características socioespaciais e econômicas foram apresentadas no capítulo anterior.

3.3.2 Escolha das dimensões de pobreza

A escolha das dimensões é uma etapa importante do processo e está intimamente associada a juízos de valor. Sen (2010) argumenta que pode haver intensos debates sobre que funcionamentos específicos devem ser incluídos na lista de realizações e as correspondentes capacitações. Sobre isso, o autor alerta que

Essa questão valorativa é inescapável em um exercício avaliatório desse tipo, e um dos principais méritos da abordagem⁴⁹ é a necessidade de tratar essas questões de julgamento de um modo explícito, em vez de escondê-las sobre alguma estrutura implícita (SEN, 2010, p. 105)

Grusky e Kanbur (2006) apontam que apesar de haver um consenso crescente entre acadêmicos, formuladores de políticas e até mesmo políticos de que a pobreza e a desigualdade devem ser tratadas como questões primordiais (e não secundárias) no debate sobre o desenvolvimento, os economistas não chegaram a um consenso sobre as dimensões que importam e tampouco sobre como podem decidir o que importa. Segundo os autores (ibidem, p. 12, tradução nossa):

Mesmo em seu quadro de escolha racional, talvez especialmente nesse quadro, os economistas ainda não conseguiram conceituar e então operacionalizar a avaliação simultânea de diferentes dimensões do bem-estar, apesar dos notáveis esforços de alguns estudiosos. Suspeitamos que nos libertar da camisa de força das suposições de escolha racional e passar para uma estrutura mais comportamental pode ajudar nesse esforço⁵⁰.

Segundo Alkire (2007, p. 89), o problema não é que os pesquisadores da pobreza se recusem a selecionar dimensões, “mas que eles não explicitam suas razões para fazer uma escolha particular de dimensões”, o que resulta na incapacidade do leitor de sondar as dimensões escolhidas e confiar ou questiona-las. Por esse motivo, Robeyns (2005 apud ALKIRE, 2007), reforça a importância de que os pesquisadores descrevam explicitamente *como e porque* escolheram as dimensões de um estudo multidimensional de pobreza. Isso evitaria, por exemplo, interpretações de que os pesquisadores escolheram dimensões por conveniência (ALKIRE, 2007).

Alkire (2007) identifica cinco processos que devem guiar a tarefa de escolher as dimensões: i) usar os dados existentes; ii) fazer suposições - talvez com base em uma teoria; iii) desenhar em uma lista existente que foi gerada por consenso; iv) usar um processo constante

⁴⁹ Da Abordagem das Capacitações.

⁵⁰“Even in their rational choice frame, perhaps especially in this frame, economists have not yet succeeded in conceptualizing and then operationalizing the simultaneous evaluation of different dimensions of well-being, despite the remarkable efforts of some scholars. We suspect that releasing ourselves from the straitjacket of rational choice assumptions and moving to a more behavioral frame might well help in this endeavor”.

de participação deliberativa; v) propor dimensões com base em estudos empíricos sobre os valores das pessoas e/ou comportamentos.

A definição das dimensões desta pesquisa segue os processos sugeridos por Alkire (2007). Primeiro, para mensurar a pobreza multidimensional são utilizados dados do Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2010) para os nove municípios da microrregião de Florianópolis. Segundo, a investigação da pobreza multidimensional nos municípios definidos tem como base teórica a Abordagem das Capacitações, segundo a qual a pobreza é definida por diferentes dimensões. O terceiro e quarto processos remetem à visitação de trabalhos que selecionaram dimensões e indicadores para investigar a incidência de pobreza multidimensional.

Em geral, estudos que tratam fenômenos sociais pela perspectiva multidimensional e utilizam as bases de dados secundários disponíveis nos seus respectivos contextos enfrentam desafios na escolha das dimensões a serem investigadas. Entretanto, segundo Bagolin, Lindemayer e Fraga (2020), mesmo que as diferentes bases de dados disponham de indicadores distintos, as dimensões moradia, acesso a serviços, posse de bens e educação estão presentes na maioria dos estudos empíricos. No caso dos países em desenvolvimento – apontam essas autoras -, onde as privações são mais amplas, outras dimensões têm sido frequentemente incluídas, como é o caso da dimensão acesso à informação e da dimensão condição de trabalho.

O Quadro 1 - Dimensões de pobreza selecionadas em alguns estudos no Brasil apresenta as dimensões selecionadas em alguns estudos empíricos.

Quadro 1 - Dimensões de pobreza selecionadas em alguns estudos no Brasil (continua)

Silva (2017)	
Dimensões	Indicadores
1. Saúde	1.1 Nutrição 1.2 Mortalidade infantil
2. Educação	2.1 Anos de estudo 2.2 Frequência escolar
3. Padrão de vida	3.1 Combustível para cozinhar 3.2 Condições sanitárias 3.3 Água 3.4 Eletricidade 3.5 Piso 3.6 Ativos
Vieira, Kuhn e Marin (2017)	
Dimensões	Indicadores
1. Educação	1.1 Alfabetização 1.2 Anos de estudo
2. Condições domiciliares	2.1 Condição de ocupação do imóvel 2.2 Energia elétrica 2.3 Itens domiciliares

Quadro 1 - Dimensões de pobreza selecionadas em alguns estudos no Brasil (conclusão)

Vieira, Kuhn e Marin (2017)	
3. Saúde e condições sanitárias	3.1 Abastecimento de água 3.2 Instalações sanitárias 3.3 Tipo de escoadouro das instalações sanitárias 3.4 Destino do lixo 3.5 Número de banheiros no domicílio
4. Renda e trabalho	4.1 Renda domiciliar 4.2 Emprego
Fahel, Teles e Caminhas (2016)	
Dimensões	Indicadores
1. Educação	1.1 Anos de escolaridade 1.2 Frequência escolar
2. Saúde	2.1 Mortalidade infantil
3. Padrão de vida	3.1 Eletricidade 3.2 Água 3.3 Saneamento básico 3.4 Tratamento do lixo 3.5 Combustível de cozinha 3.6 Bens adquiridos
Brites et al (2017)	
Dimensões	Indicadores
1. Acesso a condições básicas de sobrevivência	1.1 Material predominante na construção das paredes externas do prédio 1.2 Tem água canalizada em pelo menos um cômodo do domicílio 1.3 Tem banheiro ou sanitário no domicílio ou na propriedade 1.4 Destino do lixo domiciliar 1.5 Forma de iluminação no domicílio 1.6 Tem fôgão de duas ou mais bocas 1.7 Tem rádio 1.8 Tem televisão em cores 1.9 Tem geladeira
2. Acesso a trabalho e renda	2.1 Posição na ocupação no trabalho principal 2.2 Horas trabalhadas por semana para todos os trabalhos 2.3 Faixa de rendimento mensal domiciliar per capita
3. Acesso ao conhecimento	3.1 Anos de estudo 3.2 Saber ler e escrever 3.3 Tem microcomputador
4. Controle sobre o próprio ambiente	4.1 Tempo de percurso diário de ida da residência para o local de trabalho 4.2 Condição de ocupação do domicílio 4.3 Teve algum trabalho no período de referência de 365 dias
Costa e Costa (2014)	
Dimensões	Indicadores
1. Educação	1.1 Anos de escolaridade 1.2 Frequência das crianças à escola
2. Saúde	2.1 Mortalidade na infância 2.2 Nutrição
3. Padrão de vida	3.1 Eletricidade 3.2 Energia limpa para cozinhar 3.3 Água limpa 3.4 Sanitário adequado 3.5 Piso adequado 3.6 Ativos

Fonte: elaboração própria.

Silva (2017) aplicou a metodologia Alkire-Foster para analisar a pobreza multidimensional no contexto da crise econômica brasileira iniciada em 2015. O autor

selecionou as dimensões saúde, educação e padrão de vida. Dez indicadores foram utilizados: nutrição, mortalidade infantil, anos de estudo, frequência escolar, combustível para cozinhar, condições sanitárias, água, eletricidade, material do piso do domicílio e ativos domiciliares.

Também visando mensurar a pobreza multidimensional, o estudo de Vieira, Kuhn e Marin (2017) aplicou o método Alkire-Foster no Rio Grande do Sul. As pesquisadoras definiram quatro dimensões (educação, condições domiciliares, saúde e condições sanitárias e renda e trabalho) e doze indicadores: alfabetização, anos de estudo, condição de ocupação do imóvel, energia elétrica, itens domiciliares, abastecimento de água, instalações sanitárias, tipo de escoadouro das instalações sanitárias, destino do lixo, número de banheiros no domicílio, renda domiciliar e emprego.

Fahel, Teles e Caminhas (2016) utilizaram o método Alkire-Foster para uma análise da pobreza multidimensional no Brasil. Para a análise empírica, os autores definiram: três dimensões (educação, saúde e padrão de vida); e nove indicadores (anos de escolaridade, frequência escolar, mortalidade infantil, água, eletricidade, bens adquiridos, saneamento básico, tratamento do lixo e bens adquiridos).

Brites et al. (2017) analisaram a pobreza feminina nas grandes regiões brasileiras no ano de 2012 a partir da aplicação do método Alkire-Foster. Para tanto, definiram dezoito indicadores agrupados em quatro dimensões: acesso a condições básicas de sobrevivência, acesso a trabalho e renda, acesso ao conhecimento e controle sobre o próprio ambiente.

Costa e Costa (2014) mediram a pobreza multidimensional no estado de Minas Gerais por meio do método Alkire-Foster. Os autores selecionaram as dimensões educação, saúde e padrão de vida; e os indicadores anos de escolaridade, frequência das crianças à escola, mortalidade na infância, nutrição, eletricidade, energia limpa para cozinhar, água limpa, sanitário adequado, piso adequado e ativos.

Revisitados os trabalhos em território nacional que selecionaram dimensões e indicadores, para realizar o último processo sugerido por Alkire (2007) foram selecionadas quatro dimensões de pobreza: *educação e acesso ao conhecimento; condição de habitação; saúde e condições sanitárias; e trabalho e renda.*

Segundo Alkire (2007), a primeira razão pela qual uma dimensão pode ser considerada importante é que ela tenha poder instrumental, ou seja, que contribua efetivamente para a redução de uma ou mais dimensões da pobreza e da desigualdade.

A dimensão *educação e acesso ao conhecimento* possui extrema relevância para a superação da pobreza. O acesso à educação e ao conhecimento influencia a liberdade substantiva de o indivíduo ter uma vida melhor e de fazer aquilo que aspira na sua vida

(VIEIRA; KÜHN; MARIN, 2017). Segundo Sen (2010), a falta de educação, no sentido de acesso ao conhecimento escolar, age como uma barreira na participação das atividades econômicas. “Quanto mais inclusivo for o alcance da educação básica [...], maior será a probabilidade de que mesmo os potencialmente pobres tenham uma chance maior de superar a penúria” (SEN, 2010, p. 124).

Crianças que possuem um nível inferior de instrução encontram maior dificuldade de posicionamento no mercado de trabalho e têm uma menor possibilidade de auferir rendimentos idênticos ao das restantes. Ottonelli (2013, p. 69) ressalta que:

Pessoas com acesso a educação são capazes de exercer papéis na comunidade onde vivem (lutando, por exemplo, por melhor infraestrutura local como pavimentação de ruas, iluminação pública, rede de água, por construção de postos de saúde, creches e escolas), têm mais cuidado com sua saúde e dos seus familiares (por meio de alimentação adequada e cuidados com higiene), conseguem decidir sobre o número de filhos que desejam ter (ao ter conhecimento e acesso a métodos contraceptivos), influenciam aos demais familiares sobre a importância da educação.

Por outro lado, a falta de educação e a urgência de satisfazer as carências básicas pode levar às pessoas “a ter uma visão distorcida de seus problemas e das eventuais soluções” (REGO; PINZANI, 2014, p. 43). A educação afeta, portanto, as possibilidades de exercício real da cidadania. Em uma passagem da célebre obra *A Riqueza das Nações*, Adam Smith enfatiza o poder da educação na formação dos indivíduos e de uma sociedade:

Um homem destituído do uso adequado das faculdades intelectuais humanas é, se isso é possível, mais desprezível até mesmo do que um covarde, parecendo mutilado e deformado [...]. Ora, um covarde, um homem incapaz de defender-se a si mesmo ou vingar-se, evidentemente carece de um dos traços mais essenciais do caráter de um homem. Ele é mentalmente tão mutilado e deformado quanto é fisicamente mutilado alguém a quem falem alguns de seus membros mais essenciais ou que perdeu o uso deles. Ainda que o Estado não aufera nenhuma vantagem da instrução das camadas inferiores do povo, mesmo assim deveria procurar evitar que elas permaneçam sem instrução. Acontece, porém, que o Estado auferir certa considerável vantagem da instrução do povo. Quanto mais instruído ele for, tanto menos estará sujeito às ilusões do entusiasmo e da superstição que, entre nações ignorantes, muitas vezes dão origem às mais terríveis desordens. Além disso, um povo instruído e inteligente sempre é mais decente e ordeiro do que um povo ignorante e obtuso. As pessoas se sentem, cada qual individualmente, mais respeitáveis e com maiores possibilidades de ser respeitadas [...]. Tais pessoas estão mais inclinadas a questionar e mais aptas a discernir [...] (SMITH, 1983, p. 217).

A educação está presente na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, publicada pelas Nações Unidas. O ODS-4 da Agenda almeja assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos (UNITED NATIONS, 2015).

As dimensões *condição de habitação e saúde e condições sanitárias* também têm forte impacto sobre a pobreza, já que influenciam diretamente a qualidade de vida e as oportunidades

das pessoas. Ambas as dimensões constam na Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948. O inciso 1º do Artigo 25º defende que:

Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle (NAÇÕES UNIDAS, 1948).

Os direitos humanos são uma construção histórica e sua realização assegura a efetivação plena da dignidade humana, impedindo, portanto, a consolidação de situações de privação em aspectos relativos à condição de habitação e à saúde e condições sanitárias. Pessoas que vivem em habitações precárias, destituídas de infraestrutura adequada e sem acesso a bens domésticos básicos, por exemplo, enfrentarão obstáculos extraordinários para escapar da pobreza.

Da mesma forma, indivíduos que enfrentam problemas sanitários, como falta de saneamento básico e acesso à água tratada, estão sujeitos a doenças de veiculação hídrica que acometem sua saúde e influenciam na capacidade de auferirem renda⁵¹. Segundo a Organização Panamericana de Saúde, doenças como a dengue se proliferam em locais onde o acesso à água é precário e se faz necessário armazenar este recurso para atividades diárias. A proliferação da dengue também está relacionada à precariedade de moradias, que contribuem para deterioração da saúde humana (TRATA BRASIL, 2021a).

Sen (2001) aponta que os fatores epidemiológicos podem afetar profundamente a saúde e bem-estar dos indivíduos. Além disso, o autor deixa claro que “os aspectos da saúde se relacionam com o ambiente social, provisão de cuidados médicos, padrão de vida familiar e uma variedade de outros fatores e uma análise da pobreza baseada puramente na renda não pode senão deixar a história contada pela metade” (ibidem, p. 177-178).

Essas questões também são destacadas na Agenda 2030 das Nações Unidas. O ODS-3 (Saúde e Bem-Estar) e o ODS-6 (Água Potável e Saneamento), firmados pelo Brasil, manifestam o compromisso brasileiro (em tese, vale dizer) de alcançar o acesso universal à água e oferecer condições de esgotamento sanitário adequadas para todos, além também promover ambientes mais seguros para a manutenção do bem-estar e a saúde humana (UNITED NATIONS, 2015).

⁵¹ Doenças provocadas pela ausência do saneamento influenciam na rotina do(a) trabalhador(a) com os afastamentos constantes; o Brasil já registrou quase 15 milhões de casos de afastamentos por diarreias. A cada afastamento as pessoas ficaram longe de suas atividades por 3,3 dias em média (TRATA BRASIL, 2021a).

Por fim, a dimensão *trabalho e renda* se apoia em duas questões básicas. A primeira delas é a ideia de que renda é um meio importante para expandir a liberdade que as pessoas têm de levar o tipo de vida que valorizam. Sobre esse aspecto, Sen traz uma reflexão pertinente:

se temos razões para querer mais riqueza, precisamos indagar: quais são exatamente essas razões, como elas funcionam ou de que elas dependem, e que coisas podemos fazer com mais riqueza? Geralmente temos excelentes razões para desejar mais renda ou riqueza. Isso não acontece porque elas sejam desejáveis por si mesmas, mas porque são meios admiráveis para termos liberdade para levar o tipo de vida que temos razão para valorizar (2010, p. 28).

Sen (2010, p. 120) argumenta que a baixa renda é uma das causas principais da pobreza, “pois a falta de renda pode ser uma razão primordial da privação de capacitações”. Uma renda inadequada para adquirir alimentos, vestir-se adequadamente, tratar uma doença ou desfrutar de momentos de lazer, por exemplo, pode se constituir em uma forte condição predisponente de uma vida pobre⁵². Ainda que o estudo da pobreza não possa ser limitado à mera análise dos aspectos associados à renda, ela é, com efeito, um elemento essencial a ser considerado em qualquer estudo sobre pobreza (REGO; PINZANI, 2014).

A segunda questão refere-se à noção de que o acesso ao trabalho – muito mais do que possibilitar às pessoas a obtenção de renda - lhes confere dignidade e, sobretudo, autonomia (REGINATO; SPERANDIO, 2017). Sen (2010, p. 130) ressalta que situações de desemprego, por exemplo, causam efeitos que vão muito além da perda de renda, “como danos psicológicos, perda de motivação para o trabalho, perda de habilidade e autoconfiança, aumento de doenças e morbidez [...], perturbação das relações familiares e da vida social, intensificação da exclusão social e acentuação de tensões raciais e das assimetrias entre os sexos”.

Rego e Pinzani (2014) apontam que os indivíduos acometidos pelo desemprego ou por dependência econômica são tomados por sentimentos de vergonha e humilhação, o que os torna suscetíveis a entrar em colapso psicológico total. Essas questões estão associadas ao que Huizinga (1955 apud SENNETT, 2003, p. 116) denomina valor moral atribuído ao trabalho: “la supremacia del trabajo respecto al ocio, el temor a perder el tiempo, a no ser productivo, esto es un valor que sólo en el siglo XIX se apodera de toda la sociedad, tanto de los ricos como de los pobres”. Portanto, para além da perda de renda, os impactos psicológicos (e os desdobramentos sociais) que podem decorrer da dificuldade para acessar trabalho evidenciam a importância de considerar este fator na análise de situações de pobreza.

⁵² Isso não significa dizer que uma renda estável se constitui em uma garantia absoluta contra os problemas ligados à pobreza: estes se resolvem por meio de políticas públicas voltadas à satisfação das necessidades básicas, seja diretamente via provisão pública de serviços básicos, seja indiretamente por meio da criação de condições a partir das quais os indivíduos consigam satisfazer suas carências básicas (REGO; PINZANI, 2014).

Ademais, o trabalho é também um direito. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu Artigo 23º, deixa claro que:

Toda a pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à proteção contra o desemprego. Todos têm direito, sem discriminação alguma, a salário igual por trabalho igual. Quem trabalha tem direito a uma remuneração equitativa e satisfatória, que lhe permita e à sua família uma existência conforme com a dignidade humana, e completada, se possível, por todos os outros meios de proteção social. Toda pessoa tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para a proteção de seus interesses (NAÇÕES UNIDAS, 1948).

As quatro dimensões selecionadas influenciam nas possibilidades que se apresentam para as pessoas ao longo de suas vidas, por isso devem ser consideradas parâmetros determinantes para se identificar situações de pobreza.

3.3.3 Definição dos indicadores e da primeira linha de corte

O próximo passo é definir os indicadores e suas respectivas linhas de corte para cada uma das dimensões selecionadas. A primeira linha de corte é definida para cada um dos indicadores de forma que seja possível identificar o indivíduo como privado ou não privado em determinado indicador. Foram propostos treze indicadores distribuídos nas quatro dimensões, conforme o

Quadro 2 – Dimensões de pobreza selecionadas, respectivos indicadores

Quadro 2 – Dimensões de pobreza selecionadas, respectivos indicadores e primeira linha de corte (continua)

Dimensões	Indicadores	Microdados IBGE	Não privado se:
Educação e acesso ao conhecimento	Alfabetização ⁵³	- alfabetizado; - não alfabetizado.	For alfabetizado.
	Nível de instrução ⁵⁴	- sem instrução e fundamental incompleto; - fundamental completo e médio completo; - médio completo e superior incompleto; - Superior completo.	Completo ou mais do que o ensino fundamental.
	Microcomputador	- sim; - não.	Possuir microcomputador no domicílio.

⁵³ Crianças menores de 8 anos foram consideradas não privadas, já que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) define que crianças aos 7 anos saibam ler e escrever ao final do segundo ano.

⁵⁴ Jovens menores de 15 anos foram considerados não privados, já que antes dessa idade o jovem ainda estará cursando o ensino fundamental, que possui duração de 9 anos, iniciando-se aos 6 anos de idade.

Quadro 2 – Dimensões de pobreza selecionadas, respectivos indicadores e primeira linha de corte (conclusão)

Dimensões	Indicadores	Microdados IBGE	Não privado se:
Condição de habitação	Condição ocupação domicílio	- próprio, já pago; - próprio, ainda pagando; - alugado; - cedido por empregador; - cedido de outra forma; - outra condição.	For próprio, já pago ou ainda pagando.
	Energia elétrica	- não tem; - tem.	Tiver acesso no domicílio.
	Ativos domiciliares	- rádio, geladeira, televisão, telefone celular e máquina de lavar.	Tiver acesso pelo menos televisão, geladeira e máquina de lavar.
	Número de banheiros no domicílio	- zero; um; dois; três; quatro; cinco; seis; sete; oito; nove ou mais banheiros.	Tiver um ou mais banheiros exclusivos do domicílio.
	Densidade dormitório	- número de moradores/número de cômodos servindo de dormitório no domicílio.	Tiver densidade superior a duas pessoas por dormitório.
Saúde e condições sanitárias	Abastecimento de água	- rede geral de distribuição; - poço ou nascente na propriedade; poço ou nascente fora da propriedade; carro pipa; água da chuva armazenada em cisterna; Água da chuva armazenada de outra forma; rios, açudes, lagos e igarapés; poço ou nascente na aldeia (terra indígena); poço ou nascente fora da aldeia (terra indígena).	Tiver acesso à rede geral de distribuição.
	Esgotamento sanitário	- rede geral de esgoto ou pluvial; - fossa séptica; - fossa rudimentar; - vala; - rio, lago ou mar; - outro.	Possuir acesso à rede geral de esgoto ou pluvial.
	Destino do lixo	- coletado diretamente por serviço de limpeza; - colocado em caçamba de serviço de limpeza; - queimado na propriedade; - enterrado na propriedade; - jogado em terreno baldio ou). logradouro; - jogado em rio, lago ou mar; - tem outro destino.	For coletado por serviço de limpeza ou em colocado em caçamba de serviço de limpeza.
Trabalho e renda	Renda	- rendimento domiciliar <i>per capita</i>	Obtiver rendimento per capita superior à R\$ 140,00.
	Emprego ⁵⁵	- ocupadas; - desocupadas.	Estiver empregada na semana de referência.

Fonte: elaboração própria.

Na dimensão *educação e acesso ao conhecimento* foram escolhidos os indicadores de alfabetização, nível de instrução e acesso a microcomputador no domicílio.

⁵⁵ Os indivíduos menores de 18 anos foram considerados não privados, mesmo o trabalho sendo permitido a partir dos 14 anos de idade (como jovem aprendiz) e de 16 a 18 anos como menor trabalhador.

Para a dimensão *condição de habitação*, foram selecionados indicadores que buscam captar em que condições vivem as pessoas em seus domicílios no que diz respeito ao acesso à infraestrutura básica e bens de consumo. Para tanto, definiram-se as seguintes variáveis: condição de ocupação no domicílio, energia elétrica, ativos domiciliares, número de banheiros no domicílio e densidade no dormitório.

A dimensão *saúde e condições sanitárias* pretende avaliar essencialmente indicadores sanitários que afetam substancialmente a condição de saúde das pessoas, tais como: abastecimento de água, esgotamento sanitário e destino do lixo.

Por último, na dimensão *trabalho e renda* foram selecionados os indicadores renda (domiciliar per capita mensal) e emprego. Para definir a primeira linha de corte, fez-se uso, no caso da renda, do valor estabelecido pelo Governo Federal para a família ser beneficiária do programa Bolsa Família⁵⁶, ou seja, auferir até R\$ 140,00 por pessoa no domicílio para o ano de 2010.

As demais linhas de corte para cada um dos treze indicadores são descritas na última coluna do

Quadro 2.

3.3.4 Aplicação da primeira linha de corte

Nesta etapa deve-se aplicar a primeira linha de corte, que irá definir se a pessoa é considerada privada (P) ou não privada (NP) para cada um dos indicadores agrupados nas quatro dimensões selecionadas. Convém, antes, apresentar a matriz de realizações (ALKIRE; FOSTER, 2009).

As realizações de uma população de n indivíduos em um conjunto de d ⁵⁷ indicadores são representadas por uma matriz X (*achievement matrix*) $n \times d$. A realização do indivíduo i no indicador j pode ser representada por um número real não negativo, tal que $x_{ij} \in \mathbb{R}^+$ para todo $i = 1, \dots, n$ e $j = 1, \dots, d$. Logo, as realizações de qualquer indivíduo i em todos os d indicadores correspondem à linha i da matriz X , enquanto que as realizações em qualquer indicador j para todos os n indivíduos correspondem à coluna j da matriz de realizações X :

⁵⁶ Considerado o maior e mais amplo programa social do País, o Bolsa Família, criado em 2003, foi encerrado em 9 de agosto de 2021 pela medida provisória 1.0661.

⁵⁷ Em seu trabalho, Alkire (2009) denota d como dimensões (*dimensions*), porém o sentido é utilizado para se referir a cada variável, portanto, como sinônimo de indicador. Diferentemente da tradução original, optou-se por utilizar o termo indicador para não gerar confusões na interpretação.

$$X = \begin{matrix} x_{11} & \dots & x_{1d} \\ \vdots & \ddots & \vdots \\ x_{n1} & \dots & x_{nd} \end{matrix} \quad (1)$$

A linha de corte no indicador j é denominada z_j , e o conjunto das linhas para todos os indicadores é representado pelo vetor de linhas de corte de privações $z = (z_1, \dots, z_d)$. Um indivíduo i é considerado privado no indicador j se, e somente se, $x_{ij} < z_j$. Essas linhas de corte foram definidas na etapa anterior (

Quadro 2).

A aplicação das linhas de corte z à matriz de realizações X dá origem à matriz de privações g^0 (*deprivation matrix*), tal que $g_{ij}^0 = 1$ se $x_{ij} < z_j$ (P - privado), e $g_{ij}^0 = 0$ caso contrário (NP - não privado).

$$g^0 = \begin{matrix} g_{11}^0 & \dots & g_{1d}^0 \\ \vdots & \ddots & \vdots \\ g_{n1}^0 & \dots & g_{nd}^0 \end{matrix} \quad (2)$$

Em outras palavras, a matriz de privações g^0 corresponde às privações do total de n indivíduos em todas os d indicadores, com valor igual a 1 sempre que o indivíduo i for privado na dimensão j , e valor igual a zero quando o indivíduo i for não privado na dimensão j .

A operacionalização dessa etapa se deu a partir da criação de variáveis *dummy* para cada um dos indicadores escolhidos em suas respectivas dimensões. Assumindo as linhas de corte z_j definidas para cada indicador j , as pessoas privadas foram codificadas com o número 1 e as pessoas não privadas foram codificadas com o número 0.

3.3.5 Contagem do número de privações

Na sexta etapa deve-se fazer a contagem do número de indicadores em que um indivíduo sofre privação. Quando a análise multidimensional é baseada em uma medida sintética, é necessário atribuir um peso a cada indicador, o que representa a sua importância relativa na composição do índice de pobreza. O peso atribuído ao indicador j é denominado w_j , tal que $w_j > 0$ para todo $j = 1, \dots, d$. O conjunto de pesos atribuídos a todos os d indicadores é dado pelo vetor de pesos $w = (w_1, \dots, w_d)$. Neste estudo, cada indicador tem peso igual dentro de sua dimensão, assim como cada uma das quatro dimensões também é ponderada igualmente⁵⁸.

⁵⁸ Sobre a definição dos pesos, Alkire (2009) salienta que atribuir pesos iguais é uma decisão apropriada quando as dimensões e os indicadores foram escolhidos para terem a mesma importância. Ademais, a escolha dos pesos pode ser vista como um julgamento de valor que deve ser aberto a críticas e ao debate público: "It is not so much

A partir do vetor de pesos w e da matriz de privações g^0 , obtém-se a matriz de privações ponderada \bar{g}^0 , tal que $\bar{g}^0_{ij} = w_j$ se o indivíduo i sofre privação na dimensão j , e $\bar{g}^0_{ij} = 0$ caso contrário. Somando-se os elementos de cada linha da matriz \bar{g}^0 , isto é, as privações em todos os d indicadores para um indivíduo i , chega-se a uma pontuação de privações (*deprivation score*). A pontuação de privações para todos os n indivíduos é representada pelo vetor coluna denominado *deprivation score vector*, conforme mostra a equação 3.

$$C = \begin{matrix} c_1 \\ \vdots \\ c_n \end{matrix} \quad (3)$$

Realizada a construção da matriz de contagem de privações, convencionalmente denominada matriz C , parte-se para a definição da segunda linha de corte, denominada por k , que aponta o número mínimo de indicadores em que um indivíduo deve ser privado para ser considerado multidimensionalmente pobre.

3.3.6 Definição da segunda linha de corte (k)

Segundo Alkire e Foster (2009), o método mais utilizado para o segundo corte é chamado método da união. Esse método define como pobre o indivíduo que é privado em ao menos *um* indicador. O problema é que quando o número de indicadores é grande esta abordagem identificará a maioria dos indivíduos de determinada população como pobres, o que pode incluir pessoas ou famílias que muitos não considerariam como tal. Outra alternativa é o método da intersecção, que identifica como pobres somente os indivíduos que sofrem privações em *todos* os indicadores, o que provocaria, certamente, em uma subidentificação dos pobres.

Alkire et al (2015, p. 11, tradução nossa) apontam que

[...] essas estratégias podem ser muito imprecisas para a política: em muitas aplicações, o método da união identifica uma proporção muito grande da população como pobre, enquanto o método da intersecção identifica um número cada vez menor de pessoas como pobres⁵⁹.

a question of holding a referendum on the values to be used, but the need to make sure that the weights – or ranges of weights – used remain open to criticism and chastisement, and nevertheless enjoy reasonable public acceptance” (FOSTER; SEN, 1997 apud ALKIRE; FOSTER, 2009, p. 15).

⁵⁹ “[...] these strategies can be too imprecise for policy: in many applications, a union identification identifies a very large proportion of the population as poor, whereas an intersection approach identifies a vanishingly small number of people as poor”.

Por isso, sugerem utilizar um nível de corte intermediário, que se encontre em algum lugar entre os dois extremos propostos pelo método da união e da intersecção. Na aplicação do método AF para o cálculo do Índice de Pobreza Multidimensional global, os indivíduos são identificados como multidimensionalmente pobres quando a soma ponderada de suas privações for maior ou igual a 1/3 de todas as privações ($k=1/3$ ou 33,33%)⁶⁰ (CONCONI, 2016; PNUD, 2019).

Neste estudo, será também adotado um valor de $k=1/3$ do total de indicadores. Tendo em vista que foram selecionados treze indicadores, então o valor de k para o presente trabalho será aproximadamente igual a 4, o que significa que indivíduos que sofrem privações em 3 ou mais privações serão considerados multidimensionalmente pobres⁶¹.

3.3.7 Aplicação da segunda linha de corte

Com a aplicação da segunda linha de corte ($k=4$), obtém-se o grupo de pessoas multidimensionalmente pobres e omitem-se os dados das pessoas que não são consideradas

pobres. Considerando uma dada matriz de contagem de privações $C = \begin{matrix} 0 \\ 4 \\ 7 \end{matrix}$, tem-se:

$$C(k = 4) = \begin{matrix} 0 \\ 1 \\ 1 \end{matrix} \quad (4)$$

A equação (4) mostra que os indivíduos com 4 ou mais privações terão todos os seus indicadores codificados pelo número 1. Já as pessoas que estiverem situadas abaixo da segunda linha de corte, ou seja, privadas em menos de 4 indicadores, terão valor zero em todos seus indicadores. Logo, o foco da medida se dá sobre as pessoas que são consideradas multidimensionalmente pobres.

3.3.8 Cálculo da incidência de pobreza (H)

Estabelecido um ponto de corte k , o cálculo passa a ser focado nas pessoas pobres, isto é, no percentual de indivíduos pobres sobre o total de determinada população. Essa medida é

⁶⁰ Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano 2019, a situação de pobreza multidimensional é considerada grave quando a soma ponderada de privações dos indivíduos supera 50% de todas as privações possíveis. Quando a pontuação de privações dos indivíduos está acima de 20% e abaixo de 33,33%, configura-se uma situação de vulnerabilidade à pobreza multidimensional, isto é, os indivíduos estão em risco de sofrer privações múltiplas, embora não sejam propriamente pobres (PNUD, 2019).

⁶¹ Para 13 indicadores, o valor exato de k é igual a 4,3. Porém, é feita uma aproximação para $k=4$ pois não é possível afirmar que uma pessoa é privada em um número fracionário de indicadores.

simbolizada pela letra H e denominada *headcount ratio* ou incidência multidimensional de pobreza. Formalmente, $H = q/n$, onde q é o número de pessoas que são multidimensionalmente pobres e n é a população total.

Para $k=4$, a matriz de contagem de privações representada pela equação (4) resulta que da população total de três indivíduos ($n=3$), há duas pessoas pobres. Portanto, chega-se a:

$$H = \frac{2}{3} \cong 0,67 \quad (5)$$

Isso significa que, nesse caso, a incidência de pobreza seria de 66,66%, ou seja, 66,66% da amostra é considerada multidimensionalmente pobre. Alkire e Foster (2009, p. 12) alertam que a incidência de pobreza não é sensível ao número de privações que o pobre enfrenta: “se uma pessoa pobre se torna privada em um novo indicador, H permanece o mesmo”, o que viola a denominada “monotonicidade dimensional”, segundo a qual se o pobre é acometido por uma privação em um indicador adicional, então a pobreza deve aumentar.

3.3.9 Cálculo do hiato de pobreza média ou intensidade da pobreza (A)

No estágio seguinte é preciso calcular a média do número de privações (*average deprivation share*). Essa medida representa a média de indicadores em que os pobres são privados e é calculada a partir da soma da proporção total de privações que cada pessoa sofre sobre o total de pessoas multidimensionalmente pobres. Simbolizado pela letra A , o hiato de pobreza é formalmente descrito pela equação (6):

$$A = \frac{\sum_{i=0}^n \text{Total de privações}_{\text{pessoa } i}}{\text{número de privações possíveis}} \quad (6)$$

$$A = \frac{\text{número de pessoas com privação}}{\text{número de pessoas com privação}} \quad (7)$$

Essa é uma medida importante pois é capaz de captar a intensidade da pobreza, visto que retrata em quantos indicadores em média os pobres são privados. Seguindo o exemplo, há duas pessoas multidimensionalmente pobres, sendo privadas em quatro e sete indicadores, respectivamente. Logo,

$$A = \frac{(4) + (7)}{2} \cong 0,42 \quad (7)$$

Neste caso, $A \cong 0,42$ significa que em média as pessoas pobres são privadas em 42% dos indicadores considerados (como já visto no

Quadro 2, neste trabalho uma pessoa pode ser privada em até treze indicadores).

3.3.10 Cálculo da incidência ajustada (M_0) ou IPM

Depois de identificados os indivíduos em situação de pobreza multidimensional, no estágio seguinte calcula-se a incidência ajustada, que reflete a proporção de privações que a população pobre enfrenta em relação ao máximo das privações que toda a população poderia sofrer (se todos os indivíduos fossem privados em todos os indicadores). Essa medida consiste na multiplicação do *Headcount* pelo o hiato de pobreza média, ou seja, $M_0 = H * A$. Seguindo o exemplo anterior,

$$M_0 = 0,67 * 0,42 \cong 0,28 \quad (8)$$

Isso quer dizer que o total de indicadores em que os pobres sofrem privação representa 28% do máximo possível na amostra em estudo. Esse valor pode variar de 0 (nenhuma pobreza) a 1 (total pobreza).

Alkire (2009) destaca que uma característica importante de M_0 é que a medida satisfaz a monotonicidade dimensional. Por exemplo, se um indivíduo privado em três indicadores passa a ser privado em quatro, essa privação adicional é captada e o resultado será um aumento em M_0 , ainda que a incidência de pobreza (H) permaneça a mesma. Contudo, no caso extremo de um indivíduo pobre ser privado em todos os indicadores considerados, se houver uma piora de condição em qualquer indicador, todas as medidas de pobreza do método AF permanecerão inalteradas. Por isso, acentua Serra (2017), M_0 não satisfaz o axioma da monotonicidade.

3.3.11 Decomposição da medida

Por último, deve-se realizar a decomposição da medida, ou seja, decompor por grupo e segmentar por dimensões e indicadores. O M_0 pode ser decomposto para qualquer número de subgrupos da população (como, por exemplo, grupos etários, gênero, bairros), tornando-se uma propriedade extremamente útil para gerar perfis de pobreza e direcionar políticas públicas. Também é possível segmentar por dimensões e indicadores, o que permite analisar a contribuição de cada dimensão e de cada indicador para a pobreza geral.

Neste trabalho optou-se por realizar a decomposição por municípios e por indicadores, afim de desvendar as cidades mais e menos pobres e as principais privações vivenciadas pela população residente na microrregião de Florianópolis.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

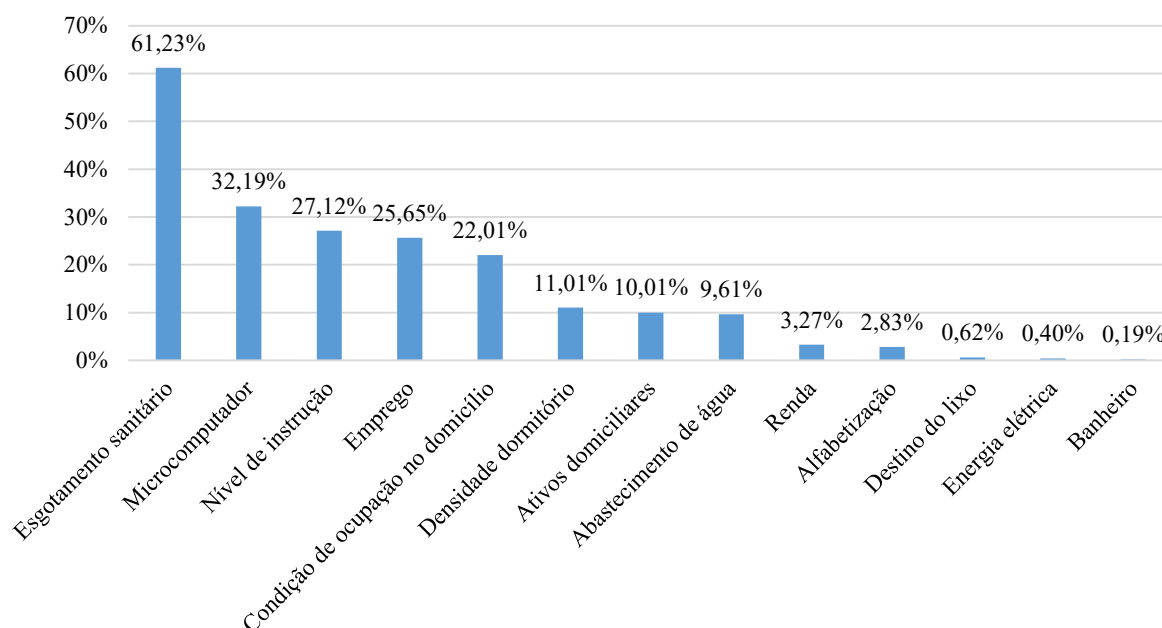
Neste capítulo são apresentados os resultados da aplicação do método Alkire-Foster (2009) para mensuração da pobreza multidimensional. Inicialmente, na seção 4.1, são descritos os resultados obtidos para microrregião de Florianópolis como um todo, incluindo seus nove municípios e identificando os indicadores e dimensões que originaram maiores e menores privações aos indivíduos amostrados.

Seguindo os passos do método AF (2009), na seção 4.2 são apresentadas as medidas de incidência de pobreza (H), intensidade de pobreza (A) e, por fim, a incidência ajustada de pobreza (M_0) para cada um dos municípios da microrregião. Nesta etapa busca-se analisar os indicadores que exerceram maior privação sobre os indivíduos de dois grupos de municípios: os que apresentaram maior incidência de pobreza e os que apresentaram menor incidência de pobreza. No primeiro grupo estão municípios de pequeno porte, como Paulo Lopes, São Pedro de Alcântara e Antônio Carlos, enquanto o segundo grupo abrange as três cidades com maior representatividade econômica e populacional na microrregião, como Florianópolis, São José e Palhoça.

4.1 AS FONTES DE PRIVAÇÃO NA MICRORREGIÃO DE FLORIANÓPOLIS

Os indicadores que apresentaram maiores privações na microrregião foram esgotamento sanitário, microcomputador e nível de instrução. O Gráfico 1 ilustra o percentual de pessoas privadas em cada um dos indicadores selecionados.

Gráfico 1 – Percentual de privações nos indicadores selecionados: microrregião de Florianópolis.



Fonte: elaboração própria com base nos microdados do Censo IBGE 2010.

Como se observa no Gráfico 1, 61,23% dos indivíduos amostrados não possuem acesso à rede geral de recolhimento de esgoto. Os indicadores microcomputador e nível de instrução também apresentaram altos percentuais de privação, com, respectivamente, 32,19% da amostra sem acesso a microcomputador no domicílio e 27,12% da amostra com 15 ou mais anos de idade sem o ensino fundamental completo.

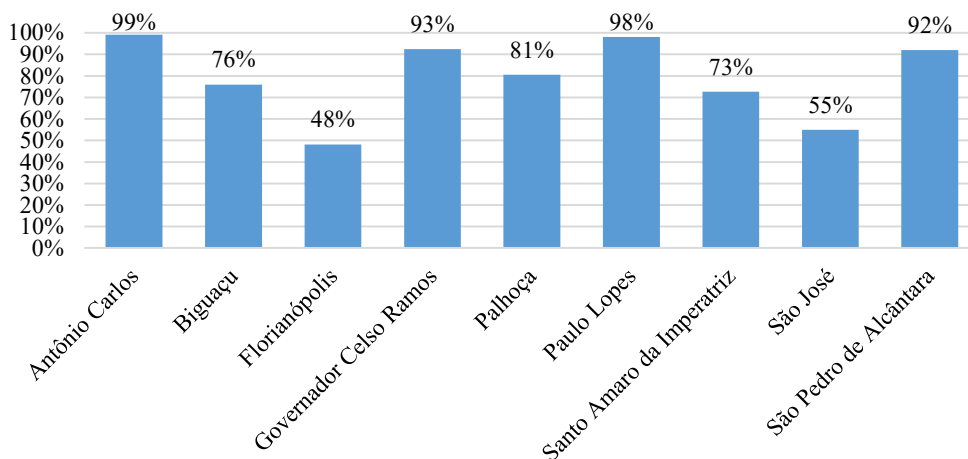
Também não se pode desprezar os percentuais de privações vivenciadas pelos indivíduos nos indicadores de emprego e condição de ocupação. O primeiro indica que mais de um quarto da amostra com idade superior ou igual a 18 anos não tinha acesso ao emprego formal. No indicador condição de ocupação, os resultados demonstram que 22,01% dos indivíduos da amostra não dispunham de casa própria (já paga ou pagando). Estes resultados mostram que as pessoas que habitam a microrregião de Florianópolis estão submetidas a distintas e significativas formas de privação.

Sobre o esgotamento sanitário, é necessário destacar que a despeito de Santa Catarina ser um dos estados com maior IDH⁶² do País, apenas 25,3% da população do estado possuía, em 2019, acesso à rede geral de coleta de esgoto, o que retrata um esgotamento sanitário

⁶² Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, Santa Catarina tem o terceiro IDHM mais elevado do País, atrás apenas do Distrito Federal e de São Paulo. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-uf-2010.html>. Acesso em: 03/12/2021.

bastante deficitário quando comparado a estados menos desenvolvidos (TRATA BRASIL, 2021a)⁶³. Logo, a privação sofrida pelas pessoas que habitam a microrregião de Florianópolis está inserida em um contexto estadual de precariedade nos serviços de esgoto. Os municípios com pior desempenho neste indicador foram Antônio Carlos, Paulo Lopes, Governador Celso Ramos e São Pedro de Alcântara, com 99%, 98%, 93%% e 92%, respectivamente.

Gráfico 2 - Percentual de privações no indicador esgotamento sanitário, por município da microrregião de Florianópolis.



Fonte: elaboração própria com base nos microdados do Censo IBGE 2010.

Os demais municípios, embora tenham apresentado menores privações, registraram, sem exceção, uma cobertura extremamente insatisfatória. Do total de 79.616 pessoas amostradas na microrregião, 48.745 não dispunham de acesso à rede geral de recolhimento de esgoto.

A respeito do microcomputador, é crucial elencar alguns elementos que reforçam a relevância desse indicador para se compreender situações de privação. Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano (UNDP, 2010), a posse do microcomputador (assim como outros bens e serviços em casa) está relacionada a melhores desempenhos escolares, além de expandir o acesso a informações e aumentar a capacidade dos indivíduos de exprimirem opiniões.

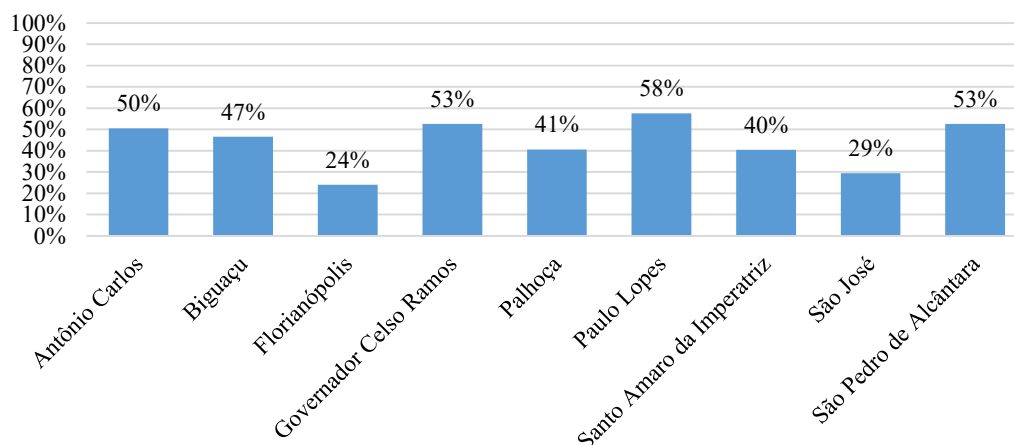
A posse do computador está também associada a um componente intangível: “à medida que o sistema produtivo se informatiza, a noção de que é necessário dominar esse instrumento para assegurar maiores chances de trabalho se ‘infiltra’ rapidamente entre os diversos setores sociais, uma vez que seu uso passa a ser visto como condição para a obtenção de trabalho e sucesso escolar” (SORJ; GUEDES, 2005, p. 105). Em pesquisa realizada com comunidades

⁶³ Santa Catarina também se destaca negativamente em relação ao volume de esgoto coletado que é tratado: apenas 32,2% em 2019 (TRATA BRASIL, 2021a).

vulneráveis na cidade do Rio de Janeiro, ao perguntarem sobre a importância do conhecimento de informática para a obtenção de emprego, Sorj e Guedes (2005) identificaram que a quase totalidade dos entrevistados indicou que ele ajuda a conseguir trabalho, independentemente do grau de escolaridade, renda, cor e gênero.

O elevado nível de privação do acesso a este equipamento que é imprescindível para se enfrentar a exclusão digital e suas consequências mostrou-se uma realidade na microrregião de Florianópolis. A maior privação neste indicador foi registrada pelo município de Paulo Lopes, com 58%, seguido por Governador Celso Ramos e São Pedro de Alcântara, ambos com 53%, e Antônio Carlos, com 50%. Como se observa no Gráfico 3, Florianópolis registrou a menor privação neste indicador.

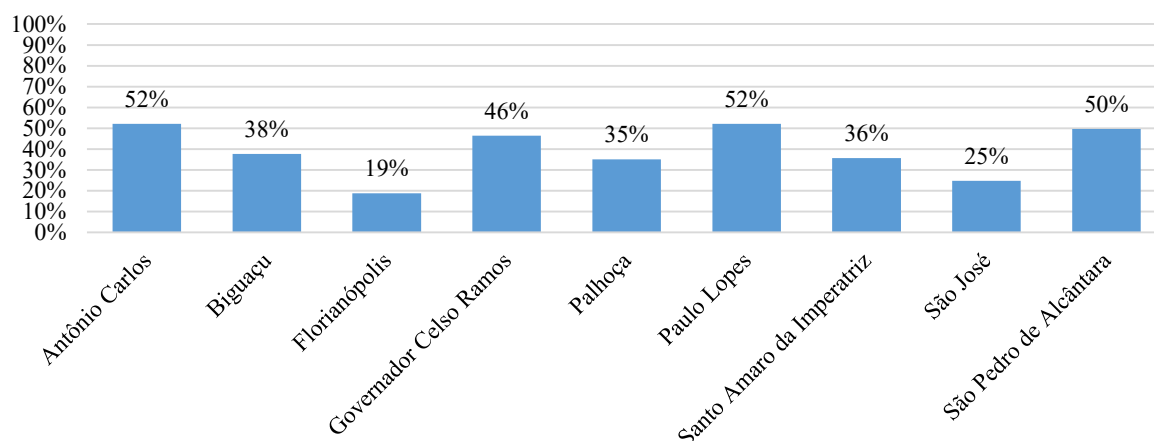
Gráfico 3 - Percentual de privações no indicador microcomputador, por município da microrregião de Florianópolis.



Fonte: elaboração própria com base nos microdados do Censo IBGE 2010.

Quanto ao indicador nível de instrução, é alarmante o percentual de 27,12% do total de indivíduos da amostra com 15 ou mais anos de idade não possuir o ensino fundamental completo. Este indicador apresentou maior privação nos municípios de Paulo Lopes e Antônio Carlos, ambos com 52%, seguidos de perto por São Pedro de Alcântara (50%). A privação mais baixa, registrada por Florianópolis, com 19%, evidencia que o déficit educacional é um problema a ser enfrentado em todos os municípios da microrregião.

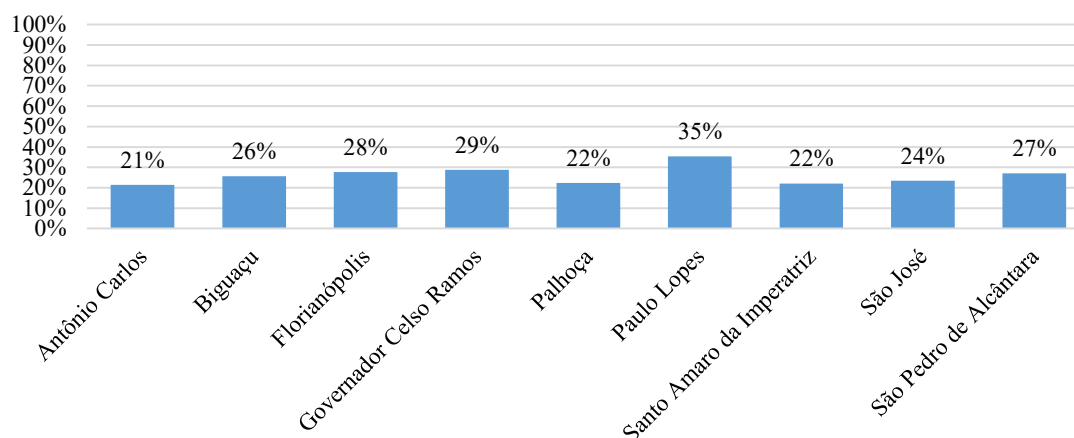
Gráfico 4 - Percentual de privações no indicador nível de instrução, por município da microrregião de Florianópolis.



Fonte: elaboração própria com base nos microdados do Censo IBGE 2010.

O indicador emprego também se mostrou uma fonte de privação para os habitantes da microrregião de Florianópolis. O município de Paulo Lopes apresentou o maior percentual de pessoas privadas (35%). Na sequência, encontram-se os municípios de Governador Celso Ramos e Florianópolis, com respectivamente 29% e 28% dos indivíduos amostrados de idade igual ou superior a 18 anos sem acesso a emprego formal na semana de referência. O Gráfico 5 apresenta os resultados para este indicador.

Gráfico 5 - Percentual de privações no indicador emprego, por município da microrregião de Florianópolis.

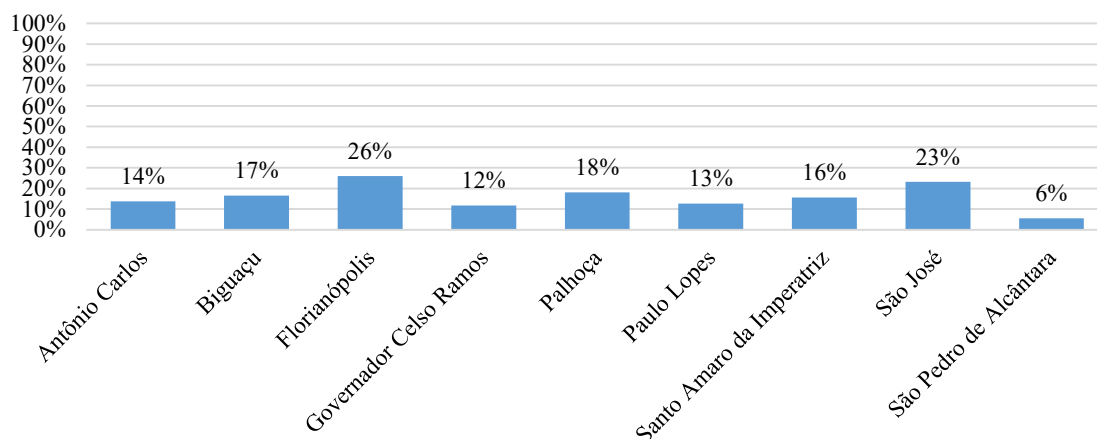


Fonte: elaboração própria com base nos microdados do Censo IBGE 2010.

Quanto à condição de ocupação no domicílio, os municípios de Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu registraram as maiores privações: 26%, 23%, 18% e 17%, respectivamente.

Neste conjunto de municípios, que contempla a Área Conurbada de Florianópolis, os indivíduos enfrentam grandes dificuldades para adquirir a casa própria em virtude dos elevados preços dos imóveis e terrenos urbanos. Esta questão será debatida com maior profundidade na seção 4.2.

Gráfico 6 - Percentual de privações no indicador condição de ocupação no domicílio, por município da microrregião de Florianópolis.



Fonte: elaboração própria com base nos microdados do Censo IBGE 2010.

Os indicadores que apresentaram menores privações foram banheiro, energia elétrica e destino do lixo. O primeiro demonstra que 0,19% das pessoas entrevistadas residiam em domicílios sem acesso a pelo menos um banheiro de uso exclusivo. Neste indicador, todos os municípios mostraram privações semelhantes, exceto Paulo Lopes, cuja privação foi de 1,39%.

Nos indicadores energia elétrica e destino do lixo, os resultados mostraram que 0,40% dos indivíduos da amostra não possuíam energia elétrica no domicílio e 0,62% não tinham acesso a coleta de lixo por serviço de limpeza ou caçamba disponibilizada por serviço de limpeza. No primeiro indicador, a maior privação ocorreu no município de Florianópolis, com 0,55% dos entrevistados sem acesso à energia elétrica no domicílio. Já no indicador destino de lixo, dois municípios apresentaram taxas elevadas: São Pedro de Alcântara (7,43%) e Antônio Carlos (6,10%).

Tabela 2 – Quadro síntese do percentual de privação por indicadores e municípios da microrregião de Florianópolis.

	Antônio Carlos	Biguaçu	Florianópolis	Governador Celso Ramos	Palhoça	Paulo Lopes	Santo Amaro da Imperatriz	São José	São Pedro de Alcântara	Microrregião
Alfabetização	3,41%	4,27%	1,83%	6,68%	3,46%	9,71%	4,37%	2,29%	6,85%	2,83%
Nível de instrução	52,09%	37,77%	18,88%	46,39%	35,06%	52,12%	35,73%	24,87%	49,71%	27,12%
Microcomputador	50,46%	46,57%	23,96%	52,62%	40,64%	57,59%	40,36%	29,40%	52,61%	32,19%
Condição de ocupação no domicílio	13,68%	16,52%	26,06%	11,79%	18,12%	12,65%	15,63%	23,19%	5,50%	22,01%
Energia elétrica	0,24%	0,40%	0,55%	0,27%	0,20%	0,00%	0,00%	0,37%	0,19%	0,40%
Ativos domiciliares	5,47%	9,71%	9,15%	14,52%	12,50%	17,00%	13,82%	8,34%	17,18%	10,01%
Banheiro	0,24%	0,21%	0,11%	0,09%	0,19%	1,39%	0,32%	0,19%	0,19%	0,19%
Densidade no dormitório	6,10%	14,45%	9,74%	10,04%	14,93%	11,37%	7,90%	11,69%	5,21%	11,01%
Abastecimento de água	55,83%	19,04%	6,38%	6,28%	8,46%	37,00%	20,61%	2,71%	39,96%	9,61%
Esgotamento sanitário	99,09%	75,99%	48,15%	92,51%	80,54%	98,12%	72,69%	54,99%	91,99%	61,23%
Destino do lixo	6,10%	0,80%	0,15%	0,58%	0,50%	1,82%	1,78%	0,21%	7,43%	0,62%
Renda	1,58%	5,12%	3,02%	3,94%	3,65%	8,10%	2,46%	2,83%	2,61%	3,27%
Emprego	21,36%	25,59%	27,62%	28,73%	22,30%	35,34%	22,10%	23,51%	27,12%	25,65%

Fonte: elaboração própria com base nos microdados do Censo IBGE 2010.

Quando comparada ao estado de Santa Catarina, a microrregião de Florianópolis apresentou percentuais de privação inferiores na maioria dos indicadores analisados. A maior diferença foi no indicador destino do lixo: enquanto na microrregião 0,62% da amostra não possuía acesso à coleta de lixo por serviço de limpeza, em nível estadual este percentual foi de 12,37%. Diferenças importantes entre microrregião e estado também foram observadas nos indicadores ativos domiciliares (10,01% ante 28,51%) e abastecimento de água (9,61% ante 26,03%). Isso demonstra que em relação à média do estado de Santa Catarina as pessoas residentes na microrregião de Florianópolis enfrentam menores privações de acesso a serviços básicos de infraestrutura, como abastecimento de água e serviço de coleta de lixo, bem como aos ativos domiciliares domésticos que influenciam na condição de habitação dos indivíduos.

Contudo, nos indicadores emprego e condição de ocupação no domicílio a microrregião de Florianópolis registrou percentuais de privação superiores à média estadual. No primeiro, 25,65% dos indivíduos entrevistados na microrregião não tinham acesso a emprego formal remunerado na semana de referência, diante de 23,74% para o estado. Quanto ao indicador condição de ocupação no domicílio, foi possível perceber que na microrregião de Florianópolis 22,01% das pessoas da amostra não dispunham de domicílio próprio (pago ou pagando), enquanto em nível estadual este percentual foi de 20,90%.

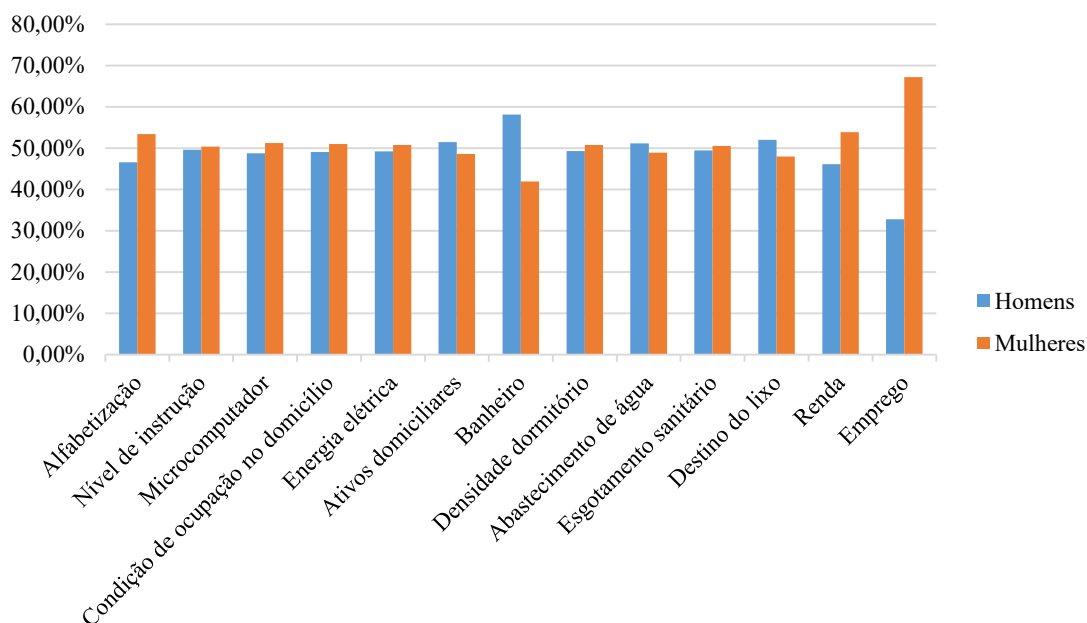
Nestes indicadores (emprego e condição de ocupação no domicílio), os resultados devem estar associados ao quadro de concentração econômica e populacional (especialmente na Área Conurbada de Florianópolis) que é típico do processo de urbanização pelo qual a microrregião vem passando ao longo das últimas décadas e que, inevitavelmente, resulta no agravamento de problemas como a desigualdade de renda, o trabalho informal, a precária oferta de bens públicos – como o acesso aos serviços básicos de transporte, educação e saúde – e os problemas relacionados ao déficit habitacional que, por sinal, estão intimamente vinculados à lógica de valorização imobiliária.

Com base nos resultados apresentados para todos os indicadores, é possível afirmar que a maior fonte de privação para os indivíduos amostrados na microrregião de Florianópolis ocorreu na dimensão *saúde e condições sanitárias*, seguida por *educação e acesso ao conhecimento, trabalho e renda* e, por último, *condição de habitação*.

Outro aspecto a ser observado diz respeito ao sexo dos indivíduos amostrados. Como já visto, uma das virtudes da abordagem das capacitações é a amplitude de sua base informacional, que permite capturar, entre outros fatores, o que Sen (2010, p. 99) denomina heterogeneidades pessoais: “as características físicas díspares relacionadas à incapacidade, doença, idade ou sexo”. Ao decompor as privações em cada indicador segundo o sexo do indivíduo, foi possível

perceber que entre os indivíduos privados, as mulheres são maioria em nove dos treze indicadores selecionados neste estudo.

Gráfico 7 – Distribuição dos indivíduos privados por sexo e indicador: microrregião de Florianópolis.

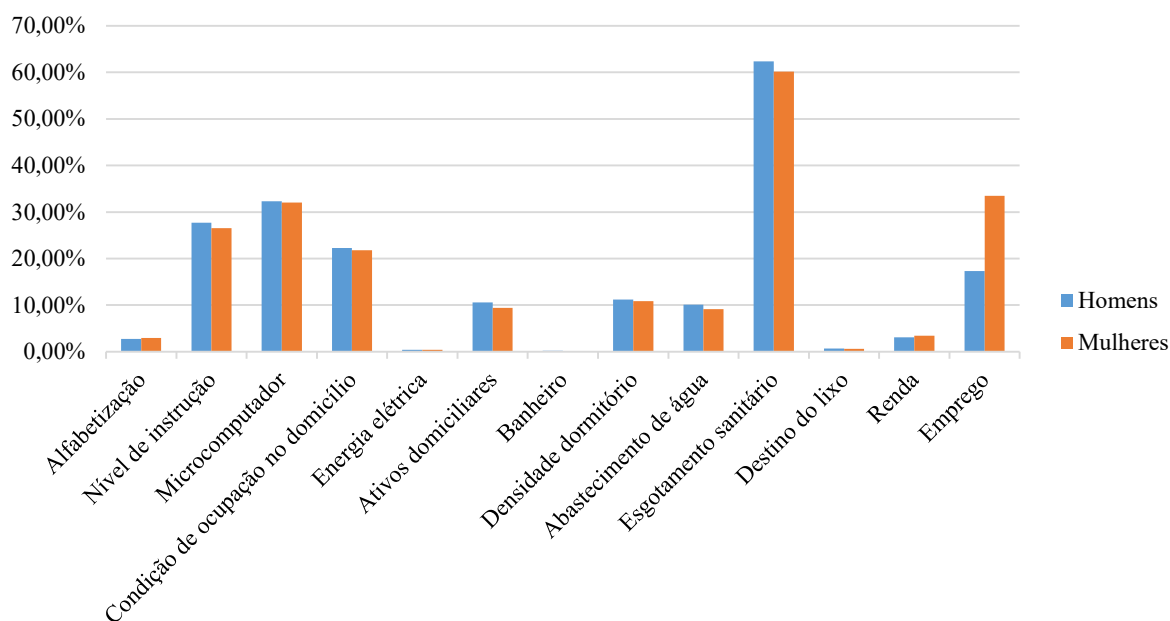


Fonte: elaboração própria com base nos microdados do Censo IBGE 2010.

O Gráfico 7 ilustra que nos indicadores ativos domiciliares, banheiro, abastecimento de água e destino do lixo, a maioria dos indivíduos que sofre privação é do sexo masculino, enquanto nos demais indicadores as privações incidem majoritariamente sobre as mulheres. É preciso considerar, porém, o fato de que as mulheres são maioria entre os indivíduos amostrados: 51,47% são do sexo feminino.

Considerando a proporção de homens e mulheres na amostra, é possível perceber que em termos relativos, isto é, em relação ao total de amostrados em cada sexo, os homens sofreram percentuais mais elevados de privação em dez dos treze indicadores, como se observa no Gráfico 8.

Gráfico 8 – Percentual de privados sobre o total de indivíduos homens e mulheres, por indicador: microrregião de Florianópolis.



Fonte: elaboração própria com base nos microdados do Censo IBGE 2010.

É importante notar, porém, que nestes indicadores em que os homens estiveram submetidos a percentuais de privação mais elevados do que as mulheres, o diferencial entre os sexos foi sutil: em média 10,21% a mais de privação para o sexo masculino. Já no caso das mulheres, que obtiveram percentuais de privação superior nos indicadores de alfabetização, renda e emprego, a diferença em relação aos percentuais de privação masculinos foi significativa, sobretudo no indicador emprego, em que a privação feminina foi 93,37% superior à masculina: enquanto 17,33% dos homens não tinham acesso a emprego na semana de referência, este percentual foi de 33,50% para as mulheres.

Ao ser destituído de seu direito ao trabalho, o ser humano tem afetada não apenas sua situação econômica, mas, inegavelmente, sua própria vida social, haja vista a perda de motivação para o trabalho e a perda da autoconfiança. A altíssima privação das mulheres no indicador emprego confirma a perspectiva teórica de Sen (2001, 2010) no sentido de que o exercício da liberdade, relacionado ao que o autor denomina condição de agente, sofre influência das denominadas heterogeneidades pessoais. A possibilidade de exercer trabalho remunerado tende a produzir um impacto substancial no bem-estar das mulheres, dando-lhes

independência e visibilidade, melhorando sua posição social no interior da família e na sociedade e contribuindo para a redução de outras privações⁶⁴ (SEN, 2000, 2001, 2010).

Sen (2010) argumenta que ter emprego remunerado produz efeitos positivos sobre os papéis da condição de agente das mulheres, como, por exemplo, conceder maior ênfase sobre os cuidados com os filhos nas decisões conjuntas da família. Ademais, há provas consideráveis de que o ganho de poder das mulheres na família pode reduzir significativamente a mortalidade infantil e a taxa de fecundidade (ibidem, p. 251).

O que se verifica na microrregião de Florianópolis é uma notável desigualdade sexual para acessar trabalho: as mulheres enfrentam dificuldades profundamente maiores. Dessa maneira, considerando a importância do emprego para a expansão das capacitações e a relevância da emancipação feminina para a mudança social em geral, a intervenção pública pode (e deve) atuar na promoção de políticas direcionadas a aumentar a participação econômica das mulheres na microrregião de Florianópolis.

Também foi possível observar que a pobreza incide de forma diferente conforme o lugar em que os indivíduos estão situados. Embora apenas 6,5% dos indivíduos da amostra resida em áreas rurais, 17,6% dos indivíduos privados estão localizados no meio rural. Este resultado fortalece a perspectiva teórica discutida ao longo deste trabalho de que o espaço exerce influência sobre as capacitações das pessoas. Isso equivale a dizer que “há desigualdades sociais que são, em primeiro lugar, desigualdades territoriais, porque derivam do lugar onde cada qual se encontra” (SANTOS, 2020, p. 151).

Realizadas a apresentação e discussão das privações experimentadas pelos habitantes da microrregião de Florianópolis nos indicadores e dimensões selecionadas, os próximos passos da aplicação do método AF (2009) resultam nas medidas de incidência de pobreza (H), intensidade de pobreza (A) e incidência ajustada pela intensidade (M_0 ou IPM), que serão apresentadas na sequência.

4.2 AS MEDIDAS DE POBREZA NOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE FLORIANÓPOLIS

4.2.1 Incidência de pobreza (H)

Com base nos dados trabalhados ao longo desta pesquisa, foi possível identificar que a microrregião de Florianópolis possui um contingente de 13.531 pessoas consideradas

⁶⁴ Segundo Sen (2000, 2010), à medida que evolui a condição das mulheres é possível verificar uma redução em indicadores como a taxa de fertilidade e a taxa de mortalidade infantil.

multidimensionalmente pobres sobre uma amostra de 79.616 pessoas, isto é, uma incidência de pobreza (H) de 17,00%. Este índice foi bastante inferior ao observado para o estado de Santa Catarina, em que 37,17% dos indivíduos amostrados são considerados multidimensionalmente pobres. Os nove municípios da microrregião registraram resultados bastante diferentes para essa medida, conforme demonstra a Tabela 3.

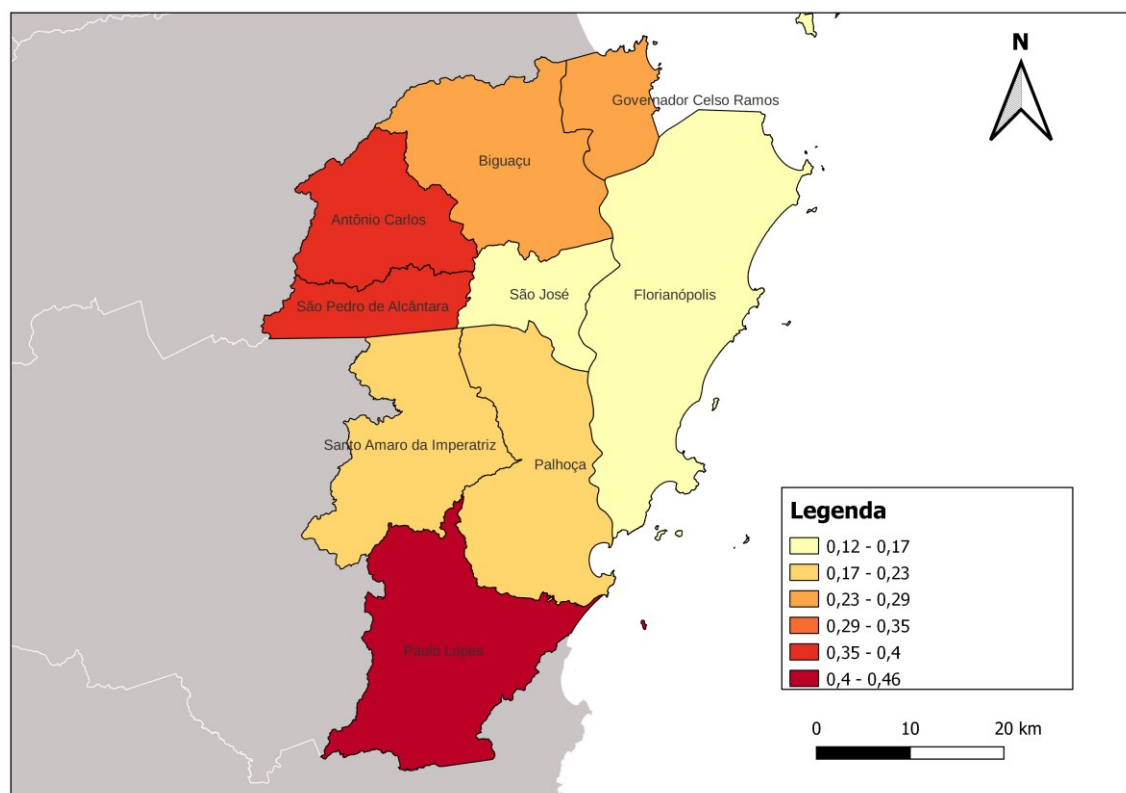
Tabela 3- Medidas de pobreza multidimensional na microrregião de Florianópolis.

Município	Total de pessoas amostradas	Pessoas pobres	Incidência de Pobreza (H)
Paulo Lopes	1.865	859	46,06%
São Pedro de Alcântara	1.036	397	38,32%
Antônio Carlos	2.083	794	38,12%
Governador Celso Ramos	2.231	636	28,51%
Biguaçu	4.728	1.231	26,04%
Santo Amaro da Imperatriz	3.090	703	22,75%
Palhoça	11.394	2.526	22,17%
São José	17.655	2.225	12,60%
Florianópolis	35.534	4.160	11,71%

Fonte: elaboração própria com base nos microdados do Censo IBGE 2010.

Esses resultados são ilustrados na Figura 3.

Figura 3 – Incidência de pobreza (H) nos municípios da microrregião de Florianópolis.



Fonte: elaboração própria com base nos microdados do Censo IBGE 2010.

Paulo Lopes, São Pedro de Alcântara e Antônio Carlos apresentaram a maior incidência de pobreza, com 46,06%, 38,32% e 38,12% da amostra multidimensionalmente pobre, respectivamente. Nestes três municípios os indivíduos sofreram maior privação no indicador esgotamento sanitário, com percentuais de privação extremamente elevados: 99,09% em Antônio Carlos, 98,12% em Paulo Lopes e 91,99% em São Pedro de Alcântara. Lourenço et al. (2018) relacionam a ocorrência de baixos índices de esgotamento sanitário com o tamanho dos municípios catarinenses, alegando que cidades pequenas possuem recursos limitados para investimento e manutenção das redes e estação de tratamento de esgoto.

As três cidades possuíam, em 2010, porções relevantes de sua população vivendo em áreas rurais⁶⁵, o que também piora o quadro de saneamento. Segundo Édison Carlos, presidente do Instituto Trata Brasil⁶⁶, o fato de não se ter resolvido o problema do saneamento nas áreas urbanas acabou renegando o saneamento rural ao último estágio de importância, o que gera uma série de problemas ambientais, já que a fossa séptica (a solução mais comum na ausência de esgotamento sanitário) resulta em contaminação do solo no longo prazo e, conseqüentemente, impacto direto na qualidade da água que chega na área urbana (2021). Carlos (2016) ressalta que a tendência é que o saneamento rural caminhe numa velocidade menor do que nas áreas urbanas, por toda a complexidade do baixo adensamento de pessoas, tornando inviável a construção das tradicionais redes de coleta e tratamento. No entanto, a população dessas áreas merece o mesmo comprometimento do poder público.

Outros indicadores que registraram elevadas privações nestes municípios foram microcomputador, nível de instrução e abastecimento de água. Em Paulo Lopes, 57,59% dos indivíduos amostrados não tinham acesso a microcomputador no domicílio e 52,12% não haviam concluído o ensino fundamental. Em São Pedro de Alcântara, 52,61% e 49,71% da amostra era privada em microcomputador e nível de instrução, respectivamente. Já em Antônio Carlos, a segunda maior privação foi no indicador abastecimento de água (55,83%), seguido por nível de instrução (52,09%).

A alta privação no indicador microcomputador possivelmente está relacionada ao fato destes municípios centrarem sua economia em atividades primárias, tais como a produção de gêneros alimentícios. Também pode estar associada à elevada privação desses municípios no

⁶⁵ Em Antônio Carlos, por exemplo, 68,61% da população vivia em área rural em 2020. No mesmo ano, em Paulo Lopes e São Pedro de Alcântara estes percentuais eram de 27,97% e 20,73% (IBGE, 2010).

⁶⁶ O Instituto Trata Brasil é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, formada por empresas com interesse nos avanços do saneamento básico e na proteção dos recursos hídricos do país. Disponível em <http://www.tratabrasil.org.br/pt/institucional/quem-somos>. Acesso em: 15/12/2021.

indicador nível de instrução, já que, segundo Sorj e Guedes (2005), os computadores, diferentemente dos aparelhos de telefonia celular, exigem dos indivíduos um grau mínimo de instrução. Essa relação se insere na discussão proposta por Sen (2010, p. 58, grifo do autor) sobre os “encadeamentos empíricos que *vinculam* tipos distintos de liberdade um ao outro, reforçando a sua importância conjunta”.

Por exemplo, o analfabetismo pode ser uma barreira formidável à participação em atividades econômicas que requeiram a produção segundo especificações ou que exijam rigoroso controle de qualidade (SEN, 2010, p. 59–60).

Na realidade, o encadeamento empírico identificado no interior da dimensão de *educação e acesso ao conhecimento* (que contempla os indicadores alfabetização, nível de instrução e microcomputador) aponta que a redução nas privações deve ser buscada de maneira conjunta, uma vez que não é possível suprimir a influência de um indicador sobre outro, ou, nos termos de Sen (2010), de uma liberdade instrumental sobre outra. A questão da inclusão digital, aqui representada pelo microcomputador, além de se interconectar diretamente com os indicadores alfabetização e nível de instrução, está associada à universalização de outros bens sociais e a luta contra as diversas carências de acesso a serviços públicos, como saúde, saneamento, segurança, serviços jurídicos (SORJ; GUEDES, 2005).

A alta privação no indicador microcomputador também está relacionada a um menor grau de urbanização desses municípios, já que, conforme a TIC Domicílios 2020⁶⁷, 83% dos domicílios brasileiros em área rural não possui computador, enquanto nas áreas urbanas este percentual é de 50%.

A Tabela 4 apresenta as privações nestes três municípios.

⁶⁷ A pesquisa TIC Domicílios é responsável por mapear o acesso às TIC nos domicílios urbanos e rurais do país e conta com apoio do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e de um grupo de especialistas de diversos setores.

Tabela 4 – Percentual de privações nos indicadores de pobreza: municípios de Paulo Lopes, São Pedro de Alcântara e Antônio Carlos.

	Paulo Lopes	São Pedro de Alcântara	Antônio Carlos
Alfabetização	9,71%	6,85%	3,41%
Nível de instrução	52,12%	49,71%	52,09%
Microcomputador	57,59%	52,61%	50,46%
Condição de ocupação no domicílio	12,65%	5,50%	13,68%
Energia elétrica	0,00%	0,19%	0,24%
Ativos domiciliares	17,00%	17,18%	5,47%
Banheiro	1,39%	0,19%	0,24%
Densidade dormitório	11,37%	5,21%	6,10%
Abastecimento de água	37,00%	39,96%	55,83%
Esgotamento sanitário	98,12%	91,99%	99,09%
Destino do lixo	1,82%	7,43%	6,10%
Renda	8,10%	2,61%	1,58%
Emprego	35,34%	27,12%	21,36%

Fonte: elaboração própria com base nos microdados do Censo IBGE 2010.

A Tabela 4 mostra que, para além dos indicadores já analisados, os indivíduos que habitam Paulo Lopes, São Pedro de Alcântara e Antônio Carlos sofreram altas privações em outros indicadores, como ativos domiciliares e emprego.

Outro ponto importante que decorre dos resultados para esses três municípios é a questão da cidadania rural e urbana, discutida por Milton Santos (2020). Paulo Lopes, São Pedro de Alcântara e Antônio Carlos possuíam juntos, em 2010, uma população de 18.890 habitantes, dos quais 42,24% viviam no meio rural⁶⁸ (IBGE, 2010). A maior incidência de pobreza nessas cidades com grande porção da população vivendo em áreas rurais reverbera o argumento de Santos (2020, p. 42) sobre a negação do direito do cidadão do campo, “já que os serviços públicos essenciais lhe são negados sob a desculpa da carência de recursos para lhe fazer chegar saúde e educação, água e eletricidade, para não falar de tantos outros serviços essenciais”.

Essa noção é reforçada pelos resultados da pesquisa. Todos os municípios, sem exceção, registraram entre os indivíduos privados um percentual de residentes no meio rural mais do que proporcional ao percentual de indivíduos da amostra situados em áreas rurais. Em Antônio Carlos, por exemplo, 68,51% da amostra reside em áreas rurais, porém 85,52% dos indivíduos privados são habitantes do meio rural. O mesmo ocorre com os demais municípios. Isso implica dizer que as privações de capacitações vivenciadas pelos indivíduos desses municípios não podem ser dissociadas de seu componente territorial, isto é, guardam relação com o lugar onde cada qual se encontra.

⁶⁸ Nos demais municípios viviam 859.406 habitantes, apenas 3,67% em áreas rurais (IBGE, 2010).

Nos municípios de Florianópolis, São José e Palhoça se verificou o menor percentual de pessoas multidimensionalmente pobres: 11,71%, 12,60% e 22,17%, respectivamente. Assim como nos demais municípios da microrregião, para estas três cidades o esgotamento sanitário foi a maior fonte de privação. Embora com percentuais inferiores aos outros municípios da microrregião, a privação nesse indicador foi extremamente elevada e confirma a urgência de investimentos para expandir a coleta e tratamento de esgoto.

Segundo Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento, no ano de 2019, em Santa Catarina, 5,4 milhões de pessoas moravam em residências sem acesso a coleta de esgoto, dos quais 176 mil residiam em Florianópolis (TRATA BRASIL, 2021b). Na cidade de Florianópolis, a distribuição deste déficit por faixa de rendimento revelou que, também em 2019, 75,7% dos indivíduos sem coleta de esgoto possuíam renda per capita até 3 salários mínimos (TRATA BRASIL, 2021a).

Para além dos problemas já discutidos que resultam da falta de coleta de esgoto e influenciam nas capacitações das pessoas (tais como uma série de doenças de veiculação hídrica), há também o impacto ambiental decorrente do despejo *in natura* de dejetos humanos e da água consumida pelas populações que não dispõe de esgotamento sanitário. Conforme assegura Sen (2010, p. 99), as variações nas condições do meio ambiente tanto podem influenciar o que uma pessoa obtém de determinado nível de renda quanto alteram a qualidade de vida das pessoas, sobretudo em situações de poluição e outras desvantagens ambientais.

O déficit de esgotamento sanitário gera no curto prazo perdas significativas de bem-estar para aqueles indivíduos cuja ocupação está associada ao turismo de praia ou à pesca, atividades que dependem das condições ambientais, e no longo prazo perdas para a toda a sociedade e gerações futuras. Na realidade, o problema da falta de saneamento básico não somente gera privação imediata de capacitações, constituindo-se uma barreira para a expansão da liberdade que os indivíduos podem desfrutar, mas impacta o ecossistema de forma irreversível.

Especificamente no caso de Florianópolis, a elevada privação no indicador esgotamento sanitário também está relacionada ao aprofundamento de um processo de urbanização desigual e desordenado. Desigual porque na ausência de políticas habitacionais⁶⁹ obriga as classes populares a ocuparem locais invisibilizados pelo poder público, onde o investimento público em coleta de esgoto não chega; e desordenado porque centrado na especulação imobiliária não vacila ao viabilizar, com apoio do setor público, grandes empreendimentos imobiliários

⁶⁹ Em Florianópolis, o déficit habitacional quantitativo no ano de 2010 era de aproximadamente 7.842 domicílios (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2012).

direcionados aos setores de classe média e alta e destituídos de acesso à rede geral de esgotamento sanitário⁷⁰.

Portanto, Florianópolis espelha uma cidade na qual, por diferentes motivos, a falta de esgotamento sanitário é uma realidade tanto na periferia quanto nas áreas mais abastadas. Este fato, porém, não abala o argumento de que a região possui uma formação socioespacial segregadora. Como afirma Santos (2020), a possibilidade de participação individual na vida social e a capacidade de influenciar a corrente dos acontecimentos não é a mesma em função do local em que estão inseridos os indivíduos. Isso fica evidente ao se observar que enquanto, por um lado, as pessoas que residem em áreas de vulnerabilidade social não conseguem acessar o poder público (sendo negada a liberdade de participação política efetiva), por outro, realiza-se audiência pública promovida pela Prefeitura de Florianópolis para discutir os problemas de saneamento em um dos mais nobres bairros da cidade⁷¹.

Em tal ocasião, o pronunciamento de um morador da abastada região simboliza a naturalização do processo de segregação estabelecido no município: “[...] eu não posso aceitar que moro em um bairro como Jurerê e tenho esgoto de favela⁷²”. O acesso ao esgotamento sanitário é um direito universal, é fundamental para a dignidade humana e deve ser assegurado a todo cidadão que habita Florianópolis, São José, Palhoça e os demais municípios da microrregião. Promover o melhoramento da rede de coleta de esgoto é expandir as capacitações das pessoas que vivem nesta localidade, o que significa, sob a perspectiva teórica de Sen (2001, 2010), desenvolvimento e redução da pobreza.

Além do esgotamento sanitário, privações expressivas foram registradas nos indicadores emprego e condição de ocupação no domicílio, para Florianópolis; e microcomputador e nível de instrução, para São José e Palhoça. A Tabela 5 e o Gráfico 9, a seguir, apresentam estes resultados.

⁷⁰ Um exemplo é a Praia do Campeche, cujo crescimento populacional impulsionado por grandes empreendimentos imobiliários aumentou vertiginosamente o volume de esgoto não coletado por rede geral, o que tem impactado a qualidade da água. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/02/explosao-de-moradores-leva-esgoto-a-praia-no-sul-de-florianopolis.shtml>. Acesso em 20/12/2021.

⁷¹ Em 21/08/2018 a Prefeitura de Florianópolis realizou audiência pública para apresentação de uma proposta técnica, operacional e de investimentos para prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário na região de Jurerê Internacional. Disponível em: <https://www.pmf.sc.gov.br/entidades/infraestrutura/index.php?cms=audiencia+publica+em+jurere+internacional&menu=0>. Acesso em: 20/12/2021.

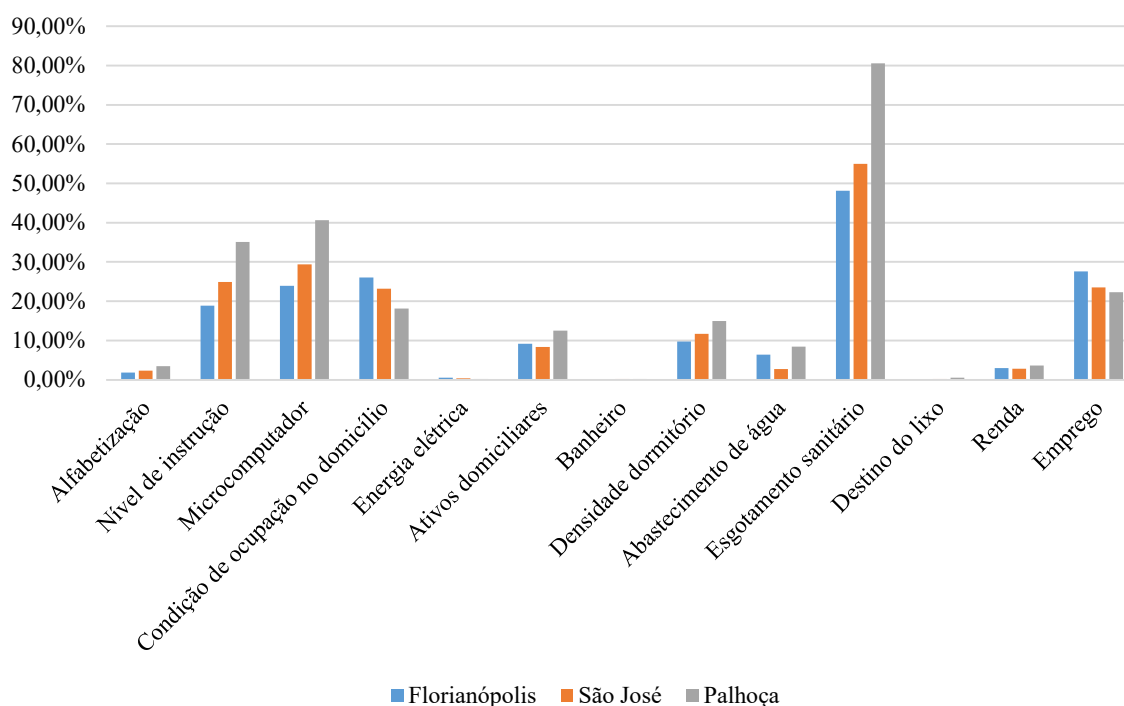
⁷² Disponível em: <https://tratamentodeagua.com.br/jurere-agua-esgoto/>. Acesso em: 20/12/2021.

Tabela 5 – Percentual de privações nos indicadores de pobreza selecionados por município.

	Florianópolis	São José	Palhoça
Alfabetização	1,83%	2,29%	3,46%
Nível de instrução	18,88%	24,87%	35,06%
Microcomputador	23,96%	29,40%	40,64%
Condição de ocupação no domicílio	26,06%	23,19%	18,12%
Energia elétrica	0,55%	0,37%	0,20%
Ativos domiciliares	9,15%	8,34%	12,50%
Banheiro	0,11%	0,19%	0,19%
Densidade dormitório	9,74%	11,69%	14,93%
Abastecimento de água	6,38%	2,71%	8,46%
Esgotamento sanitário	48,15%	54,99%	80,54%
Destino do lixo	0,15%	0,21%	0,50%
Renda	3,02%	2,83%	3,65%
Emprego	27,62%	23,51%	22,30%

Fonte: elaboração própria com base nos microdados do Censo IBGE 2010.

Gráfico 9 - Percentual de privações nos indicadores de pobreza selecionados por município.



Fonte: elaboração própria com base nos microdados do Censo IBGE 2010.

Com 27,62% da amostra privada, o indicador emprego mostrou ser um dos principais problemas socioeconômicos vivenciados pelos indivíduos amostrados na cidade de Florianópolis. Entre os nove municípios da microrregião, Florianópolis ostentou a terceira maior privação neste indicador, somente atrás de Paulo Lopes e Governador Celso Ramos. Este resultado reforça o argumento trazido por Faria (1991) de que as regiões de grande concentração econômica e populacional não são capazes de absorver adequadamente, inclusive no que diz

respeito ao mercado de trabalho, a totalidade da população migrante. A elevada dificuldade de acessar emprego também pode estar associada à estrutura socioeconômica da cidade que, com relevante participação do setor de turismo, têm sua oferta de trabalho fortemente impactada pelo componente sazonal: incremento de empregos temporários no verão, e declínio da oferta de trabalho no inverno. O período de referência do questionário censitário (julho de 2010) pode reforçar este argumento da sazonalidade no emprego.

Também é necessário considerar que embora dentre todos os municípios da microrregião a cidade de Florianópolis tenha registrado a menor privação nos indicadores nível de instrução e microcomputador – que exercem grande influência sobre o emprego –, os percentuais de privação nestes indicadores (18,88% e 23,96%, respectivamente) podem ser considerados altos e, conseqüentemente, ter impacto no nível de emprego de uma cidade que tem intensificado nas últimas décadas as atividades ligadas ao setor de tecnologia da informação e comunicação. O já discutido encadeamento instrumental entre a dimensão *educação e acesso ao conhecimento* e a dimensão *trabalho e renda* sugere que ao desenvolver atividades econômicas de inovação e geração de conhecimento é necessário agir em formação intelectual e capacitação profissional para que, conforme aponta Lins (2011), haja uma efetiva incorporação de contingentes locais a estas atividades.

O indicador condição de ocupação no domicílio também se constituiu em relevante fonte de privação para os indivíduos do município de Florianópolis: 26,06% dos indivíduos da amostra mostraram-se privados neste indicador. Este resultado tem relação com a discussão já realizada sobre o processo de urbanização e valorização imobiliária pelo qual a Área Conurbada de Florianópolis vem passando ao longo das últimas décadas, especialmente na Capital. Conforme argumenta Abramo (2009, p. 5–6), “o acesso ao solo urbano a partir da lógica do Estado exige dos indivíduos ou grupos sociais algum acúmulo de capital, [...] de tal forma que permita o seu reconhecimento como parte integrante da sociedade e do seu jogo de distribuição das riquezas sociais”.

Com a elevação do preço dos imóveis e terrenos urbanos, impulsionada pela ação do poder público – que tende a privilegiar áreas nobres na oferta de infraestrutura e serviços urbanos, afetando os preços –, significativos contingentes populacionais enfrentam privações no acesso a casa própria. Na ausência de algum acúmulo de capital para assegurar moradia própria, o acesso ao solo urbano se dá pelo que Abramo (2009, p. 6) denomina “lógica da necessidade”, isto é: a necessidade absoluta de dispor de um lugar para instalar-se na cidade configura-se como elemento suficiente para acionar essa lógica de acesso à terra urbana.

Ao longo do processo de urbanização acelerada dos anos 50 a 80, a América Latina viu a lógica da necessidade de promover um grande ciclo de acesso ao solo urbano pela via das ocupações populares. Essas ocupações produziram os assentamentos populares informais, que podem se chamar favelas no Brasil, *villas miséria* na Argentina, *barrios* na Colômbia e no México, *ranchos* na Venezuela, *barriadas* no Peru ou uma constelação de outras metáforas, adjetivações ou o que seja, mas todas apresentam o mesmo marco de fundação, a partir de uma ocupação popular que se consolida mediante processos de autoconstrução e de autourbanização. A trajetória desses assentamentos é o resultado individual, familiar e coletivo da lógica da necessidade no acesso ao solo e a outros serviços e equipamentos urbanos (ABRAMO, 2009, p. 6–7, grifo do autor).

Pode-se dizer que as ocupações nos morros de Florianópolis e que parte do processo de adensamento em direção aos municípios de São José, Palhoça e Biguaçu – discutidos no Capítulo 2 – se enquadram nesta lógica (da necessidade). O fato de que na impossibilidade de adquirir moradia própria um indivíduo ocupa áreas informais revela que “comprar uma casa” não faz parte de seu conjunto capacitário, o que contrapõe categoricamente a perspectiva da liberdade de Sen (2001, 2010).

Nos municípios de São José e Palhoça as principais privações (depois de esgotamento sanitário) ocorreram nos indicadores microcomputador e nível de instrução. Em São José as privações nestes indicadores foram de 29,40% e 24,87%, respectivamente; enquanto em Palhoça estes índices foram respectivamente de 40,64% e 35,06%. Como já discutido por Sen (2010), a educação tanto influencia fundamentalmente a liberdade de escolha entre os tipos de vida que uma pessoa tem razão para valorizar, quanto se constitui em um trampolim para o desenvolvimento econômico, uma vez que o resultado econômico de um país, cidade ou região depende dos alicerces que são formados fundamentalmente por mudanças sociais positivas, tais como a difusão da educação e da alfabetização (ibidem, p. 331).

Com um total de 347.138 habitantes em 2010, aproximadamente 40% da população total da microrregião (IBGE, 2010), São José e Palhoça exercem grande influência na microrregião de Florianópolis, motivo pelo qual os altos níveis de privação nos indicadores da dimensão *educação e acesso ao conhecimento* representam uma barreira não apenas ao desenvolvimento desses municípios, mas à microrregião como um todo.

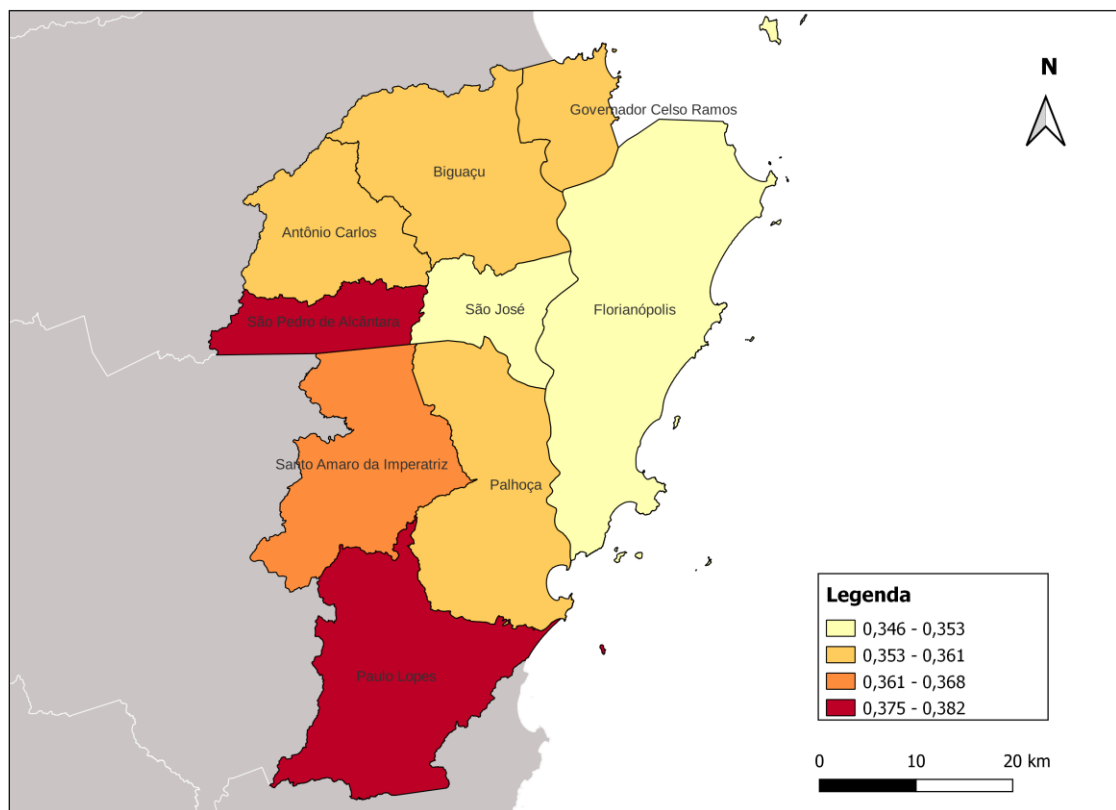
Dando sequência aos passos do método Alkire-Foster (2009), a próxima seção apresenta o hiato de pobreza média, também conhecido como intensidade de pobreza (A).

4.2.2 Intensidade de pobreza (A)

Nesta medida, que representa a média de indicadores em que os indivíduos pobres são considerados privados, os resultados mostraram que os indivíduos pobres na microrregião de

Florianópolis são privados em 35,45% dos indicadores, índice um pouco abaixo da intensidade de pobreza estadual, de 38,91%. A Figura 4 mostra os resultados nos municípios estudados.

Figura 4 – Intensidade de Pobreza (A) nos municípios da microrregião de Florianópolis.



Fonte: elaboração própria com base nos microdados do Censo IBGE 2010.

É possível afirmar que aqueles considerados multidimensionalmente pobres na microrregião de Florianópolis são acometidos por um número semelhante de privações, sendo Florianópolis e São José as cidades onde a intensidade de pobreza é menor (34,60% e 34,71%, respectivamente) e São Pedro de Alcântara e Paulo Lopes os municípios com as taxas mais elevadas (respectivamente 38,25% e 38,16%).

Essa medida permite analisar a pobreza além da linha de corte, sendo possível captar as desigualdades no interior da própria pobreza, isto é, perceber que mesmo que duas áreas de estudo possuam o mesmo percentual da população multidimensionalmente pobre, uma delas pode sofrer uma média de privações superior à outra, reflexo de uma maior intensidade de pobreza (ALKIRE; SANTOS, 2010).

Essa relação pode ser observada na microrregião analisada: Paulo Lopes teve maior incidência de pobreza do que São Pedro de Alcântara (46,06% contra 38,32%), porém a intensidade de pobreza em São Pedro de Alcântara foi superior à de Paulo Lopes (38,25% ante

38,16%). Isto significa que apesar de Paulo Lopes possuir maior percentual de indivíduos pobres sobre o total da amostra residente nesta cidade, é no município de São Pedro de Alcântara que os pobres sofrem um maior número de privações.

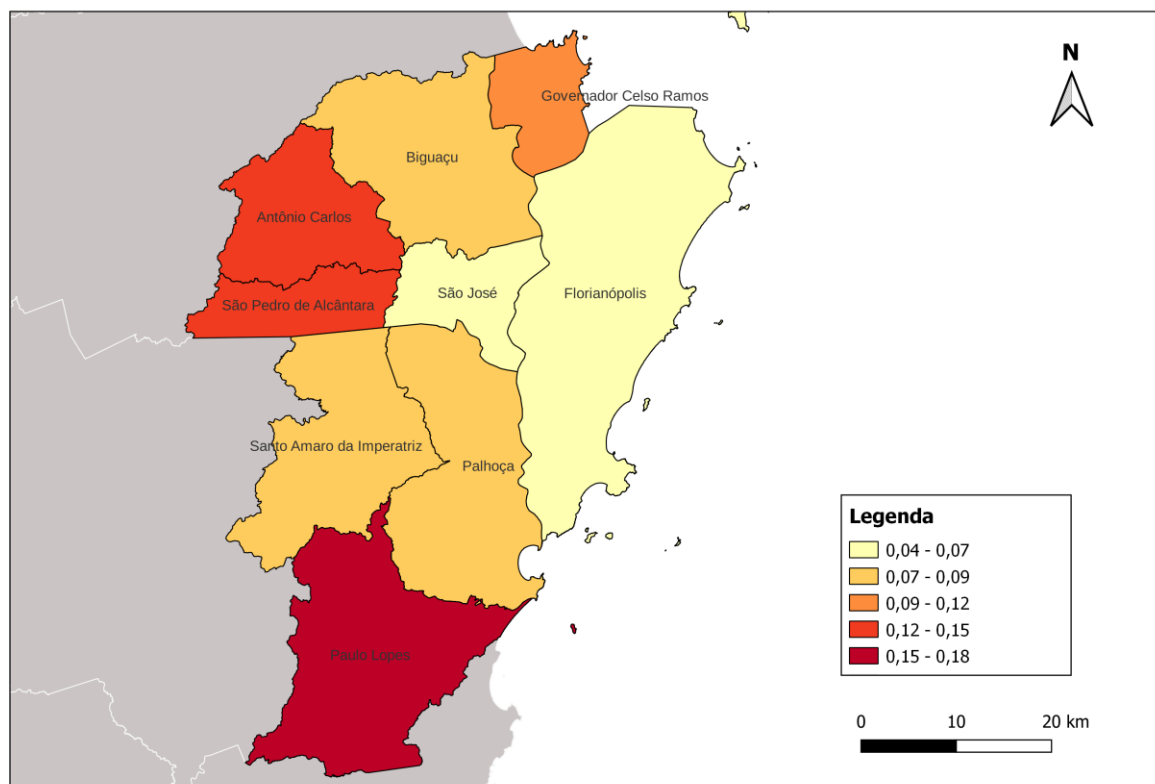
Apoiando-se na perspectiva já discutida por Santos (2020) sobre cidadania urbana e cidadania rural, é possível que a maior intensidade de pobreza registrada por estes dois municípios esteja associada ao fato de serem municípios com alta representatividade rural: Paulo Lopes e São Pedro de Alcântara possuem respectivamente 29,17% e 28,19% dos indivíduos amostrados vivendo em áreas rurais. Os resultados da pesquisa apontam que entre os privados nestes municípios, 45,52% e 57,68% residiam no ambiente rural.

De maneira alguma esta associação busca tipificar o meio rural como sinônimo de atraso e de pobreza. Como já visto, a pobreza e a segregação social não se restringem ao território rural e, inclusive, podem ser potencializadas por uma urbanização do tipo experimentado na microrregião de Florianópolis. Portanto, sem desconsiderar as especificidades do ambiente rural, isto é, “sem encarar seu desenvolvimento como sinônimo de urbanização”, tal como propõe Abramovay (2000, p. 3), o que se está querendo afirmar é que a intensidade de pobreza guarda relação com a questão territorial.

4.2.3 Incidência ajustada (M_0)

Combinando a incidência de pobreza com a intensidade de pobreza, a incidência ajustada (M_0 ou IPM) mostra a proporção de privações que a população pobre enfrenta em relação ao máximo de privações que toda a população poderia sofrer. A incidência ajustada na microrregião de Florianópolis foi de 6,03%, abaixo do IPM para Santa Catarina, que foi de 14,46%.

Figura 5 – Incidência ajustada (M_0) ou IPM nos municípios da microrregião de Florianópolis.



Fonte: elaboração própria com base nos microdados do Censo IBGE 2010.

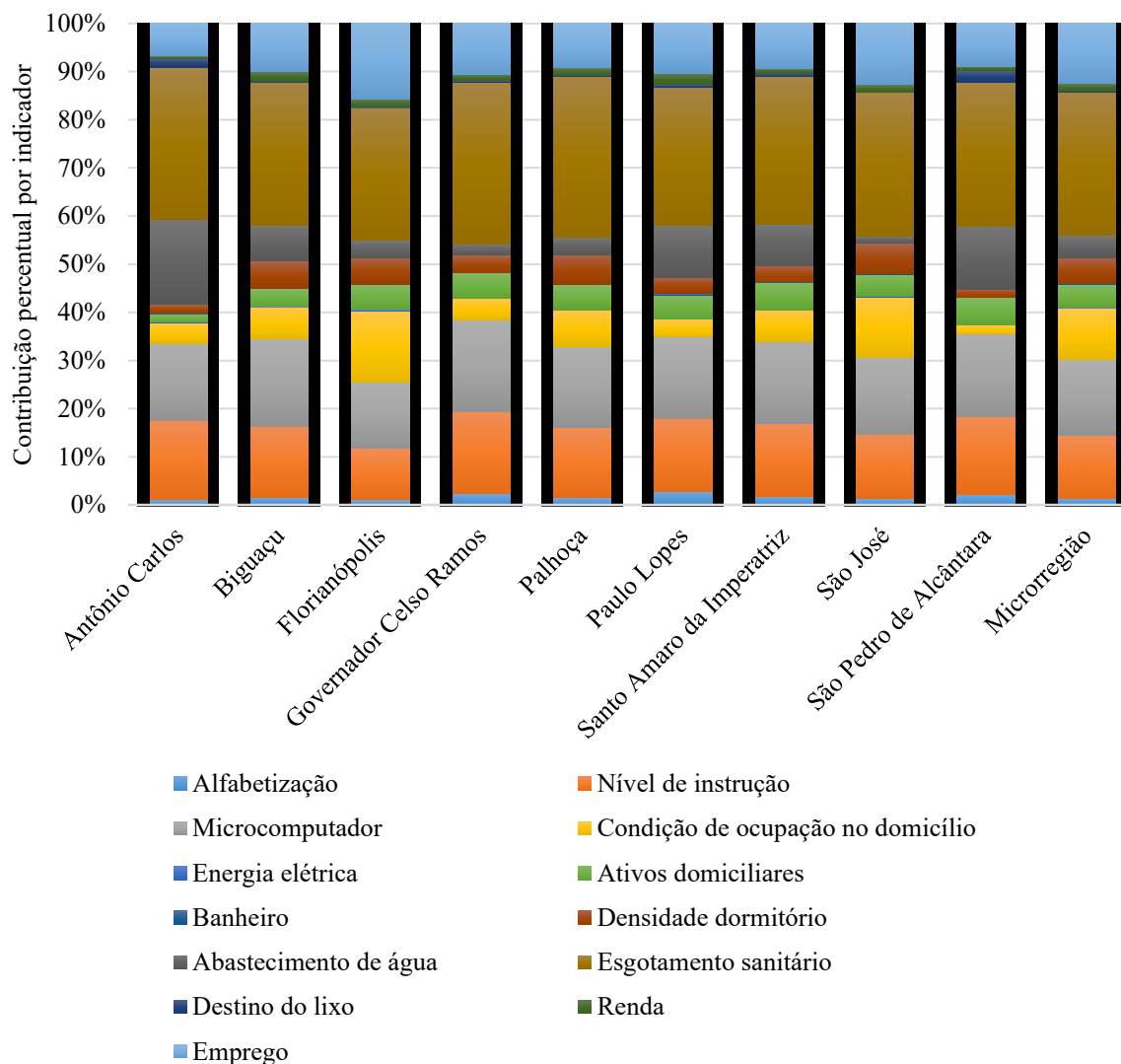
O município que obteve M_0 mais alto foi Paulo Lopes, com 17,57%, seguido por São Pedro de Alcântara (14,66%) e Antônio Carlos (13,54%). Florianópolis, São José e Palhoça apresentaram os menores índices, com 4,05%, 4,37% e 7,91%, respectivamente. Uma das características do método AF (2009) é a possibilidade de decompor a incidência ajustada (M_0) por indicador, de modo a auxiliar na compreensão de seu nível agregado. Alkire e Foster (2009) argumentam que esta é uma virtude que tem grande utilidade para a formulação e discussão de políticas de combate à pobreza.

[...] um governo que visasse a educação, por exemplo, seria capaz de ver isso refletido diretamente no nível geral de pobreza (em vez de ter que esperar até que os efeitos se manifestassem muito mais tarde na renda) e poderia decompor o total para entender a relação entre políticas dimensionais e impactos gerais sobre a pobreza (ALKIRE; FOSTER, 2009, p. 32, tradução nossa)⁷³.

A decomposição da incidência ajustada por indicador é ilustrada no Gráfico 10.

⁷³ “[...] a government who targets education, for example, would be able to see this directly reflected in the overall level of poverty (rather than having to wait until the effects show up much later in income) and could break the total down to understand the relationship between dimensional policies and overall poverty impacts”.

Gráfico 10 – Contribuição percentual dos indicadores sobre a Incidência Ajustada (M_0), por município da microrregião de Florianópolis.



Fonte: elaboração própria com base nos microdados do Censo IBGE 2010.

Tal como já analisado na seção 4.1, o Gráfico 10 facilita a percepção de que o principal determinante da pobreza geral na microrregião de Florianópolis é o esgotamento sanitário. Além deste indicador, foi possível constatar que a microrregião enfrenta sérios problemas nos indicadores microcomputador, nível de instrução, emprego e condição de ocupação. A Tabela 6 apresenta a contribuição percentual de cada um dos indicadores analisados, conforme o município.

Tabela 6 - Contribuição percentual dos indicadores sobre a Incidência Ajustada (M₀), por município da microrregião de Florianópolis.

	Antônio Carlos	Biguaçu	Florianópolis	Governador Celso Ramos	Palhoça	Paulo Lopes	Santo Amaro da Imperatriz	São José	São Pedro de Alcântara	Microrregião
Alfabetização	1,08%	1,67%	1,04%	2,43%	1,44%	2,84%	1,84%	1,24%	2,24%	1,38%
Nível de instrução	16,50%	14,73%	10,75%	16,90%	14,58%	15,23%	15,03%	13,47%	16,22%	13,16%
Microcomputador	15,98%	18,16%	13,65%	19,17%	16,89%	16,83%	16,97%	15,93%	17,16%	15,61%
Condição de ocupação no domicílio	4,33%	6,44%	14,84%	4,30%	7,53%	3,70%	6,57%	12,56%	1,79%	10,68%
Energia elétrica	0,08%	0,16%	0,31%	0,10%	0,08%	0,00%	0,00%	0,20%	0,06%	0,19%
Ativos domiciliares	1,73%	3,79%	5,21%	5,29%	5,20%	4,97%	5,81%	4,52%	5,60%	4,85%
Banheiro	0,08%	0,08%	0,06%	0,03%	0,08%	0,41%	0,14%	0,10%	0,06%	0,09%
Densidade dormitório	1,93%	5,63%	5,55%	3,66%	6,21%	3,32%	3,32%	6,33%	1,70%	5,34%
Abastecimento de água	17,69%	7,42%	3,64%	2,29%	3,52%	10,81%	8,67%	1,47%	13,04%	4,66%
Esgotamento sanitário	31,39%	29,63%	27,42%	33,71%	33,48%	28,67%	30,57%	29,79%	30,01%	29,70%
Destino do lixo	1,93%	0,31%	0,08%	0,21%	0,21%	0,53%	0,75%	0,11%	2,42%	0,30%
Renda	0,50%	2,00%	1,72%	1,44%	1,52%	2,37%	1,03%	1,53%	0,85%	1,59%
Emprego	6,77%	9,98%	15,73%	10,47%	9,27%	10,33%	9,30%	12,73%	8,85%	12,44%
M0 (Incidência Ajustada)	13,54%	9,33%	4,05%	10,15%	7,91%	17,57%	8,26%	4,37%	14,66%	6,03%

Fonte: elaboração própria com base nos microdados do Censo IBGE 2010.

Este resultado sinaliza que o combate à pobreza deve se dar a partir da formulação de políticas que promovam: (1) melhorias no esgotamento sanitário, expandindo o acesso à rede geral de esgoto; (2) a ampliação do acesso a microcomputador e aumento no nível de instrução, possibilitando aos indivíduos expandirem o acesso à informações e melhorarem o nível de qualificação, galgando melhores colocações profissionais e expandindo sua autonomia; (3) a geração de empregos, assegurando as pessoas o direito universal de ter um trabalho e uma remuneração equitativa e satisfatória, que permita uma existência conforme a dignidade humana; e (4), especialmente para os três maiores municípios da microrregião – Florianópolis, São José e Palhoça –, a expansão do acesso à casa própria, assegurando às pessoas não somente o direito à moradia, previsto na Declaração Universal dos Direitos humanos e no Estatuto da Cidade, mas um lar que permita a todo e qualquer indivíduo ter a tranquilidade de que estará abrigado independentemente de qualquer situação adversa.

A implementação dessas políticas públicas não somente seria capaz de induzir na região um crescimento econômico inclusivo, mas, sobretudo permitiria reduzir as privações e expandir a liberdade das pessoas de levarem a vida que julgam ser a melhor. É preciso romper com a noção propalada pela economia tradicional – que, focada na ótica da utilidade e da renda, identifica valorização imobiliária com progresso - em favor de uma perspectiva de desenvolvimento orientada para a melhoria das condições de vida das pessoas, o que significa formular e implementar políticas públicas que dialoguem diretamente com as reais privações vivenciadas pelos indivíduos. Ao definir a pobreza como privação de capacitações, abordagem seniana fornece um diagnóstico preciso para subsidiar a intervenção pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como questão de fundo estudar a multidimensionalidade da pobreza em uma região na qual habitualmente se fala em riqueza, belezas naturais e qualidade de vida. Sem desconsiderar as qualidades da região, evidenciadas pelos indicadores de desenvolvimento humano acima da média nacional, esta pesquisa buscou mostrar que as pessoas residentes na microrregião de Florianópolis estão submetidas a privações de oportunidade em diversos aspectos da vida que são desconsiderados pela análise unidimensional da pobreza.

Fosse a renda a única variável relevante para se avaliar as situações de carência, seria possível afirmar, com base nos resultados da pesquisa, que apenas 3,27% da amostra são pobres na microrregião estudada. Estariam sendo negligenciados, neste caso, todos os demais elementos que afetam substancialmente a condição de vida dos indivíduos. Ao transcender a restrita esfera da disponibilidade de renda, a perspectiva multidimensional identifica que situações de pobreza estão relacionadas às privações de oportunidades e de escolhas em distintas esferas da vida das pessoas.

A abordagem seniana das capacitações procura exatamente ampliar o espaço informacional de avaliação da pobreza e do desenvolvimento incorporando variáveis associadas à educação, saúde, habitação, trabalho, etc, e atentando à diversidade dos seres humanos, isto é, considerando suas diferenças de idade, sexo, incapacidades físicas, entre outros. Na abordagem das capacitações a pobreza é compreendida como um fenômeno multifacetado caracterizado pela falta de liberdade para realizar certos funcionamentos que garantam aos indivíduos a expansão de suas capacitações: uma pessoa é pobre quando não dispõe de oportunidades reais para escolher o tipo de vida que prefere viver.

Com intuito de complementar a perspectiva multidimensional reproduzida pela abordagem das capacitações, julgou-se necessário incluir ao alicerce teórico deste trabalho elementos históricos e estruturais do processo de formação socioespacial da microrregião de Florianópolis. A proposta de apresentar a dinâmica de ocupação do espaço urbano, especialmente da Área Conurbada de Florianópolis, representou a tentativa de revelar que as situações de pobreza vivenciadas pelos indivíduos desta localidade não estão descoladas de uma construção histórica de segregação e negação de direitos de cidadania.

Sobre esse aspecto, é possível afirmar que a inclusão do pensamento teórico de expoentes da geografia crítica e do espaço urbano, como Milton Santos, David Harvey e Henry Lefebvre, foi de grande valia, uma vez que possibilitou perceber o espaço como objeto político, como produto de uma construção social que exerce influência sobre as capacitações dos

indivíduos. O empenho em não apenas mensurar a pobreza multidimensional, mas examinar as estruturas que atuam na expansão das situações de pobreza representou uma tarefa complexa e, portanto, um grande desafio.

O objetivo de mensurar a pobreza multidimensional foi alcançado por meio da utilização do método Alkire-Foster (2009), uma das propostas metodológicas com esta finalidade. A análise dos resultados permitiu identificar diferenças importantes na incidência de pobreza dentro da microrregião: os municípios pequenos apresentaram percentuais mais elevados de indivíduos pobres do que os municípios maiores, como Florianópolis, São José e Palhoça. Ademais, o estudo dos indicadores confirmou a hipótese sugerida de que a microrregião revela privações em diversas dimensões que caracterizam situações de pobreza.

O esgotamento sanitário mostrou-se a maior fonte de privação para os indivíduos de todos os municípios. A menor privação, registrada por Florianópolis (com o altíssimo percentual de 48% dos indivíduos sem acesso à rede geral de coleta de esgoto), mostra que a questão do saneamento básico é primordial para se combater a pobreza na região. A evidente demanda de intervenção pública para promover a expansão do acesso à rede geral de esgoto deve ser combinada, especialmente para Florianópolis e municípios limítrofes, a uma mudança no tipo de urbanização (desigual e desordenada) que se consolidou ao longo do processo de formação socioespacial da microrregião. Em outras palavras: a melhoria no esgotamento sanitário requer controle sobre a dinâmica de especulação imobiliária da região.

Para além dos problemas relativos ao saneamento básico, as elevadas privações observadas nos indicadores microcomputador e nível de instrução, que contemplam a dimensão *educação e acesso ao conhecimento*, sinalizam para a necessidade de aumentar o acesso ao ensino básico e médio em todos os municípios, assim como promover a inclusão digital a partir de políticas que facilitem o acesso ao computador. Em tempos de modernização do sistema produtivo e de informatização de serviços públicos, o acesso ao computador passa a ser uma questão de cidadania. Tal como propõe a abordagem das capacitações, a educação influencia a liberdade de escolha entre os tipos de vida que uma pessoa pode desfrutar, afetando a capacidade dos indivíduos de acessar o mercado de trabalho, de participar da vida pública, de buscar informações e reivindicar melhores condições de vida.

A análise dos indicadores também evidenciou que a pobreza na microrregião decorre de altas privações nos indicadores emprego e condição de ocupação no domicílio. Sobre o emprego, o recorte estabelecido para o sexo das pessoas amostradas confirmou o argumento de que as heterogeneidades pessoais afetam as capacitações dos indivíduos, tal como propõe a abordagem das capacitações. Os resultados da pesquisa mostraram que as mulheres enfrentam

dificuldades muito superiores aos homens para acessar trabalho, por isso é essencial não apenas promover políticas de geração de emprego, mas estimular políticas direcionadas a aumentar a participação feminina no mercado de trabalho da microrregião de Florianópolis. Como discutido ao longo da fundamentação teórica, a expansão da condição de agente das mulheres gera efeitos positivos sobre a economia como um todo.

Quanto à elevada privação no indicador condição de ocupação no domicílio, foi possível estabelecer uma relação entre a grande dificuldade das pessoas em acessar a casa própria e questões como o processo de valorização do solo urbano e a insuficiência de políticas habitacionais, discutidas ao longo do capítulo 2. Evidentemente não foi possível observar uma relação de causalidade, porém pode-se afirmar que descrição da formação socioespacial permitiu compreender os elementos históricos que potencializaram as privações neste e em outros indicadores, como por exemplo, a questão do esgotamento sanitário, cuja privação também está nitidamente associada ao processo de urbanização desordenada da região.

Pode-se considerar, portanto, que foi alcançado o objetivo proposto de identificar a influência do processo de formação socioespacial na determinação de situações de pobreza. Esse esforço de incorporar elementos históricos e espaciais na análise da pobreza, de modo a evitar uma análise meramente descritiva dos resultados, foi uma tarefa repleta de limitações, pois as privações observadas em quaisquer indicadores não podem ser atribuídas a uma ou outra causa específica, ou seja, são problemas complexos. Dessa maneira, foi possível constatar que a pobreza é um fenômeno complexo que se manifesta a partir de privações de capacitações nas mais diversas dimensões da vida das pessoas, assim como é um problema social que não está dissociado do processo histórico. Ainda que a privação de capacitações seja dada pela (falta de) agência dos indivíduos, é preciso considerar a influência do processo histórico sobre a condição de agência das pessoas.

Outro aspecto que merece destaque é a diferença nos resultados entre os municípios. Apesar de terem sido identificados alguns padrões, como, por exemplo, todos eles terem o esgotamento sanitário como privação mais severa, observou-se que em certos indicadores as privações foram bastante distintas, inclusive para municípios com incidências de pobreza muito próximas. Em São Pedro de Alcântara, por exemplo, a privação no indicador ativos domiciliares foi mais de três vezes superior à privação no mesmo indicador para Antônio Carlos, que, por sua vez, registrou problemas muito maiores do que São Pedro de Alcântara no indicador condição de ocupação. De forma análoga, identificou-se que no município de Florianópolis as privações no indicador abastecimento de água foram muito superiores à São José, que mostrou

ter privações superiores à Florianópolis nos indicadores da dimensão *Educação e Acesso ao Conhecimento*.

Esses resultados ratificam a validade da abordagem das capacitações para este estudo, pois a pobreza pode se manifestar de diferentes formas e variar de um local para o outro. Dessa maneira, tal como argumenta a teoria seniana, a elaboração de políticas públicas tem de dar séria atenção às várias circunstâncias contingentes, tanto pessoais quanto sociais. É fundamental que na formulação de políticas de combate à pobreza a intervenção pública leve em conta as diferentes carências da população que visa atender, de modo a promover melhorias nas reais privações sofridas pelas pessoas.

Compreender que a pobreza é um fenômeno multidimensional e complexo, não exclusivamente associado à renda, que, por sinal, registrou uma das menores privações na microrregião, é passo crucial para que sejam desenvolvidas ações capazes de reduzir as privações vivenciadas pelas pessoas. É claro que do ponto de vista político, especialmente para o caso de Florianópolis, esta é uma tarefa que envolve reagir à dinâmica do sistema urbano, isto é, opor-se à orientação sistemática da intervenção pública à satisfação dos interesses particulares das classes dominantes.

A proposta assumida nesta pesquisa, de revelar a forma pela qual a pobreza se manifesta neste território, retrata o esforço de trazer luz a enormes contingentes de seres humanos que tendem a ser excluídos da condição de *pobres* simplesmente pelo fato de possuírem renda superior à chamada “linha de pobreza”. Ainda que desafiadora, esta é uma tarefa ainda mais relevante quando se quer compreender a pobreza em circunstâncias aparentemente improváveis.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, P. O mercado informal de solo em favelas e a mobilidade residencial dos pobres nas grandes cidades: um marco metodológico. In: **Favela e mercado informal: a nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras**. 10. ed. Porto Alegre: ANTAC, 2009. p. 15–48.
- ABRAMOVAY, R. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. **Texto para discussão nº 702**, p. 1–37, 2000.
- ALKIRE, S. Choosing Dimensions: The Capability Approach and Multidimensional Poverty. In: **The Many Dimensions of Poverty**. 1. ed. New York: Palgrave Macmillan, 2007. p. 89–119.
- ALKIRE, S. et al. Multidimensional Poverty Measurement and Analysis: Chapter 5 - The Alkire-Foster Counting Methodology. **OPHI Working Paper No. 86**, v. 9, n. 2, p. 1–41, 2015.
- ALKIRE, S.; FOSTER, J. Counting and Multidimensional Poverty Measurement. **OPHI Working Paper No. 32**, v. 95, n. 7–8, p. 476–487, 2009.
- ALKIRE, S.; SANTOS, M. E. Acute Multidimensional Poverty: A New Index for Developing Countries. **OPHI Working Paper No. 38**, 2010.
- ANAND, S.; SEN, A. Human Development Index: Methodology and Measurement. **Human Development Report Office Occasional Paper 12**, 1994.
- ANAND, S.; SEN, A. Concepts os Human Development and Poverty: a Multidimensional Perspective. **Human Development Papers 1997**, 1997.
- BAGOLIN, I. P.; COMIM, F. V. Human Development Index (HDI) and its family of indexes : an evolving critical review. **Revista de Economia**, v. 34, n. 2, p. 7–28, 2008.
- BAGOLIN, I. P.; LINDEMAYER, N.; FRAGA, L. DOS S. Bem-estar multidimensional: uma comparação entre grupos de domicílios em situação de pobreza e vulnerabilidade. **GEOSUL**, v. 35, n. 75, p. 654–685, 2020.
- BARROS, R. P. DE; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. In: **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p. 21–47.
- BASTOS, J. M. Urbanização, comércio e pequena produção mercantil pesqueira na ilha de Santa Catarina. In: **Ensaio sobre Santa Catarina**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000. p. 127–140.
- BERTOLI, J. L. A. Cidade, Estado e Sociedade Civil: reflexões sobre a participação popular no planejamento urbano em Florianópolis. **Revista NECAT**, v. 14, p. 73–100, 2018.
- Brites, M. et al. Pobreza feminina nas grandes regiões brasileiras (2012): uma aplicação do método Alkire Foster (AF). **Revista Brasileira de Economia de Empresas**, v. 17, n. 1, p. 81–100, 2017.

CAMPOS, E. T. **A expansão urbana na região metropolitana de Florianópolis e a dinâmica da indústria da construção civil.** [s.l.] Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

CARLOS, É. **Saneamento rural: um enorme desafio para o Brasil.** Disponível em: <<https://sinproquim.org.br/saneamento-rural-um-enorme-desafio-para-o-brasil/>>. Acesso em: 15 dez. 2021.

CARLOS, É. **Tratamento de esgoto nas áreas rurais é 50% menor do que nas urbanas.** Disponível em: <<https://revistagloborural.globo.com/Um-So-Planeta/noticia/2021/03/tratamento-de-esgoto-nas-areas-rurais-e-50-menor-do-que-nas-urbanas.html>>. Acesso em: 15 dez. 2021.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social - uma crônica sobre o salário.** Petrópolis: Vozes, 1998.

CODES, A. L. M. DE. A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: Em direção à uma visão complexa. **IPEA: Texto para discussão nº 1332**, 2008.

CONCONI, A. **Multidimensional poverty and the Alkire-Foster method for its measurement**, 2016.

COSTA, A. M. **Pobreza e vulnerabilidade de agricultores familiares de Santo Cristo/RS: uma análise da seca a partir da abordagem das capacitações.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

COSTA, B. L. D.; COSTA, M. M. Concepções de pobreza e operacionalização do Índice de Pobreza Multidimensional para Minas Gerais. **Cadernos da Escola do Legislativo**, v. 16, p. 75–99, 2014.

CRESPO, A. P. A.; GUROVITZ, E. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **RAE-eletrônica**, v. 1, n. 2, p. 1–12, 2002.

DANTAS, J. S. **Espaços coletivos de esperança: a experiência política e pedagógica da Comissão de Educação do Fórum do Maciço do Morro da Cruz em Florianópolis/SC.** Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

DINIZ, M. B.; DINIZ, M. M. Um indicador comparativo de pobreza multidimensional a partir dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. **Economia Aplicada**, v. 13, n. 3, p. 399–423, 2009.

DOYAL, L.; GOUGH, I. **A Theory of Human Need.** London: The Machmillan Press LTD, 1991.

FAHEL, M.; TELES, L. R.; CAMINHAS, D. A. Uma análise da pobreza multidimensional no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 31, n. 92, p. 21, 2016.

FARIA, V. E. Cinquenta anos de urbanização no Brasil: tendências e perspectivas. **Novos estudos**, n. 29, p. 98–119, 1991.

FRANCO JÚNIOR, H. A Escravidão Desejada: Santidade e Escatologia na Legenda Áurea. **Revista Brasileira de História**, v. 15, n. 30, p. 101–113, 1995.

GONÇALVES, B. C. DE O. **O ensopado que alimenta, identifica e dá nome ao Morro do Mocotó - Florianópolis, SC.** Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

GRUSKY, D. B.; KANBUR, R. **Poverty and Inequality.** Stanford: Stanford University Press, 2006.

HARVEY, D. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana.** São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HOFFMANN, R.; BOTASSIO, D. C.; JESUS, J. G. DE. **Desigualdade: Medidas de Desigualdade, Pobreza, Concentração, Segregação e Polarização.** 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Censo Demográfico 2010,** 2010.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2017,** 2017.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Censo Demográfico.** Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-2020-censo4.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 20 out. 2021.

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade,** v. 15, n. 1, p. 79–112, 2006.

KRONENBERGER, B. DA C.; SABOYA, R. T. DE. A configurational study of sociospatial segregation in Florianopolis' Conurbation Area (ACF), Brazil. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana,** v. 11, p. 1–21, 2019.

KÜHN, D. D. **Oportunidades, ruralidade e pobreza no Rio Grande do Sul: as relações apresentadas pela abordagem das capacitações nos municípios gaúchos.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

LACERDA, F. C. C. **A pobreza na Bahia sob o prisma multidimensional: uma análise baseada na abordagem das necessidades básicas e na abordagem das capacitações.** Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

LEFEBVRE, H. **Espaço e Política: o direito à cidade II.** 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

LINS, H. N. Cidades Fractais: a Ilha da Magia e seus alquimistas. **Pesquisa e Debate,** v. 22, n. 39, p. 95–117, 2011.

LOURENÇO, L. S. et al. Remoção de matéria orgânica e nutrientes de esgoto doméstico por wetland horizontal de fluxo subsuperficial na Estação de Tratamento de Aparecida - Campos Novos, SC. **Revista Brasileira de Agropecuária Sustentável,** v. 8, p. 85–94, 2018.

MACHADO, K. M. **Mensuração da pobreza: uma comparação entre a renda e a abordagem multidimensional da pobreza na Bahia.** Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

MAGALHÃES, L. F. A.; TONIN, V. H. Segregação socioespacial na Grande Florianópolis:

alguns apontamentos históricos. **Revista NECAT**, v. 7, p. 75–89, 2015a.

MAGALHÃES, L. F. A.; TONIN, V. H. Segregação socioespacial e luta por moradia na Grande Florianópolis : raízes e características da Ocupação Contestado. **Revista de Ciências Humanas**, v. 49, n. 2, p. 224–255, 2015b.

MALTHUS, T. R. **Ensaio Sobre a População**. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1982.

MARIN, S. R. **Karl Popper e Amartya Sen: Temas para Pensar em Intervenção Social e Desenvolvimento Humano**. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

MARIN, S. R. et al. Pobreza Multidimensional em Silveira Martins-RS: Identificação de Dimensões de Vida Valoradas com a Aplicação do Método Alkire-Foster (AF). **Cadernos de Gestão Pública e Cidadania**, v. 19, n. 62, p. 60–77, 2013.

MONTAÑO, C. Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. **Serviço Social & Sociedade**, n. 110, p. 270–287, 2012.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948.

NASCIMENTO, D. M. A cidade (auto)construída e o estatuto da cidade. In: FERNANDES, E. **20 anos do Estatuto da Cidade: experiências e reflexões**. 2021, p. 270–274.

OLIVEIRA, I. M. **A região metropolitana de Florianópolis e a dinâmica das áreas de pobreza: o caso da comunidade Frei Damião**. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

Oxford Poverty and Human Development Initiative - OPHI. **Alkire-Foster Method**. Disponível em: <<https://ophi.org.uk/research/multidimensional-poverty/alkire-foster-method/>>. Acesso em: 20 out. 2021.

OTTONELLI, J. **Pobreza Multidimensional na Região Nordeste : Uma aplicação da Teoria dos Conjuntos Fuzzy (em 2010)**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

PAULI, E. **A Fundação de Florianópolis**. 2. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1987.

PEREIRA, M. R. A. Formação sócio-espacial do litoral de Santa Catarina. **Geosul**, v. 18, n. 35, p. 99–129, 2003.

PEREIRA, P. A. P. **Política social: temas e questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

PEREIRA, P. A. P. et al. Polêmica entre direita e esquerda sobre necessidades, políticas e direitos sociais: um confronto das ideias de Friedrich von Hayek e Raymond Plant. **Revista Textos & Contextos Porto Alegre**, v. 8, n. 1, p. 49–67, 2009.

PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2019**. New York, 2019. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2019_pt.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2022.

POLANYI, K. **A Grande Transformação: as origens da nossa época**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

PORSSE, M. DE C. S. **A Abordagem da Capacitação como um modelo alternativo à nova administração pública para as ações estatais: um estudo de caso das políticas públicas dos municípios de Tupandi, Torres e Porto Alegre.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Habitação de Interesse Social.** Florianópolis, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Florianópolis - PMHIS.** Florianópolis, 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Registro de adultos e crianças com bicicletas, cachorros e a pé, aproveitando a Avenida Beira-mar Norte na década de 70.** 2019. Disponível em: <<https://www.facebook.com/prefeituradeflorianopolis/photos/assim-era-floripa-nos-anos-70-qualquer-semelhanca-com-a-avenida-beira-mar-aberta/1904103676364753/>>. Acesso em: 07 fev. 2022.

RAVALLION, M. Poverty Comparisons: A guide to Concepts and Methods. **LSMS Working Paper, n. 88.** Washington, DC, 1992.

REGINATO, K. C.; SPERANDIO, M. S. O direito ao trabalho e a condição de agente da mulher. In: ZAMBAM, N. J.; AQUINO, S. R. F. DE . **Estudos sobre Amartya Sen: Direitos Humanos, Condição de Agente e Ações Afirmativas.** vol. 3 ed. Porto Alegre: Editora Fi, 2017. p. 117–132.

REGO, W. L.; PINZANI, A. **Vozes do Bolsa Família: Autonomia, dinheiro e cidadania.** 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

REZENDE FILHO, C. DE B. Os pobres na idade média: de minoria funcional a excluídos do paraíso. **Revista Ciências Humanas**, v. 1, n. 1, p. 1–9, 2009.

RIBEIRO, M. A. **Caminho.** 2. ed. Florianópolis: Garapuvu, 2001.

RICARDO, D. **Princípios de Economia Política e Tributação.** São Paulo: Editora Abril Cultural, 1982.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SALAMA, P.; DESTREMAU, B. **O tamanho da pobreza: economia política da distribuição de renda.** Rio de Janeiro: Editora Garamond Ltda, 1999.

SANTOS, A. L. **Do Mar ao Morro: a geografia histórica da pobreza urbana em Florianópolis.** Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

SANTOS, M. **Pobreza Urbana.** 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão.** 7. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

SEBRAE. **Cadernos de Desenvolvimento: Paulo Lopes.** Sebrae, 2019.

- SEN, A. **Poverty and Famines: an essay on entitlement and deprivation**. Oxford: Oxford University Press, 1981.
- SEN, A. Development: Wich Way Now? **The Economic Journal**, v. 93, n. 372, p. 745–762, 1983.
- SEN, A. **Sobre ética e economia**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SEN, A. **O trunfo da liberdade**. 2000. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/o-trunfo-da-liberdade/?SuperSocializerAuth=LiveJournal>>. Acesso em: 13 dez. 2021.
- SEN, A. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SENNETT, R. **El respecto: Sobre la dignidad del hombre en un mundo de desigualdad**. Barcelona: Editorial Anagrama S.A., 2003.
- SERRA, A. S. **Pobreza multidimensional no Brasil rural e urbano**. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.
- SILVA, J. J. DA. **A pobreza multidimensional no contexto da crise brasileira: uma análise do período 2004-2015**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2017.
- SMITH, A. **A Riqueza das Nações**. vol. 2 ed. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1983.
- SORJ, B.; GUEDES, L. E. Exclusão digital: problemas conceituais, evidências empíricas e políticas públicas. **Novos estudos**, p. 101–117, 2005.
- STEWART, F. Basic Needs Strategies, Human Rights, and The Right to Development. **Human Rights Quarterly**, v. 11, n. 3, p. 347–374, 1989.
- STREETEN, P.; BURKI, S. J. Basic Needs : Some Issues. **World Bank Reprint Series: Number Fifty-three**, 1978, p. 411-424.
- SUGAI, M. I. **Segregação Silenciosa: Investimentos Públicos e Distribuição Sócio-Espacial na Área Conurbada de Florianópolis**. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- SUGAI, M. I. Há favelas e pobreza na “Ilha da Magia”? In: **Favela e mercado informal: a nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras**. 10. ed. Porto Alegre: ANTAC, 2009. p. 163–199.
- TRATA BRASIL. **Saneamento e doenças de veiculação hídrica: Datasus e SNIS 2019**. São Paulo, 2021.
- TRATA BRASIL. **Benefícios econômicos da expansão do saneamento no Estado de Santa Catarina**. 2021.
- UNDP. **Human Development Report 1990**. New York: Oxford University Press, 1990. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/global-reports>>. Acesso em: 07 fev. 2022.

UNDP. **Human Development Report 1997**. New York: Oxford University Press, 1997. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/content/human-development-report-1997>>. Acesso em: 07 fev. 2022.

UNDP. **Human Development Report 1998**. New York: Oxford University Press, 1998. Disponível em: <<https://hdr.undp.org/en/content/human-development-report-1998>>. Acesso em: 07 fev. 2022.

UNDP. **Human Development Report 2001**. New York: Oxford University Press, 2001. Disponível em: <<https://hdr.undp.org/en/content/human-development-report-2001>>. Acesso em: 07 fev. 2022.

UNDP. **Human Development Report 2010**. New York, 2010. Disponível em: <<https://hdr.undp.org/en/content/human-development-report-2010>>. Acesso em: 07 fev. 2022.

UNITED NATIONS. **Transforming our world: the 2030 agenda for sustainable development**. 2015. Disponível em: <<http://www.un.org/sustainabledevelopment/development-agenda/>>. Acesso em: 07 fev. 2022.

UNITED NATIONS. **The Sustainable Development Goals Report 2020**. 2020. Disponível em: <<https://unstats.un.org/sdgs/report/2020/>>. Acesso em: 07 fev. 2022.

VIEIRA, C. D. A.; KÜHN, D. D.; MARIN, S. R. Método Alkire-Foster: uma aplicação para a medição de pobreza multidimensional no Rio Grande do Sul (2000-2010). **Planejamento e políticas públicas**, n. 48, p. 263–295, 2017.

WORLD BANK. **World Development Report 1978**. Washington, DC, 1978. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/5961>>. Acesso em: 07 fev. 2022.

WORLD BANK. **World Development Report 1980**. Washington, DC, 1980. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/5963>>. Acesso em: 07 fev. 2022.

WORLD BANK. **World Development Report 1990**. Washington, DC, 1990. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/5973>>. Acesso em: 07 fev. 2022.

WORLD BANK. **Poverty and Shared Prosperity: reversals of fortune**. Washington, DC, 2020. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/en/publication/poverty-and-shared-prosperity>>. Acesso em: 07 fev. 2022.

APÊNDICE A – ROTINA DE COMANDOS NO SOFTWARE *STATA*

*Software: Stata 15.0

*Rotina de comandos para aplicação do Método Alkire-Foster (2009)

*Unidade de análise: Microrregião de Florianópolis

*Os resultados dos dados rodados a partir desta rotina de comandos foram trabalhados separadamente em planilhas de Excel.

*PREPARAÇÃO DA BASE DE MICRODADOS DO IBGE 2010: denominando variáveis

```

rename v1006 urb_rur
rename v0601 sexo
rename v0606 raca
rename v6036 idade
rename v0627 alfabetizado
rename v6400 nivel_instrucao
rename v0219 microcomp
rename v0220 micropc_internet
rename v0201 cond_ocup
rename v0211 energia_eletr
rename v0213 radio
rename v0214 televisao
rename v0215 lavaroupa
rename v0216 geladeira
rename v0217 tel_celular
rename v0202 mat_paredes
rename v0205 banheiro
rename v6204 dens_dorm
rename v0208 abast_agua
rename v0207 tipo_esgoto
rename v0210 dest_lixo
rename v6920 trab_rem_sem
rename v6531 renda_dom_percapita
rename v0662 tempo_desloc_trab
rename v0645 num_trab
rename v0642 afast_trab_sem
rename munic codmun

```

*APLICAÇÃO DO MÉTODO AF: criação dos índices A, H e IPM para 13 indicadores

*CRIAÇÃO DAS VARIÁVEIS DUMMY

*Primeira Linha de Corte:

*0= Não privado

*1= Privado

*IDENTIFICANDO PRIVAÇÕES NOS INDICADORES/DIMENSÕES SELECIONADOS

*DIMENSÃO 1: EDUCAÇÃO E ACESSO AO CONHECIMENTO

*1.1 Alfabetização

```
gen alfabetizacao=1
```

replace alfabetizacao=0 if idade<9
 replace alfabetizacao=0 if alfabetizado==1
 tab alfabetizacao
 *(alfabetizado é igual a 0 quando possui alfabetização)

*1.2 Anos de estudo (nível de instrução)
 gen anos_estudo=1
 replace anos_estudo=0 if nivel_instrucao>1
 replace anos_estudo=0 if idade<15
 tab anos_estudo
 *(nivel_instrucao é igual a 0 quando menor de 15 anos ou quando se tem 9 ou mais anos de estudo, isto é, ao menos o ensino fundamental completo)

*1.3 Microcomputador, existência
 generate acesso_microcomp=1
 replace acesso_microcomp=0 if microcomp==1
 tab acesso_microcomp
 *(microcomp é igual a 1 quando possui micro computador no domicílio)

*DIMENSÃO 2: CONDIÇÃO DE HABITAÇÃO

*2.1 Condição de ocupação do domicílio
 generate ocupacao=0
 replace ocupacao=1 if cond_ocup>2
 tab ocupacao
 *(cond_ocup é igual a 1 se o domicílio é proprio e igual a 2 se pago ou pagando)

*2.2 Energia elétrica
 generate eletricidade=1
 replace eletricidade=0 if energia_eletr==1
 tab eletricidade
 *(energia_eletr é igual a 1 quando possui energia eletrica de distribuidora)

*2.3 Ativos domiciliares
 *Primeiro, vamos definir as condições de cada um dos itens domiciliares da pesquisa.

*i) Acesso a rádio
 generate acesso_radio=1
 replace acesso_radio=0 if radio==1
 tab acesso_radio
 *(radio é igual a 1 quando possui rádio)

*ii) Acesso a geladeira
 generate acesso_geladeira=1
 replace acesso_geladeira=0 if geladeira==1
 tab acesso_geladeira
 *(geladeira é igual a 1 quando possui geladeira)

*iii) Acesso a televisão
 generate acesso_tv=1
 replace acesso_tv=0 if televisao==1

tab acesso_tv
 *(televisão é igual a 1 quando possui televisão)

*iv) Acesso a telefone celular
 generate acesso_telefone=1
 replace acesso_telefone=0 if tel_celular==1
 tab acesso_telefone
 *(tel_celular é igual a 1 quando possui telefone celular)

*v) Acesso a máquina lava-roupas
 generate maquina_roupa=1
 replace maquina_roupa=0 if lavaroupa==1
 tab maquina_roupa
 *(lavaroupa é igual a 1 quando possui maquina lava roupa)

*Para ser não privado (=0) em "ativos domiciliares" é necessário possuir, ao menos, acesso a geladeira, televisão e máquina lava roupas.

*Verificando privação:
 generate ativos_domiciliares=1
 replace ativos_domiciliares=0 if acesso_tv==1
 replace ativos_domiciliares=0 if acesso_geladeira==1
 replace ativos_domiciliares=0 if lavaroupa==1
 tab ativos_domiciliares
 *()

*2.4 Existência de banheiro no domicílio
 generate acesso_banheiro=0
 replace acesso_banheiro=1 if banheiro<1
 tab acesso_banheiro
 *(banheiro é maior ou igual a 1 se o número de banheiros for ao menos igual a 1)

*2.5 Densidade dormitório
 generate densidade_dormitorio=0
 replace densidade_dormitorio=1 if dens_dorm>2
 tab densidade_dormitorio
 *(dens_dorm é menor ou igual a 2, significa não privado neste indicador)

*DIMENSÃO 3: SAÚDE E CONDIÇÕES SANITÁRIAS

*3.1 Abastecimento de água
 generate abastecimento_agua=0
 replace abastecimento_agua=1 if abast_agua>1
 tab abastecimento_agua
 *(abast_agua é igual a 1 quando possui abastecimento de água)

*3.2 Esgotamento sanitário
 generate tipo_escoamento=0
 replace tipo_escoamento=1 if tipo_esgoto>1
 tab tipo_escoamento
 *(tipo_esgoto é igual a 1 quando possui rede geral de esgoto ou pluvial)

*3.3 Destino do lixo

generate lixo=0

replace lixo=1 if dest_lixo>2

tab lixo

*(dest_lixo igual a 1 quando lixo é coletado por serv. de limpeza e igual a 2 quando é colocado em caçamba de serv. de limpeza)

*DIMENSÃO 4: TRABALHO E RENDA

*4.1 Renda

generate renda_domiciliar=1

replace renda_domiciliar=0 if renda_dom_percapita>140

tab renda_domiciliar

*(renda_dom_percapita é igual a zero se a renda domiciliar per capita for superior a R\$ 140,00)

*4.2 Emprego

generate acesso_trabalho=1

replace acesso_trabalho=0 if idade<18

replace acesso_trabalho=0 if trab_rem_sem==1

tab acesso_trabalho

*(trab_rem_sem é igual a 1 quando adulto está empregado)

*ELIMINAÇÃO DOS MISSING VALUES (valores faltantes)

drop if missing(alfabetizado)

drop if missing(nivel_instrucao)

drop if missing(microcomp)

drop if missing(cond_ocup)

drop if missing(tipo_esgoto)

drop if missing(renda_dom_percapita)

drop if missing(energia_eletr)

drop if missing(geladeira)

drop if missing(televisao)

drop if missing(lavaroupa)

drop if missing(radio)

drop if missing(tel_celular)

drop if missing(banheiro)

drop if missing(dens_dorm)

drop if missing(abast_agua)

drop if missing(dest_lixo)

drop if missing(trab_rem_sem)

*CONTAGEM DO NÚMERO DE PRIVAÇÕES E DEFINIÇÃO DA SEGUNDA LINHA DE CORTE

Criação da matrizC, que contém as variáveis referentes aos indicadores de privações

gen matrizC = alfabetizacao + anos_estudo + acesso_microcomp + ocupacao + eletricidade +
ativos_domiciliares + acesso_banheiro + densidade_dormitorio + abastecimento_agua +
tipo_escoamento + lixo + renda_domiciliar + acesso_trabalho

tab matrizC

*A matrizC é a matriz de privações do Estado de Santa Catarina.

*APLICAÇÃO DA SEGUNDA LINHA DE CORTE ($K \geq 13/3$ ou $K \geq 4,33$ ou $K \geq \sim 4$)

*i) Incidência de pobreza(H)=total de multidimensionalmente pobres/total da amostra

generate g4=0

replace g4=1 if matrizC>3

tabulate g4

*Encontrado H, geramos a matrizc_d para calcular as medidas A e M0 para o estado de SC.

generate matrizc_d=matrizC/13

replace matrizc_d=0 if g4<1

sum matrizc_d

*Feito isso, vamos calcular as medidas H, A e M0 para a microrregião de Florianópolis.

*Para isso, criamos variáveis dummy que identifiquem os municípios da micro, agregando-os como uma só unidade de análise.

*Calculando as medidas H, A e M0 para a microrregião como um todo.

gen micro_fln=0

replace micro_fln=1 if codmun==420120

replace micro_fln=1 if codmun==420230

replace micro_fln=1 if codmun==420540

replace micro_fln=1 if codmun==420600

replace micro_fln=1 if codmun==421190

replace micro_fln=1 if codmun==421230

replace micro_fln=1 if codmun==421570

replace micro_fln=1 if codmun==421660

replace micro_fln=1 if codmun==421725

tab matrizC if micro_fln

*Essa matriz mostra que dos 79.616 indivíduos amostrados na microrregião de Florianópolis, 12,94% não sofriam nenhuma privação. 3 indivíduos sofriam 10 privações.

*Agora, devemos calcular a incidência de pobreza (H), que ocorre quando um indivíduo sofre mais de 3 privações.

*Cálculo da Incidência de Pobreza para (H)

*H=total de multidimensionalmente pobres/total da amostra

*Somando os indivíduos privados em mais de 3 indicadores na matrizC para micro_fln, temos que: $H=13.531/79.616$.

*Logo, $H=17,00\%$.

*Cálculo da Intensidade de Pobreza (A)

*A=soma dos indicadores ponderados dividido pelo número total de indivíduos privados.

*Logo,

$A = \{[(4/13 * 7.872) + (5/13 * 3.715) + (6/13 * 1.424) + (7/13 * 426) + (8/13 * 76) + (9/13 * 15) + (10/13 * 3)] / 13.531\}$

* $A=35,45\%$

*Cálculo da Incidência Ajustada (M0)

*M0=H*A. Logo,
 *M0=17,00% * 35,45%
 *M0= 6,03%

*Na sequência, realizamos o mesmo procedimento em nível municipal, visando encontrar H, A e M0 para cada município de SC.

*CÁLCULO MUNICIPAL

*** 420005 - Abdon Batista
 tabulate g4 if codmun==420005
 sum matrize_d if codmun==420005

***420010 - Abelardo Luz
 tabulate g4 if codmun==420010
 sum matrize_d if codmun==420010

***420020 - Agrolândia
 tabulate g4 if codmun==420020
 sum matrize_d if codmun==420020

***420030 - Agronômica
 tabulate g4 if codmun==420030
 sum matrize_d if codmun==420030

***420040 - Água Doce
 tabulate g4 if codmun==420040
 sum matrize_d if codmun==420040

***420050 - Águas de Chapecó
 tabulate g4 if codmun==420050
 sum matrize_d if codmun==420050

***420055 - Águas Frias
 tabulate g4 if codmun==420055
 sum matrize_d if codmun==420055

***420060 - Águas Mornas
 tabulate g4 if codmun==420060
 sum matrize_d if codmun==420060

***420070 - Alfredo Wagner
 tabulate g4 if codmun==4200705
 sum matrize_d if codmun==4200705

***420075 - Alto Bela Vista
 tabulate g4 if codmun==420075
 sum matrize_d if codmun==420075

***420080 - Anchieta

tabulate g4 if codmun==420080
sum matrize_d if codmun==420080

***420090 - Angelina
tabulate g4 if codmun==420090
sum matrize_d if codmun==420090

***420100 - Anita Garibaldi
tabulate g4 if codmun==420100
sum matrize_d if codmun==420100

***420110 - Anitápolis
tabulate g4 if codmun==420100
sum matrize_d if codmun==420100

***420120 - Antônio Carlos
tabulate g4 if codmun==420120
sum matrize_d if codmun==420120

***420125 - Apiúna
tabulate g4 if codmun==420125
sum matrize_d if codmun==420125

***420127 - Arabutã
tabulate g4 if codmun==420127
sum matrize_d if codmun==420127

***420130 - Araquari
tabulate g4 if codmun==420130
sum matrize_d if codmun==420130

***420140 - Araranguá
tabulate g4 if codmun==420140
sum matrize_d if codmun==420140

***420150 - Armazém
tabulate g4 if codmun==4201505
sum matrize_d if codmun==4201505

***420160 - Arroio Trinta
tabulate g4 if codmun==420160
sum matrize_d if codmun==420160

***420165 - Arvoredo
tabulate g4 if codmun==420160
sum matrize_d if codmun==420160

***420170 - Ascurra
tabulate g4 if codmun==420170
sum matrize_d if codmun==420170

***420180 - Atalanta
tabulate g4 if codmun==420180
sum matrize_d if codmun==420180

***420190 - Aurora
tabulate g4 if codmun==420190
sum matrize_d if codmun==420190

***420195 - Balneário Arroio do Silva
tabulate g4 if codmun==420195
sum matrize_d if codmun==420195

***420200 - Balneário Camboriú
tabulate g4 if codmun==420200
sum matrize_d if codmun==420200

***420205 - Balneário Barra do Sul
tabulate g4 if codmun==420205
sum matrize_d if codmun==420205

***420207 - Balneário Gaivota
tabulate g4 if codmun==420207
sum matrize_d if codmun==420207

***420208 - Bandeirante
tabulate g4 if codmun==420208
sum matrize_d if codmun==420208

***420209 - Barra Bonita
tabulate g4 if codmun==420209
sum matrize_d if codmun==420209

***420210 - Barra Velha
tabulate g4 if codmun==420210
sum matrize_d if codmun==420210

***420213 - Bela Vista do Toldo
tabulate g4 if codmun==420213
sum matrize_d if codmun==420213

***420215 - Belmonte
tabulate g4 if codmun==420215
sum matrize_d if codmun==420215

***420220 - Benedito Novo
tabulate g4 if codmun==420220
sum matrize_d if codmun==420220

***420230 - Biguaçu

```
tabulate g4 if codmun==420230
sum matrize_d if codmun==420230
```

```
***420240 - Blumenau
tabulate g4 if codmun==420240
sum matrize_d if codmun==420240
```

```
***420243 - Bocaina do Sul
tabulate g4 if codmun==420243
sum matrize_d if codmun==420243
```

```
***420245 - Bombinhas
tabulate g4 if codmun==420245
sum matrize_d if codmun==420245
```

```
***420250 - Bom Jardim da Serra
tabulate g4 if codmun==420250
sum matrize_d if codmun==420250
```

```
***420253 - Bom Jesus
tabulate g4 if codmun==420253
sum matrize_d if codmun==420253
```

```
***420257 - Bom Jesus do Oeste
tabulate g4 if codmun==420257
sum matrize_d if codmun==420257
```

```
***420260 - Bom Retiro
tabulate g4 if codmun==420260
sum matrize_d if codmun==420260
```

```
***420270 - Botuverá
tabulate g4 if codmun==420270
sum matrize_d if codmun==420270
```

```
***420280 - Braço do Norte
tabulate g4 if codmun==420280
sum matrize_d if codmun==420280
```

```
***420285 - Braço do Trombudo
tabulate g4 if codmun==420285
sum matrize_d if codmun==420285
```

```
***420287 - Brunópolis
tabulate g4 if codmun==420287
sum matrize_d if codmun==420287
```

```
***420290 - Brusque
tabulate g4 if codmun==420290
sum matrize_d if codmun==420290
```

***420300 - Caçador
tabulate g4 if codmun==420300
sum matrize_d if codmun==420300

***420310 - Caibi
tabulate g4 if codmun==420310
sum matrize_d if codmun==420310

***420315 - Calmon
tabulate g4 if codmun==420315
sum matrize_d if codmun==420315

***420320 - Camboriú
tabulate g4 if codmun==420320
sum matrize_d if codmun==420320

***420325 - Capão Alto
tabulate g4 if codmun==420325
sum matrize_d if codmun==420325

***420330 - Campo Alegre
tabulate g4 if codmun==420330
sum matrize_d if codmun==420330

***420340 - Campo Belo do Sul
tabulate g4 if codmun==420340
sum matrize_d if codmun==420340

***420350 - Campo Erê
tabulate g4 if codmun==420350
sum matrize_d if codmun==420350

***420360 - Campos Novos
tabulate g4 if codmun==420360
sum matrize_d if codmun==420360

***420370 - Canelinha
tabulate g4 if codmun==420370
sum matrize_d if codmun==420370

***420380 - Canoinhas
tabulate g4 if codmun==420380
sum matrize_d if codmun==420380

***420390 - Capinzal
tabulate g4 if codmun==420390
sum matrize_d if codmun==420390

***420395 - Capivari de Baixo

```
tabulate g4 if codmun==420395
sum matrize_d if codmun==420395
```

```
***420400 - Catanduvas
tabulate g4 if codmun==420400
sum matrize_d if codmun==420400
```

```
***420410 - Caxambu do Sul
tabulate g4 if codmun==420410
sum matrize_d if codmun==420410
```

```
***420415 - Celso Ramos
tabulate g4 if codmun==420415
sum matrize_d if codmun==420415
```

```
***420417 - Cerro Negro
tabulate g4 if codmun==420417
sum matrize_d if codmun==420417
```

```
***420419 - Chapadão do Lageado
tabulate g4 if codmun==420419
sum matrize_d if codmun==420419
```

```
***420420 - Chapecó
tabulate g4 if codmun==420420
sum matrize_d if codmun==420420
```

```
***420425 - Cocal do Sul
tabulate g4 if codmun==420425
sum matrize_d if codmun==420425
```

```
***420430 - Concórdia
tabulate g4 if codmun==420430
sum matrize_d if codmun==420430
```

```
***420435 - Cordilheira Alta
tabulate g4 if codmun==420435
sum matrize_d if codmun==420435
```

```
***420440 - Coronel Freitas
tabulate g4 if codmun==420440
sum matrize_d if codmun==420440
```

```
***420445 - Coronel Martins
tabulate g4 if codmun==420445
sum matrize_d if codmun==420445
```

```
***420450 - Corupá
tabulate g4 if codmun==420450
sum matrize_d if codmun==420450
```

***420455 - Correia Pinto
tabulate g4 if codmun==420455
sum matrize_d if codmun==420455

***420460 - Criciúma
tabulate g4 if codmun==420460
sum matrize_d if codmun==420460

***420470 - Cunha Porã
tabulate g4 if codmun==420470
sum matrize_d if codmun==420470

***420475 - Cunhataí
tabulate g4 if codmun==420475
sum matrize_d if codmun==420475

***420480 - Curitibaanos
tabulate g4 if codmun==420480
sum matrize_d if codmun==420480

***420490 - Descanso
tabulate g4 if codmun==420490
sum matrize_d if codmun==420490

***420500 - Dionísio Cerqueira
tabulate g4 if codmun==420500
sum matrize_d if codmun==420500

***420510 - Dona Emma
tabulate g4 if codmun==420510
sum matrize_d if codmun==420510

***420515 - Doutor Pedrinho
tabulate g4 if codmun==420515
sum matrize_d if codmun==420515

***420517 - Entre Rios
tabulate g4 if codmun==420517
sum matrize_d if codmun==420517

***420519 - Ermo
tabulate g4 if codmun==420519
sum matrize_d if codmun==420519

***420520 - Erval Velho
tabulate g4 if codmun==420520
sum matrize_d if codmun==420520

***420530 - Faxinal dos Guedes

```
tabulate g4 if codmun==420530
sum matrize_d if codmun==420530
```

```
***420535 - Flor do Sertão
tabulate g4 if codmun==420535
sum matrize_d if codmun==420535
```

```
***420540 - Florianópolis
tabulate g4 if codmun==420540
sum matrize_d if codmun==420540
```

```
***420543 - Formosa do Sul
tabulate g4 if codmun==420543
sum matrize_d if codmun==420543
```

```
***420545 - Forquilha
tabulate g4 if codmun==420545
sum matrize_d if codmun==420545
```

```
***420550 - Fraiburgo
tabulate g4 if codmun==420550
sum matrize_d if codmun==420550
```

```
***420555 - Frei Rogério
tabulate g4 if codmun==420555
sum matrize_d if codmun==420555
```

```
***420560 - Galvão
tabulate g4 if codmun==420560
sum matrize_d if codmun==420560
```

```
***420570 - Garopaba
tabulate g4 if codmun==420570
sum matrize_d if codmun==420570
```

```
***420580 - Garuva
tabulate g4 if codmun==420580
sum matrize_d if codmun==420580
```

```
***420590 - Gaspar
tabulate g4 if codmun==420590
sum matrize_d if codmun==420590
```

```
***420600 - Governador Celso Ramos
tabulate g4 if codmun==420600
sum matrize_d if codmun==420600
```

```
***420610 - Grão Pará
tabulate g4 if codmun==4206108
sum matrize_d if codmun==4206108
```

***420620 - Gravatal
tabulate g4 if codmun==420620
sum matrize_d if codmun==420620

***420630 - Guabiruba
tabulate g4 if codmun==420630
sum matrize_d if codmun==420630

***420640 - Guaraciaba
tabulate g4 if codmun==420640
sum matrize_d if codmun==420640

***420650 - Guaramirim
tabulate g4 if codmun==420650
sum matrize_d if codmun==420650

***420660 - Guarujá do Sul
tabulate g4 if codmun==420660
sum matrize_d if codmun==420660

***420665 - Guatambú
tabulate g4 if codmun==420665
sum matrize_d if codmun==420665

***420670 - Herval d'Oeste
tabulate g4 if codmun==420670
sum matrize_d if codmun==420670

***420675 - Ibiam
tabulate g4 if codmun==420675
sum matrize_d if codmun==420675

***420680 - Ibicaré
tabulate g4 if codmun==420680
sum matrize_d if codmun==420680

***420690 - Ibirama
tabulate g4 if codmun==420690
sum matrize_d if codmun==420690

***420700 - Içara
tabulate g4 if codmun==420700
sum matrize_d if codmun==420700

***420710 - Ilhota
tabulate g4 if codmun==420710
sum matrize_d if codmun==420710

***420720 - Imaruí

tabulate g4 if codmun==420720
sum matrize_d if codmun==420720

***420730 - Imbituba
tabulate g4 if codmun==420730
sum matrize_d if codmun==420730

***420740 - Imbuia
tabulate g4 if codmun==420740
sum matrize_d if codmun==420740

***420750 - Indaial
tabulate g4 if codmun==420750
sum matrize_d if codmun==420750

***420757 - Iomerê
tabulate g4 if codmun==420757
sum matrize_d if codmun==420757

***420760 - Ipira
tabulate g4 if codmun==420760
sum matrize_d if codmun==420760

***420765 - Iporã do Oeste
tabulate g4 if codmun==420765
sum matrize_d if codmun==420765

***420768 - Ipuaçu
tabulate g4 if codmun==420768
sum matrize_d if codmun==420768

***420770 - Ipumirim
tabulate g4 if codmun==420770
sum matrize_d if codmun==420770

***420775 - Iraceminha
tabulate g4 if codmun==420775
sum matrize_d if codmun== 420775

***420780 - Irani
tabulate g4 if codmun==420780
sum matrize_d if codmun==420780

***420785 - Irati
tabulate g4 if codmun==420785
sum matrize_d if codmun==420785

***420790 - Irineópolis
tabulate g4 if codmun==420790
sum matrize_d if codmun==420790

***420800 - Itá
tabulate g4 if codmun==420800
sum matrize_d if codmun==420800

***420810 - Itaiópolis
tabulate g4 if codmun==420810
sum matrize_d if codmun==420810

***420820 - Itajaí
tabulate g4 if codmun==420820
sum matrize_d if codmun==420820

***420830 - Itapema
tabulate g4 if codmun==420830
sum matrize_d if codmun==420830

***420840 - Itapiranga
tabulate g4 if codmun==420840
sum matrize_d if codmun==420840

***420845 - Itapoá
tabulate g4 if codmun==420845
sum matrize_d if codmun==420845

***420850 - Ituporanga
tabulate g4 if codmun==420850
sum matrize_d if codmun==420850

***420860 - Jaborá
tabulate g4 if codmun==4208609
sum matrize_d if codmun==4208609

***420870 - Jacinto Machado
tabulate g4 if codmun==420870
sum matrize_d if codmun==420870

***420880 - Jaguaruna
tabulate g4 if codmun==420880
sum matrize_d if codmun==420880

***420890 - Jaraguá do Sul
tabulate g4 if codmun==420890
sum matrize_d if codmun==420890

***420895 - Jardinópolis
tabulate g4 if codmun==420895
sum matrize_d if codmun==420895

***420900 - Joaçaba

```
tabulate g4 if codmun==420900
sum matrize_d if codmun==420900
```

```
***420910 - Joinville
tabulate g4 if codmun==420910
sum matrize_d if codmun==420910
```

```
***420915 - José Boiteux
tabulate g4 if codmun==420915
sum matrize_d if codmun==420915
```

```
***420917 - Jupia
tabulate g4 if codmun==420917
sum matrize_d if codmun==420917
```

```
***420920 - Lacerdópolis
tabulate g4 if codmun==420920
sum matrize_d if codmun==420920
```

```
***420930 - Lages
tabulate g4 if codmun==420930
sum matrize_d if codmun==420930
```

```
***420940 - Laguna
tabulate g4 if codmun==420940
sum matrize_d if codmun==420940
```

```
***420945 - Lajeado Grande
tabulate g4 if codmun==420945
sum matrize_d if codmun==420945
```

```
***420950 - Laurentino
tabulate g4 if codmun==420950
sum matrize_d if codmun==420950
```

```
***420960 - Lauro Muller
tabulate g4 if codmun==420960
sum matrize_d if codmun==420960
```

```
***420970 - Lebon Régis
tabulate g4 if codmun==420970
sum matrize_d if codmun==420970
```

```
***420980 - Leoberto Leal
tabulate g4 if codmun==420980
sum matrize_d if codmun==420980
```

```
***420985 - Lindóia do Sul
tabulate g4 if codmun==420985
sum matrize_d if codmun==420985
```

***420990 - Lontras
tabulate g4 if codmun==420990
sum matrize_d if codmun==420990

***421000 - Luiz Alves
tabulate g4 if codmun==421000
sum matrize_d if codmun==421000

***421003 - Luzerna
tabulate g4 if codmun==421003
sum matrize_d if codmun==421003

***421005 - Macieira
tabulate g4 if codmun==421005
sum matrize_d if codmun==421005

***421010 - Mafra
tabulate g4 if codmun==421010
sum matrize_d if codmun==421010

***421020 - Major Gercino
tabulate g4 if codmun==421020
sum matrize_d if codmun==421020

***421030 - Major Vieira
tabulate g4 if codmun==421030
sum matrize_d if codmun==421030

***421040 - Maracajá
tabulate g4 if codmun==421040
sum matrize_d if codmun==421040

***421050 - Maravilha
tabulate g4 if codmun==421050
sum matrize_d if codmun==421050

***421055 - Marema
tabulate g4 if codmun==421055
sum matrize_d if codmun==421055

***421060 - Massaranduba
tabulate g4 if codmun==421060
sum matrize_d if codmun==421060

***421070 - Matos Costa
tabulate g4 if codmun==421070
sum matrize_d if codmun==421070

***421080 - Meleiro

```
tabulate g4 if codmun==421080
sum matrize_d if codmun==421080
```

```
***421085 - Mirim Doce
tabulate g4 if codmun==421085
sum matrize_d if codmun==421085
```

```
***421090 - Modelo
tabulate g4 if codmun==421090
sum matrize_d if codmun==421090
```

```
***421100 - Mondaí
tabulate g4 if codmun==421100
sum matrize_d if codmun==421100
```

```
***421105 - Monte Carlo
tabulate g4 if codmun==421105
sum matrize_d if codmun==421105
```

```
***421110 - Monte Castelo
tabulate g4 if codmun==421110
sum matrize_d if codmun==421110
```

```
***421120 - Morro da Fumaça
tabulate g4 if codmun==421120
sum matrize_d if codmun==421120
```

```
***421125 - Morro Grande
tabulate g4 if codmun==421125
sum matrize_d if codmun==421125
```

```
***421130 - Navegantes
tabulate g4 if codmun==421130
sum matrize_d if codmun==421130
```

```
***421140 - Nova Erechim
tabulate g4 if codmun==421140
sum matrize_d if codmun==421140
```

```
***421145 - Nova Itaberaba
tabulate g4 if codmun==421145
sum matrize_d if codmun==421145
```

```
***421150 - Nova Trento
tabulate g4 if codmun==421150
sum matrize_d if codmun==421150
```

```
***421160 - Nova Veneza
tabulate g4 if codmun==421160
sum matrize_d if codmun==421160
```

***421165 - Novo Horizonte
tabulate g4 if codmun==421165
sum matrize_d if codmun==421165

***421170 - Orleans
tabulate g4 if codmun==421170
sum matrize_d if codmun==421170

***421175 - Otacílio Costa
tabulate g4 if codmun==421175
sum matrize_d if codmun==421175

***421180 - Ouro
tabulate g4 if codmun==421180
sum matrize_d if codmun==421180

***421185 - Ouro Verde
tabulate g4 if codmun==421185
sum matrize_d if codmun==421185

***421187 - Paial
tabulate g4 if codmun==421187
sum matrize_d if codmun==421187

***421189 - Painei
tabulate g4 if codmun==421189
sum matrize_d if codmun==421189

***421190 - Palhoça
tabulate g4 if codmun==421190
sum matrize_d if codmun==421190

***421200 - Palma Sola
tabulate g4 if codmun==421200
sum matrize_d if codmun==421200

***421205 - Palmeira
tabulate g4 if codmun==421205
sum matrize_d if codmun==421205

***421210 - Palmitos
tabulate g4 if codmun==421210
sum matrize_d if codmun==421210

***421220 - Papanduva
tabulate g4 if codmun==421220
sum matrize_d if codmun==421220

***421223 - Paraíso

```
tabulate g4 if codmun==421223
sum matrize_d if codmun==421223
```

```
***421225 - Passo de Torres
tabulate g4 if codmun==421225
sum matrize_d if codmun==421225
```

```
***421227 - Passos Maia
tabulate g4 if codmun==421227
sum matrize_d if codmun==421227
```

```
***421230 - Paulo Lopes
tabulate g4 if codmun==421230
sum matrize_d if codmun==421230
```

```
***421240 - Pedras Grandes
tabulate g4 if codmun==421240
sum matrize_d if codmun==421240
```

```
***421250 - Penha
tabulate g4 if codmun==421250
sum matrize_d if codmun==421250
```

```
***421260 - Peritiba
tabulate g4 if codmun==421260
sum matrize_d if codmun==421260
```

```
***421270 - Petrolândia
tabulate g4 if codmun==421270
sum matrize_d if codmun==421270
```

```
***421280 - Balneário Piçarras
tabulate g4 if codmun==421280
sum matrize_d if codmun==421280
```

```
***421290 - Pinhalzinho
tabulate g4 if codmun==421290
sum matrize_d if codmun==421290
```

```
***421300 - Pinheiro Preto
tabulate g4 if codmun==421300
sum matrize_d if codmun==421300
```

```
***421310 - Piratuba
tabulate g4 if codmun==421310
sum matrize_d if codmun==421310
```

```
***421315 - Planalto Alegre
tabulate g4 if codmun==421315
sum matrize_d if codmun==421315
```

***421320 - Pomerode
tabulate g4 if codmun==421320
sum matrize_d if codmun==421320

***421330 - Ponte Alta
tabulate g4 if codmun==421330
sum matrize_d if codmun==421330

***421335 - Ponte Alta do Norte
tabulate g4 if codmun==421335
sum matrize_d if codmun==421335

***421340 - Ponte Serrada
tabulate g4 if codmun==421340
sum matrize_d if codmun==421340

***421350 - Porto Belo
tabulate g4 if codmun==421350
sum matrize_d if codmun==421350

***421360 - Porto União
tabulate g4 if codmun==421360
sum matrize_d if codmun==421360

***421370 - Pouso Redondo
tabulate g4 if codmun==421370
sum matrize_d if codmun==421370

***421380 - Praia Grande
tabulate g4 if codmun==421380
sum matrize_d if codmun==421380

***421390 - Presidente Castello Branco
tabulate g4 if codmun==421390
sum matrize_d if codmun==421390

***421400 - Presidente Getúlio
tabulate g4 if codmun==421400
sum matrize_d if codmun==421400

***421410 - Presidente Nereu
tabulate g4 if codmun==421410
sum matrize_d if codmun==421410

***421415 - Princesa
tabulate g4 if codmun==421415
sum matrize_d if codmun==421415

***421420 - Quilombo


```
tabulate g4 if codmun==421420
sum matrize_d if codmun==421420
```

```
***421430 - Rancho Queimado
tabulate g4 if codmun==421430
sum matrize_d if codmun==421430
```

```
***421440 - Rio das Antas
tabulate g4 if codmun==421440
sum matrize_d if codmun==421440
```

```
***421450 - Rio do Campo
tabulate g4 if codmun==421450
sum matrize_d if codmun==421450
```

```
***421460 - Rio do Oeste
tabulate g4 if codmun==421460
sum matrize_d if codmun==421460
```

```
***421470 - Rio dos Cedros
tabulate g4 if codmun==421470
sum matrize_d if codmun==421470
```

```
***421480 - Rio do Sul
tabulate g4 if codmun==421480
sum matrize_d if codmun==421480
```

```
***421490 - Rio Fortuna
tabulate g4 if codmun==421490
sum matrize_d if codmun==421490
```

```
***421500 - Rio Negrinho
tabulate g4 if codmun==421500
sum matrize_d if codmun==421500
```

```
***421505 - Rio Rufino
tabulate g4 if codmun==421505
sum matrize_d if codmun==421505
```

```
***421507 - Riqueza
tabulate g4 if codmun==421507
sum matrize_d if codmun==421507
```

```
***421510 - Rodeio
tabulate g4 if codmun==421510
sum matrize_d if codmun==421510
```

```
***421520 - Romelândia
tabulate g4 if codmun==421520
sum matrize_d if codmun==421520
```

***421530 - Salete
tabulate g4 if codmun==421530
sum matrize_d if codmun==421530

***421535 - Saltinho
tabulate g4 if codmun==421535
sum matrize_d if codmun==421535

***421540 - Salto Veloso
tabulate g4 if codmun==421540
sum matrize_d if codmun==421540

***421545 - Sangão
tabulate g4 if codmun==421545
sum matrize_d if codmun==421545

***421550 - Santa Cecília
tabulate g4 if codmun==421550
sum matrize_d if codmun==421550

***421555 - Santa Helena
tabulate g4 if codmun==421555
sum matrize_d if codmun==421555

***421560 - Santa Rosa de Lima
tabulate g4 if codmun==421560
sum matrize_d if codmun==421560

***421565 - Santa Rosa do Sul
tabulate g4 if codmun==421565
sum matrize_d if codmun==421565

***421567 - Santa Terezinha
tabulate g4 if codmun==421567
sum matrize_d if codmun==421567

***421568 - Santa Terezinha do Progresso
tabulate g4 if codmun==421568
sum matrize_d if codmun==421568

***421569 - Santiago do Sul
tabulate g4 if codmun==421569
sum matrize_d if codmun==421569

***421570 - Santo Amaro da Imperatriz
tabulate g4 if codmun==421570
sum matrize_d if codmun==421570

***421575 - São Bernardino

tabulate g4 if codmun==421575
sum matrize_d if codmun==421575

***421580 - São Bento do Sul
tabulate g4 if codmun==421580
sum matrize_d if codmun==421580

***421590 - São Bonifácio
tabulate g4 if codmun==421590
sum matrize_d if codmun==421590

***421600 - São Carlos
tabulate g4 if codmun==421600
sum matrize_d if codmun==421600

***421605 - São Cristovão do Sul
tabulate g4 if codmun==421605
sum matrize_d if codmun==421605

***421610 - São Domingos
tabulate g4 if codmun==421610
sum matrize_d if codmun==421610

***421620 - São Francisco do Sul
tabulate g4 if codmun==421620
sum matrize_d if codmun==421620

***421625 - São João do Oeste
tabulate g4 if codmun==421625
sum matrize_d if codmun==421625

***421630 - São João Batista
tabulate g4 if codmun==421630
sum matrize_d if codmun==421630

***421635 - São João do Itaperiú
tabulate g4 if codmun==421635
sum matrize_d if codmun==421635

***421640 - São João do Sul
tabulate g4 if codmun==421640
sum matrize_d if codmun==421640

***421650 - São Joaquim
tabulate g4 if codmun==421650
sum matrize_d if codmun==421650

***421660 - São José
tabulate g4 if codmun==421660
sum matrize_d if codmun==421660

***421670 - São José do Cedro
tabulate g4 if codmun==421670
sum matrize_d if codmun==421670

***421680 - São José do Cerrito
tabulate g4 if codmun==421680
sum matrize_d if codmun==421680

***421690 - São Lourenço do Oeste
tabulate g4 if codmun==421690
sum matrize_d if codmun==421690

***421700 - São Ludgero
tabulate g4 if codmun==421700
sum matrize_d if codmun==421700

***421710 - São Martinho
tabulate g4 if codmun==421710
sum matrize_d if codmun==421710

***421715 - São Miguel da Boa Vista
tabulate g4 if codmun==421715
sum matrize_d if codmun==421715

***421720 - São Miguel do Oeste
tabulate g4 if codmun==421720
sum matrize_d if codmun==421720

***421725 - São Pedro de Alcântara
tabulate g4 if codmun==421725
sum matrize_d if codmun==421725

***421730 - Saudades
tabulate g4 if codmun==421730
sum matrize_d if codmun==421730

***421740 - Schroeder
tabulate g4 if codmun==421740
sum matrize_d if codmun==421740

***421750 - Seara
tabulate g4 if codmun==421750
sum matrize_d if codmun==421750

***421755 - Serra Alta
tabulate g4 if codmun==421755
sum matrize_d if codmun==421755

***421760 - Siderópolis

```
tabulate g4 if codmun==421760
sum matrize_d if codmun==421760
```

```
***421770 - Sombrio
tabulate g4 if codmun==421770
sum matrize_d if codmun==421770
```

```
***421775 - Sul Brasil
tabulate g4 if codmun==421775
sum matrize_d if codmun==421775
```

```
***421780 - Taió
tabulate g4 if codmun==421780
sum matrize_d if codmun==421780
```

```
***421790 - Tangará
tabulate g4 if codmun==421790
sum matrize_d if codmun==421790
```

```
***421795 - Tigrinhos
tabulate g4 if codmun==421795
sum matrize_d if codmun==421795
```

```
***421800 - Tijucas
tabulate g4 if codmun==421800
sum matrize_d if codmun==421800
```

```
***421810 - Timbé do Sul
tabulate g4 if codmun==421810
sum matrize_d if codmun==421810
```

```
***421820 - Timbó
tabulate g4 if codmun==421820
sum matrize_d if codmun==421820
```

```
***421825 - Timbó Grande
tabulate g4 if codmun==421825
sum matrize_d if codmun==421825
```

```
***421830 - Três Barras
tabulate g4 if codmun==421830
sum matrize_d if codmun==421830
```

```
***421835 - Treviso
tabulate g4 if codmun==421835
sum matrize_d if codmun==421835
```

```
***421840 - Treze de Maio
tabulate g4 if codmun==421840
sum matrize_d if codmun==421840
```

***421850 - Treze Tílias
tabulate g4 if codmun==421850
sum matrize_d if codmun==421850

***421860 - Trombudo Central
tabulate g4 if codmun==421860
sum matrize_d if codmun==421860

***421870 - Tubarão
tabulate g4 if codmun==421870
sum matrize_d if codmun==421870

***421875 - Tunápolis
tabulate g4 if codmun==421875
sum matrize_d if codmun==421875

***421880 - Turvo
tabulate g4 if codmun==421880
sum matrize_d if codmun==421880

***421885 - União do Oeste
tabulate g4 if codmun==421885
sum matrize_d if codmun==421885

***421890 - Urubici
tabulate g4 if codmun==421890
sum matrize_d if codmun==421890

***421895 - Urupema
tabulate g4 if codmun==421895
sum matrize_d if codmun==421895

***421900 - Urussanga
tabulate g4 if codmun==421900
sum matrize_d if codmun==421900

***421910 - Vargeão
tabulate g4 if codmun==421910
sum matrize_d if codmun==421910

***421915 - Vargem
tabulate g4 if codmun==421915
sum matrize_d if codmun==421915

***421917 - Vargem Bonita
tabulate g4 if codmun==421917
sum matrize_d if codmun==421917

***421920 - Vidal Ramos

```
tabulate g4 if codmun==421920
sum matrize_d if codmun==421920
```

```
***421930 - Videira
tabulate g4 if codmun==421930
sum matrize_d if codmun==421930
```

```
***421935 - Vitor Meireles
tabulate g4 if codmun==421935
sum matrize_d if codmun==421935
```

```
***421940 - Witmarsum
tabulate g4 if codmun==421940
sum matrize_d if codmun==421940
```

```
***421950 - Xanxerê
tabulate g4 if codmun==421950
sum matrize_d if codmun==421950
```

```
***421960 - Xavantina
tabulate g4 if codmun==421960
sum matrize_d if codmun==421960
```

```
***421970 - Xaxim
tabulate g4 if codmun==421970
sum matrize_d if codmun==421970
```

```
***421985 - Zortéa
tabulate g4 if codmun==421985
sum matrize_d if codmun==421985
```

```
tab codmun g4
table codmun, contents(mean matrize_d)
```

*Na sequência, para identificar as privações em cada município de SC por indicador, foi realizada a desagregação.

*DESAGREGAÇÃO DOS INDICADORES POR MUNICÍPIO DE SC

*1 EDUCAÇÃO E ACESSO AO CONHECIMENTO

*1.1 Alfabetização

```
tab codmun alfabetizacao
```

*1.2 Anos de estudo

```
tab codmun anos_estudo
```

*1.3 Microcomputador, existência

```
tab codmun acesso_microcomp
```

*2 CONDIÇÃO DE HABITAÇÃO

*2.1 Condição de ocupação do domicílio

```
tab codmun ocupacao
```

*2.2 Energia elétrica

tab codmun eletricidade

*2.3 Ativos domiciliares

tab codmun ativos_domiciliares

*2.4 Existência de banheiro no domicílio

tab codmun acesso_banheiro

*2.5 Densidade dormitório

tab codmun densidade_dormitorio

*3 SAÚDE E CONDIÇÕES SANITÁRIAS

*3.1 Abastecimento de água

tab codmun abastecimento_agua

*3.2 Esgotamento sanitário

tab codmun tipo_escoamento

*3.3 Destino do lixo

tab codmun lixo

*4 TRABALHO E RENDA

*4.1 Renda

tab codmun renda_domiciliar

*4.2 Emprego

tab codmun acesso_trabalho

*Os resultados desta etapa foram transpostos para uma planilha de Excel. Nela, foram selecionados os resultados para os municípios da microrregião de Florianópolis.

*Outras desagregações foram realizadas para os municípios da microrregião de Florianópolis, tais como recortes por sexo e situação do domicílio (rural/urbano), como pode se ver nas etapas a seguir.

*DESAGREGAÇÃO POR SEXO E MUNICÍPIOS

*identificando a incidência de pobreza (H) conforme o sexo e o município

tab g4 sexo if codmun==420120

tab g4 sexo if codmun==420230

tab g4 sexo if codmun==420540

tab g4 sexo if codmun==420600

tab g4 sexo if codmun==421190

tab g4 sexo if codmun==421230

tab g4 sexo if codmun==421570

tab g4 sexo if codmun==421660

tab g4 sexo if codmun==421725

*DESAGREGAÇÃO POR RURAL/URBANO E MUNICÍPIOS

**identificando a incidência de pobreza (H) conforme o situação do domicílio (rural/urbano) e o município

tab g4 urb_rur if codmun==420120

tab g4 urb_rur if codmun==420230

tab g4 urb_rur if codmun==420540

tab g4 urb_rur if codmun==420600

tab g4 urb_rur if codmun==421190

tab g4 urb_rur if codmun==421230

tab g4 urb_rur if codmun==421570
 tab g4 urb_rur if codmun==421660
 tab g4 urb_rur if codmun==421725

*Também foram realizadas desagregações por sexo e situação do domicílio (rural/urbano) segundo os indicadores selecionados.

*Nesta etapa, a seguir, é possível identificar como as privações aconteceram em cada indicador de acordo com o sexo ou situação do domicílio dos indivíduos.

*DESAGREGAÇÃO POR SEXO, INDICADORES E MUNICÍPIOS

*Identificando as diferenças de privação nos indicadores conforme o sexo e município.

*1 EDUCAÇÃO E ACESSO AO CONHECIMENTO

*1.1 Alfabetização

table codmun sexo alfabetizacao

*1.2 Anos de estudo

table codmun sexo anos_estudo

*1.3 Microcomputador, existência

table codmun sexo acesso_microcomp

*2 CONDIÇÃO DE HABITAÇÃO

*2.1 Condição de ocupação do domicílio

table codmun sexo ocupacao

*2.2 Energia elétrica

table codmun sexo eletricidade

*2.3 Ativos domiciliares

table codmun sexo ativos_domiciliares

*2.4 Existência de banheiro no domicílio

table codmun sexo acesso_banheiro

*2.5 Densidade dormitório

table codmun sexo densidade_dormitorio

*3 SAÚDE E CONDIÇÕES SANITÁRIAS

*3.1 Abastecimento de água

table codmun sexo abastecimento_agua

*3.2 Esgotamento sanitário

table codmun sexo tipo_escoamento

*3.3 Destino do lixo

table codmun sexo lixo

*4 TRABALHO E RENDA

*4.1 Renda

table codmun sexo renda_domiciliar

*4.2 Emprego

table codmun sexo acesso_trabalho

*DESAGREGAÇÃO POR RURAL/URBANO, INDICADORES E MUNICÍPIOS

**Identificando as diferenças de privação nos indicadores conforme a situação do domicílio (rural/urbano) e município.

*1 EDUCAÇÃO E ACESSO AO CONHECIMENTO

*1.1 Alfabetização

table codmun urb_rur alfabetizacao

*1.2 Anos de estudo

table codmun urb_rur anos_estudo

*1.3 Microcomputador, existência

table codmun urb_rur acesso_microcomp

*2 CONDIÇÃO DE HABITAÇÃO

*2.1 Condição de ocupação do domicílio

table codmun urb_rur ocupacao

*2.2 Energia elétrica

table codmun urb_rur eletricidade

*2.3 Ativos domiciliares

table codmun urb_rur ativos_domiciliares

*2.4 Existência de banheiro no domicílio

table codmun urb_rur acesso_banheiro

*2.5 Densidade dormitório

table codmun urb_rur densidade_dormitorio

*3 SAÚDE E CONDIÇÕES SANITÁRIAS

*3.1 Abastecimento de água

table codmun urb_rur abastecimento_agua

*3.2 Esgotamento sanitário

table codmun urb_rur tipo_escoamento

*3.3 Destino do lixo

table codmun urb_rur lixo

*4 TRABALHO E RENDA

*4.1 Renda

table codmun urb_rur renda_domiciliar

*4.2 Emprego

table codmun urb_rur acesso_trabalho

*-----X-----X-----X-----X-----